

Escola de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Economia Política

**Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada**

Inês Domingues Vasconcelos Serra

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora  
Doutora Maria de Fátima Ferreiro, professora auxiliar  
ISCTE – IUL

Setembro, 2013

Agradeço ao meu pai pela força transmitida.

Aos amigos, por compreenderem a minha ausência.

E a todos aqueles que disponibilizaram um pouco do seu tempo  
contribuindo para esta dissertação.

*“The choice is ours: form a global partnership to care for Earth and one another or risk the destruction of ourselves and the diversity of life. Fundamental changes are needed in our values, institutions, and ways of living. We must realize that when basic needs have been met, human development is primarily about being more, not having more. We have the knowledge and technology to provide for all and to reduce our impacts on the environment. The emergence of a global civil society is creating new opportunities to build a democratic and humane world. Our environmental, economic, political, social, and spiritual challenges are interconnected, and together we can forge inclusive solutions.*

*To realize these aspirations, we must decide to live with a sense of universal responsibility, identifying ourselves with the whole Earth community as well as our local communities. We are at once citizens of different nations and of one world in which the local and global are linked. Everyone shares responsibility for the present and future well-being of the human family and the larger living world. The spirit of human solidarity and kinship with all life is strengthened when we live with reverence for the mystery of being, gratitude for the gift of life, and humility regarding the human place in nature.”*

**The Earth Charter**

## **Resumo**

O conceito de desenvolvimento evoluiu nas últimas décadas. Surgiram novas perspectivas que almejam a sustentabilidade através da participação e da capacitação das populações. O presente estudo aprofunda a relação entre os conceitos de desenvolvimento rural, participação e sustentabilidade, em termos teóricos e empíricos tendo por base intervenções socioeconómicas em curso: Projecto ASAS em Safara e Turismo Rural na Branda da Aveleira. Esta investigação propõe-se compreender os contributos da metodologia participativa para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural e identificar pistas para futuras abordagens das ciências sociais relativas ao processo participativo conducente à autonomia das comunidades.

Através da realização de entrevistas, conversas informais e observação, cruzaram-se discursos e perspectivas sobre a natureza e o decorrer das mesmas. Corroborou-se a teoria de que a metodologia participativa é o caminho a seguir. O envolvimento das pessoas é a pré condição que conduz à desejada sustentabilidade das intervenções, dos territórios e das comunidades. Não obstante identificaram-se dificuldades no terreno, na aplicação da metodologia participativa e na mobilização de pessoas e organismos, ficando a participação aquém do planeado nos projectos.

Apresentam-se orientações de fundo e medidas para o êxito de uma metodologia participativa focada no desenvolvimento sustentado em ambiente rural. Orientações e medidas que assentam na ideia da participação como um processo estratégico suportado por uma metodologia dinâmica que, para o efeito, será acompanhada pela reflexão e avaliação contínuas, adaptando os objectivos à realidade, mantendo o foco nos resultados a longo prazo e no bem-estar da comunidade rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Participação; Sustentabilidade; Capacitação.

**Abstract**

The concept of development has evolved significantly in the last decades. New perspectives have arisen aiming at sustainability through a participation and empowerment of the populations. This study deepens the relationship between the concepts of rural development, participation and sustainability, both theoretically and empirically in what concerns the current socioeconomic interventions: ASAS Project in “Safara” and rural tourism in “Branda da Avelira”. This research aims to realize the contribution of the participating methodology for the sustainability of the rural development process and to identify paths for future approaches of social sciences in what concerns the participating process leading to the self-government of the communities.

Through the accomplishment of interviews, informal talks and observation, different perspectives and speeches about the rural development interventions were compared and analyzed.

The theory of the participating methodology was confirmed as the proper way to follow. The involvement of the people is the *pre-condition* which leads to the aimed sustainability of interventions, lands and communities. Nevertheless, difficulties in applying the participating methodology and in the mobilization of people and organisms were *perceived* and therefore the *pursued* participation is beneath our expectations.

Orientations and measures aiming at a successful participating methodology focused in a rural sustainable development were presented. Therefore participation is seen as a strategic process, supported by dynamic methodology which, for this purpose, will be followed by continuous reflection and evaluation, adjusting the aims to reality, focusing on long term results and in the well-being of the rural community

Keywords: Rural development; Participation; Sustainability; Empowerment.

ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
Introdução	1
Capítulo I – Desenvolvimento rural sustentável e participação - explorando conceitos	3
1.1 Desenvolvimento	3
1.1.1 Desenvolvimento rural: A noção de rural na sociedade contemporânea	5
1.1.2 Desenvolvimento rural e agricultura	10
1.1.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas	13
1.2 Participação e metodologia participativa	18
1.2.1 Participação - evolução e limites	18
1.2.2 Participação, poder, manipulação e tomada de decisão	21
1.2.3 A importância da intervenção participativa	22
1.2.4 Pressupostos e princípios básicos da metodologia participativa	27
1.2.5 Diagnóstico Rural Participado	30
1.3 Desenvolvimento rural sustentável e participação	31
1.3.1 Participação e boa governança como factor promotor do desenvolvimento rural	31
1.3.2 A capacitação das comunidades ( <i>empowerment</i> ) e a participação das populações em meio rural	34
1.3.2.1 Capital social	34
1.3.2.2 <i>Empowerment</i> como forma de combate ao assistencialismo	35
1.3.2.3 <i>Empowerment</i> , parcerias e sinergias	36
1.3.3 Desenvolvimento local sustentável e sustentabilidade no meio rural	37
1.4 Opções metodológicas	41
1.4.1 Modelo de análise	43
1.4.2 Campo empírico e concreto da investigação	43
Capítulo II – Incurção pelas aldeias: Safara e Branda da Azeiteira	45
2.1 Território, População e História – O caso de Safara	45
2.1.1 Localização	46
2.1.2 História e Cultura	46
2.1.3 Caracterização geográfica e demográfica	46
2.1.4 Caracterização socioeconómica	49

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

2.1.5	Programas e projectos de desenvolvimento	53
2.2	Território, População e História – O caso da Branda da Aveleira	54
2.2.1	Localização	55
2.2.2	História e Cultura	55
2.2.3	Caracterização geográfica e demográfica	
2.2.4	Caracterização socioeconómica	60
2.2.5	Programas e projectos de desenvolvimento	65
Capítulo III – Participação para o desenvolvimento rural sustentável		66
3.1	O caminho percorrido: pontos de (des)encontro	66
Conclusão		85
Bibliografia		92
Anexos		98

<b>Índice de Quadros</b>		<b>Pág.</b>
Quadro 1.1	Evolução da noção de rural	7
Quadro 2.1	Objectivos “A PAC no horizonte 2020”	18
Quadro 3.1	Vertentes da participação	29
Quadro 4.1	Governança: componentes e obstáculos	33
Quadro 5.1	Desenvolvimento sustentável	40
Quadro 1.2	Taxa de actividade na freguesia de Safara	52
Quadro 2.2	Cronologia de projectos ADCMoura	53
Quadro 3.2	Taxa de actividade na freguesia de Gave	63
Quadro 1.3	Quadro comparativo das aldeias	66
Quadro 2.3	Obstáculos identificados	75
Quadro 3.3	Resultados das intervenções	83

<b>Índice de Figuras</b>		<b>Pág.</b>
Figura 1.1	Evolução do conceito de desenvolvimento	5
Figura 2.1	Problemáticas actuais do mundo rural	11
Figura 1.2	Mapa do concelho de Moura	46
Figura 2.2	Evolução da densidade populacional 2001-2011	47
Figura 3.2	Evolução da população 2001-2011	47
Figura 4.2	Pirâmide etária da população residente na região do Alentejo 2001-2011	48
Figura 5.2	Evolução da taxa de desemprego no concelho de Moura	49
Figura 6.2	Grau de escolaridade da população de Safara	50
Figura 7.2	Taxa de emprego por ramo de actividade 1991-2001	51
Figura 8.2	Mapa do concelho e Melgaço	56
Figura 9.2	Evolução da densidade populacional 2001-2011	57
Figura 10.2	Evolução da população 2001-2011	58
Figura 11.2	Pirâmide etária da população residente na região do Norte 2001 e 2011	59
Figura 12.2	Evolução da taxa de desemprego no concelho de Melgaço	60
Figura 13.2	Grau de escolaridade da população de Gave	61
Figura 14.2	Taxa de emprego por ramo de actividade 1991-2001	62
 <b>Índice de Anexos</b>		 <b>Pág.</b>
Anexo I	Súmula dos conceitos	98
Anexo II	Diagrama explicativo dos conceitos	101
Anexo III	Guião do inquérito por entrevista aplicado a Autarcas Directores, Coordenadores e Técnicos no terreno	103
Anexo IV	Guião do inquérito por entrevista aplicado aos beneficiários finais	104
Anexo V	Grelha de Observação	105
Anexo VI	SWOT – Gave, Concelho de Melgaço	106



Anexo VII	Análise SWOT – Safara, Concelho de Moura	109
Anexo VIII	Modelo de Análise Análise	112
Anexo IV	Sinopse das entrevistas	123

### **Lista de Abreviaturas**

ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho

ADCMoura – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

ASAS – Aldeias Sustentáveis e Activas

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento

CLAS – Conselho Local de Acção Social

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FSE – Fundo Social Europeu

INTERREG – Iniciativa comunitária para a promoção e a cooperação transfronteiriça inter-regional.

LEADER – Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural

PAC – Política Agrícola Comum

PEN – Plano Estratégico Nacional

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

## INTRODUÇÃO

O tema “Desenvolvimento rural sustentável – uma perspectiva participada” resulta de uma reflexão que vem sendo feita ao longo da formação académica e de vivências profissionais.

Através da pesquisa bibliográfica realizada constatou-se que existe muita literatura sobre participação e desenvolvimento sustentável, mas em menor escala aquela que aborda a relação entre estes dois conceitos e o desenvolvimento rural. Considerou-se então pertinente aprofundar esta relação em termos teóricos e empíricos no âmbito de intervenções socioeconómicas em curso.

Tendo como foco o desenvolvimento rural sustentável, o presente trabalho tem os seguintes propósitos: i) procura situar e dar pistas para futuras abordagens das ciências sociais relativas ao processo participativo conducente à autonomia das comunidades; ii) ambiciona ser um contributo para que se definam estratégias que visem não só rever mas também promover a forma de participação dos cidadãos na elaboração das políticas com influência directa nas suas vidas.

Partindo da pesquisa bibliográfica formulou-se uma questão de investigação que corresponde à pergunta de partida para a realização do presente trabalho:

Em que medida a metodologia participativa pode contribuir para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural?

A abordagem analítica à pergunta de partida conduziu ao enunciado de objectivos gerais e específicos.

Em termos gerais pretende-se aprofundar a relação entre uma metodologia participativa consciente, assumida e consistente, e a sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Em termos específicos pretende-se:

- Caracterizar a vertente de participação nos projectos / intervenções e objecto dos estudos de caso.
- Identificar os factores que, num quadro de desenvolvimento rural, reforçaram a acção participativa e os que a enfraqueceram.

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

- Expor, a partir dos estudos de caso, as especificidades / contributos da participação para a sustentabilidade num quadro de desenvolvimento rural.

O objecto de investigação consiste na identificação de factores endógenos (internos à intervenção) e exógenos (externos, de enquadramento social, político e económico) que contribuem para a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento rural (participado).

Inerente à pergunta de partida, objectivos e objecto de investigação, está a formulação de uma hipótese de investigação a ser verificada no cruzamento da teoria com a empíria dos estudos de caso. Com a mesma quer-se testar a relação entre metodologias participativas e sustentabilidade.

O trabalho encontra-se organizado em três partes: a primeira consiste no quadro teórico, explorando os diversos conceitos relevantes para a investigação; a segunda reflecte o processo de passagem e preparação para avançar no terreno com a apresentação das opções metodológicas, a elaboração do modelo de análise e a caracterização do objecto empírico; por fim, apresentam-se na terceira parte os estudos de caso que permitem ilustrar e discutir os conceitos e teorias que integram os pontos anteriores.

## **I – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E PARTICIPAÇÃO – EXPLORANDO CONCEITOS**

No presente capítulo passam-se em revista os conceitos chave deste trabalho. Para o efeito recolheu-se informação de áreas disciplinares das ciências sociais como a sociologia, a política social, a economia e a história, contextualizando a evolução desses conceitos no tempo e, sempre que possível e adequado, no espaço.

### **1.1 Desenvolvimento**

O conceito de *desenvolvimento* emerge no pós-Segunda Guerra Mundial e durante o processo de industrialização das sociedades europeias. Ainda que as temáticas do desenvolvimento, progresso e mudança existissem muito antes deste período, foi então que este começou a ganhar estatuto científico. A partir de então e até ao presente, em função dos contextos políticos, sociais e culturais de cada período histórico, o conceito de *desenvolvimento* tem sofrido mutações que reflectem a dinâmica das ciências sociais no acompanhamento e estudo da evolução daqueles contextos.

A apropriação societal do conceito de desenvolvimento é, de início, essencialmente económica e ligada ao processo de industrialização, sendo este considerado uma das etapas necessárias para alcançar o desenvolvimento. Nos anos 50 e 60 do século XX o desenvolvimento está estreitamente associado ao crescimento económico.

Segundo Rostov (1960), o desenvolvimento baseia-se no crescimento económico, tendo, para o demonstrar, criado uma teoria evolutiva baseada em cinco (5) etapas. É preciso saber em qual das fases está um determinado país. Pode, pois, dizer-se que o desenvolvimento é uma experiência historicamente observável. É algo que alguns países já experimentaram - melhoria de bem-estar e progresso acompanhada de profundas mudanças sociais.

Segundo Roque Amaro (2003), o conceito de desenvolvimento teve como referência a evolução dos países europeus ao longo dos 200 anos antes da Segunda Guerra Mundial, servindo estes percursos de exemplo para os países em desenvolvimento.

A adopção da evolução de alguns países europeus como referência tornou o conceito etnocêntrico/eurocêntrico conduzindo à criação de um modelo de desenvolvimento a aplicar noutros continentes como África e América (do Sul).

Na prática os países daqueles continentes não tinham participado nesse processo nem contribuído para a elaboração do modelo através de experiências práticas. Esta situação transformou acções para o desenvolvimento desses países em processos de imposição, desajustados do contexto local, tendo fracassado.

No final dos anos 70 surgem as primeiras críticas a esta concepção do conceito de desenvolvimento conduzindo à necessidade de ter em conta as vertentes social e territorial. Começa, então, a considerar-se o desenvolvimento em função de níveis territoriais, como o local e o regional, o que conduziu à defesa de uma “diversificação de actividades que procura combater a fragilidade de algumas regiões ou de sectores mais tradicionais, como seja a agricultura” (Valadas, 2011: 34).

Segundo Valadas, a década de 80 do século XX é fértil em novas concepções quanto ao processo de desenvolvimento. Surge uma nova perspectiva apelidada de desenvolvimento sustentável, em 1987, aquando da publicação do Relatório de Bruntland<sup>1</sup>, apontando assim para um novo paradigma de desenvolvimento.

Num período de maior análise crítica do conceito, e perante o surgimento de novas concepções e paradigmas em oposição ao modelo anterior, Amaro afirma que “o conceito de desenvolvimento está em vias de sofrer um processo de renovação (...) radical, que o liberta, nas suas novas formulações, das responsabilidades históricas e das conotações negativas que lhe foram provocadas pelo fundamentalismo economicista dos primeiros 30 anos (...). As suas novas adjectivações renovam-lhe o interesse científico e a eficácia de acção.” (2003:65)

Em síntese, as abordagens e práticas do desenvolvimento que tinham por base a evolução dos países europeus focada essencialmente numa vertente económica verificaram-se desadequadas para promover um “desenvolvimento integral” noutros territórios<sup>2</sup>. Esta constatação conduziu a uma necessidade de repensar modelos, conceitos e estratégias, originando novas perspectivas e conceitos como aquele que se

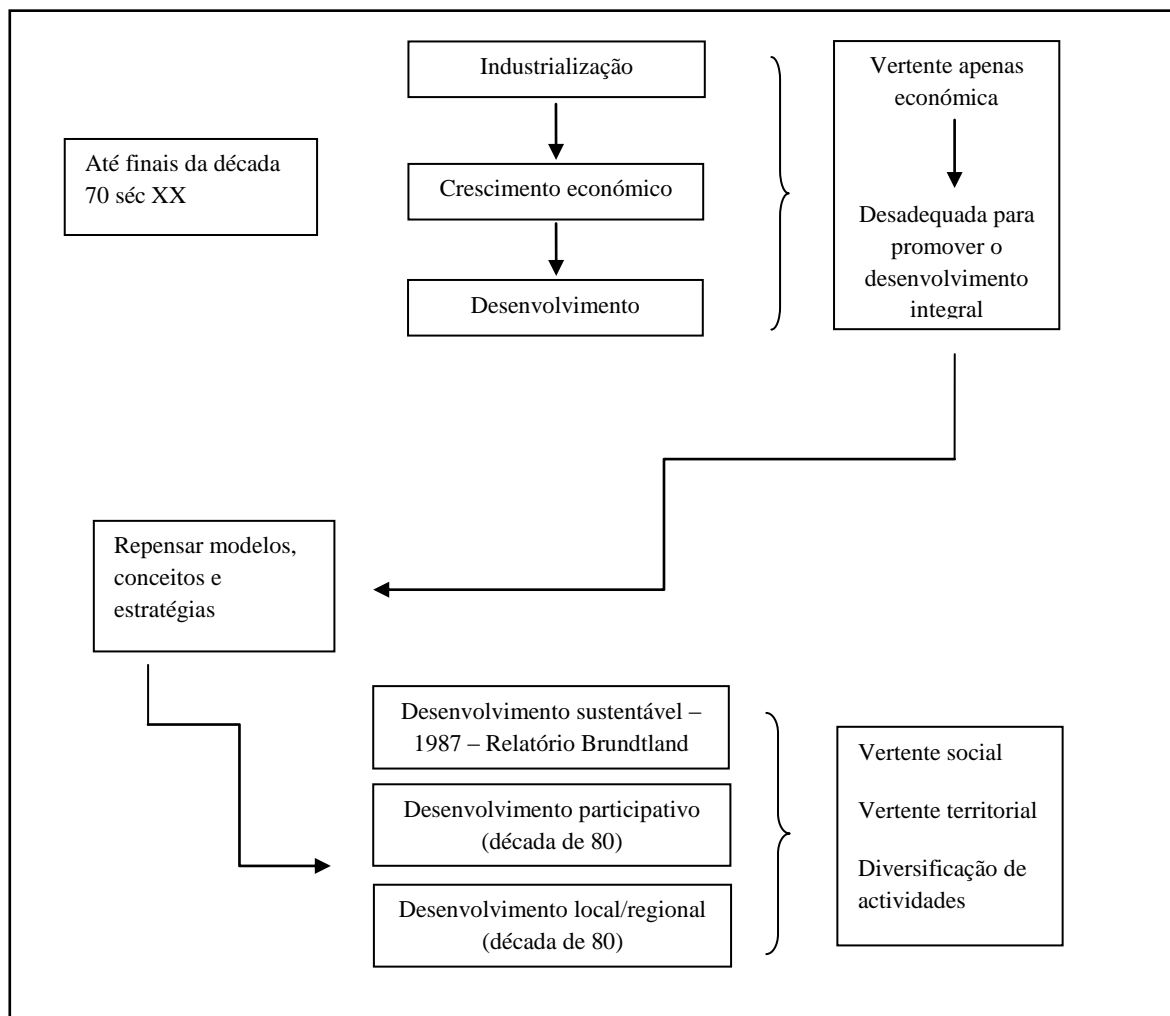
---

<sup>1</sup>O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

<sup>2</sup>[http://www.consumoresponsavel.com/wp-content/rncr\\_fichas/RNCR\\_Ficha\\_A2.pdf](http://www.consumoresponsavel.com/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_A2.pdf)

aborda no presente trabalho - *desenvolvimento sustentável* - e que se cruzará com outros conceitos como o de *desenvolvimento participativo* e o de *desenvolvimento local*, conforme representação na figura 1.

Figura 1.1 - Evolução do conceito de desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria a partir das obras consultadas para este capítulo

### 1.1.1 Desenvolvimento rural: a noção de rural na sociedade contemporânea

A sociologia rural direccionou a sua procura para as “diferenças entre o urbano e o rural com base numa análise das variáveis sociodemográficas, comportamentais e culturais” (Valadas, 2011:11). Assente nas interacções entre rural e urbano ao longo dos tempos, a análise que tem vindo a ser feita foi adoptando diferentes modelos teóricos.

Os territórios rurais em termos económicos e sociais desempenharam vários papéis e funções ao longo da história dependendo da conjuntura socioeconómica de cada época. Até à Segunda Guerra Mundial o rural foi tido como reserva da economia urbana com a função de produção de alimentos. O rural era visto como espaço remanescente do mundo urbano.

Com a Segunda Guerra Mundial a situação anterior sofre uma mudança. O sector agrícola deixa de ser apenas uma reserva da economia urbana, tornando-se indispensável na balança comercial dos países. Impunha-se, por isso, a necessidade de modernização agrícola visando uma nova fase da industrialização da Europa.

Ao modelo de análise dos anos 50 do século XX subjaz a visão de uma relação contraditória ou até mesmo antagónica - urbano/rural. Diferentemente do anterior, nos anos 60 domina o modelo da urbanização do rural que privilegia “a assimilação/integração do rural, através da difusão da cultura, dos produtos e das práticas urbanas” (Valadas, 2011:12). Nos anos 70, assiste-se ao regresso de uma ideia de oposição entre a cidade e o campo mas, agora, com o ‘urbano’ a dominar o ‘rural’.

Já nos anos 80 do século XX emerge a ideia do fim do rural. Esta não implica a dissolução do mesmo mas sim a transformação deste e da agricultura e o aparecimento de novas funções. Assim, foram surgindo novas perspectivas sobre o rural na sua multidimensionalidade e multifuncionalidade, numa óptica territorial e sistémica. Esta abordagem vem colocar o meio rural como objecto central de estudo e como palco do processo de desenvolvimento e de mudança. Assistiu-se, também, à introdução de preocupações ambientais nas questões do desenvolvimento rural orientadas para a sustentabilidade.

Segundo Valadas, verifica-se actualmente “um processo de revalorização do rural assente no respectivo fornecimento de bens simbólicos, os quais poderão vir a alimentar uma outra dinâmica económica e social de que a natureza e a cultura constituiriam os elementos base” (idem, 2011:16).

Ora, o facto de existirem diferenças entre os territórios rurais e urbanos não os torna entidades autónomas e auto-suficientes. Constituem, sim, espaços em contínua interacção e interdependentes.

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

Por fim, e corroborando a noção territorial da ruralidade, Abramovay (2003) indica três características básicas do meio rural: a) a proximidade da natureza, b) a baixa densidade populacional, e c) a dependência dos centros urbanos.

Desta resenha histórica é possível concluir que a partir da década de 50 do século XX se assistiu aos seguintes momentos: a transição de uma visão do rural sectorial para uma visão do rural territorial; o distanciamento da visão dicotômica entre cidade/campo, ou urbano/rural, relativamente a uma visão sistémica/holística que tem em conta a interinfluência entre os espaços mais artificializados e os espaços mais rurais. Veiga, citado em *Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida* (2004), menciona que o desenvolvimento de uma comunidade rural depende dos laços da mesma com os centros urbanos.

O quadro seguinte apresenta a síntese de evolução da noção de rural:

Quadro 1.1 - Evolução da noção de rural

Evolução da noção do rural				
Anos 50	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Visão antagónica rural/urbano	Urbanização do rural	Visão antagónica. Captura do rural pelo urbano	O mundo rural adopta novas e variadas funções	Novo rural. Novos paradigmas
É prevista uma Política Agrícola Comum (PAC)	[1962] Emergência da PAC			Aparecimento do Programa LEADER

Fonte: Elaboração própria a partir de Valadas (2011)

Através da evolução da noção de rural apresentada, e das profundas transformações que ocorreram nos territórios rurais, é possível antever dificuldades na definição do “rural”. Existem, com efeito, diversas definições do mesmo, tendo por base diferentes critérios e indicadores quantitativos e qualitativos. Uns assentam na demografia, outros no modo de exploração da terra ou ainda na organização social, de acordo com a diversidade das estruturas do espaço rural e respectivas matizes do urbano ao não urbano. A agricultura deixou de ser a única actividade do espaço rural, tornando-se este um espaço de múltiplas actividades.

O modelo da modernização da agricultura produtivista e da maximização do lucro que dominou as práticas para o desenvolvimento das comunidades rurais tem vindo a ser substituído pelo paradigma do Desenvolvimento Rural que será adoptado na presente



investigação e que assenta na “busca de um novo modelo para o sector agrícola, com novos objectivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de variedade em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais” (Kageyama, 2004: 384).

Este novo paradigma busca novos caminhos que promovam a melhoria da qualidade de vida, diversificando as actividades e funções do espaço rural. O desenvolvimento rural traz um enfoque nas características e recursos endógenos de cada região que procura associar aos recursos externos. Tal como afirma Kageyama, a prática do desenvolvimento rural consiste actualmente numa “combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente num complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (Idem, 2004:384).

Existe a necessidade de combinar forças internas e externas. O destaque recai sobre a importância de promover novos laços de solidariedade inter-regional, de conciliar a eficácia económica com a da coesão social e adoptar uma visão em que a relação local-global ocupe uma posição privilegiada: as diversas comunidades territoriais são encaradas como peças de um puzzle complexo e em permanente mudança.

Reforçando o que já foi mencionado:

“O mundo rural não pode corresponder a uma realidade fechada. Os agentes – individuais e institucionais – das áreas rurais terão de conseguir competir, negociar e cooperar num palco que é global (...). Neste contexto, e dada a conhecida debilidade social e anomia económica de muitas áreas rurais, a dimensão institucional deixa de ser um meio, entre outros, de desenvolvimento (rural), para se transformar, ela própria, num objectivo a atingir (...)” (Almeida et al., 2000: 21).

Mais ainda: aos desafios mundiais inerentes aos processos de globalização e crise económica juntam-se as preocupações com a soberania alimentar, com a capacidade de abastecimento de alimentos essenciais. De acordo com o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento (CIDAC), a soberania alimentar consiste na devolução aos povos e nações do controlo sobre os alimentos que produzem e consomem, apoderando-se assim de todas as ferramentas jurídicas, técnicas e políticas de que necessite, inclusive o controlo dos preços e dos circuitos nacionais.

É neste quadro de desafios mundiais que a agricultura recomeça a ganhar importância visando combater as consequências nefastas da actual crise económica.

Em síntese, os paradigmas relativos ao desenvolvimento rural que têm vindo a emergir abrangem os seguintes aspectos: a ênfase do local em detrimento do sectorial; a orientação para um desenvolvimento que explore o potencial das áreas rurais, descobrindo novos recursos e adoptando uma perspectiva multisectorial local de valorização dos activos locais; a relevância dada à perspectiva de formulação das políticas públicas para o desenvolvimento rural; e o destaque para as questões da soberania alimentar.

Esta visão promove novas oportunidades ao invés de se focar em travar o declínio. Os dois últimos *itens* lançam um desafio pois implicam a alteração das estruturas administrativas responsáveis pela gestão das políticas, demasiado hierarquizadas. Acrescenta-se ainda que os actores chave deste processo não são apenas o governo nacional e os agricultores, mas também os outros níveis da governação e *stakeholders* locais, públicos ou privados.

Segundo Depoele (2000)<sup>3</sup>:

“Uma política de desenvolvimento rural deve ser multisectorial e, com base num enfoque territorial, deve contribuir para uma maior coesão económica e social: a) na criação e manutenção de uma agricultura competitiva onde for possível (Função Alimentar); b) na proteção da paisagem onde for necessário (Função Ambiental); e c) no aumento da viabilidade e da qualidade de vida das áreas rurais (Função Rural).”

Deve-se, assim, promover a diversificação das actividades no sentido de evitar territórios rurais devolutos e insustentáveis. Ao aumentar a diversidade estaremos a reduzir a disparidade e a promover um ajustamento económico.

No Regulamento (CE) n.º 1698/2005<sup>4</sup> do Conselho da União Europeia estão definidas as regras essenciais da Política de Desenvolvimento Rural a seguir entre 2007 e 2013, tais como as medidas de política a adoptar pelos Estados-Membros. Segundo este regulamento, a política de desenvolvimento rural, durante o respectivo período, assenta em três eixos temáticos: o “aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola; a

---

<sup>3</sup>Cit in <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>

<sup>4</sup><http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>

melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural.”

Os territórios rurais actuais enfrentam os seguintes desafios: o combate à desertificação que se vem sentindo nesses territórios; a promoção de iniciativas de desenvolvimento que proporcionem bem-estar às populações locais; a dinamização socioeconómica diversificando a economia rural; a preservação de valores ecológicos, ambientais e paisagísticos; e assegurar qualidade e segurança alimentar.

Para finalizar este ponto, e seguindo a lógica da investigação a realizar, será importante perspectivar os desafios no âmbito da crise actual. O desenvolvimento rural deverá ter em conta a inclusão social, a melhoria das condições de vida no meio rural e travar a desertificação, através da promoção da valorização dos saberes e fazeres locais (*place-based development*).

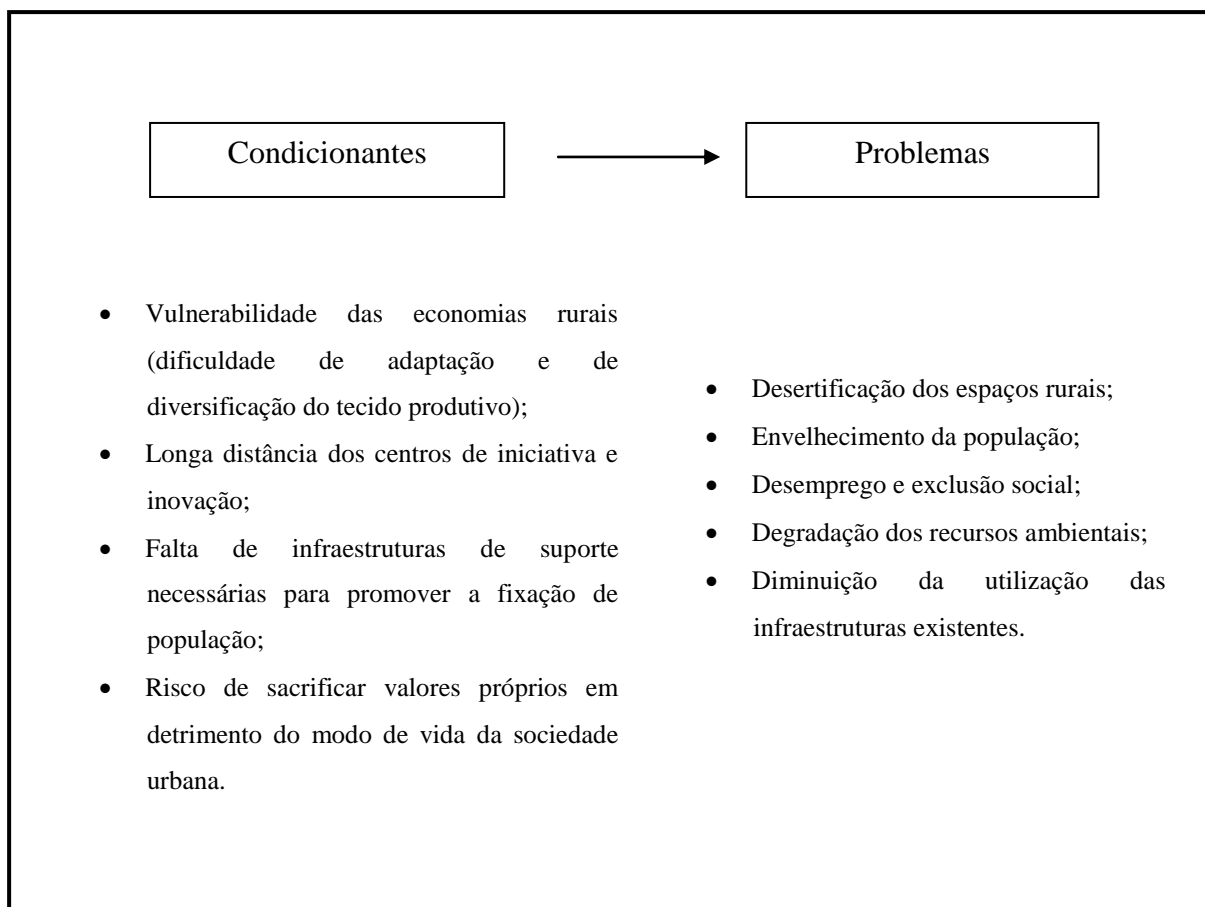
### **1.1.2 Desenvolvimento rural e agricultura**

Durante muito tempo os problemas específicos do mundo rural europeu corresponderam aos da actividade agrícola, não existindo assim uma política rural e uma política agrícola. Ambas constituíam apenas uma componente da política de desenvolvimento económico-social.

Este posicionamento face à agricultura e ao desenvolvimento rural foi sofrendo alterações paralelamente ao processo de urbanização do meio rural. Este processo de urbanização concretizou-se, segundo Cordovil (1997), nos seguintes âmbitos: terciarização da população, perda de peso da agricultura relativamente a outros sectores de actividade e aumento da influência do mercado nos modos de produção e nas orientações produtivas agro-florestais, seguindo a lógica de rentabilização económica e produtiva.

O mesmo autor, no sentido de aprofundar a compreensão relativa à evolução do mundo rural, enumera diversos factos esquematizados através da figura que segue.

Figura 2.1 - Problemáticas actuais do mundo rural



Fonte: Elaboração própria a partir de Cordovil (1997)

Perante este cenário, e para se promover um desenvolvimento do mundo rural de forma equitativa, de qualidade e sustentável, tal como a recuperação e revitalização social e económica, torna-se premente, de acordo com Cordovil (1997), a criação de novas políticas que conduzam a medidas e acções consistentes, viáveis e inovadoras.

Como mencionado no ponto anterior, as décadas de 80 e de 90 foram férteis em novas concepções no que respeita ao processo de desenvolvimento. Quanto ao desenvolvimento rural e da agricultura, e segundo Valadas, são redigidos nestas décadas dois documentos de grande importância, dos quais se retiram as principais orientações que vão balizar as políticas de desenvolvimento rural na União Europeia: *L'avenir du monde rural* (CCE, 1988) e *Quel avenir pour les campagnes? Une politique de développement rural* (OCDE, 1993).

Os objectivos fundamentais que vêm nortear, em 1988, a estratégia de acção da Comissão Europeia são, segundo Valadas (2011: 35), os seguintes:

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

- Atingir a coesão económica e social.
- Promover o ajustamento da agricultura europeia às novas realidades do mercado mundial.
- Proteger o ambiente e o património natural.

Analisando os objectivos mencionados constata-se que estes respondem a algumas consequências menos positivas da Política Agrícola Comum e do modelo produtivista e economicista e visam a revitalização de regiões rurais marginalizadas, através da implementação de uma política de desenvolvimento rural que valorize “*o potencial endógeno*” e que reflecta “*as necessidades e iniciativas locais*” (Valadas, 2011:36).

De acordo com Valadas (2011), destacam-se duas ideias chave que norteavam as concepções de desenvolvimento da época:

- a) A tomada de consciência da necessidade de reformas ou até mesmo rupturas com o anterior paradigma de desenvolvimento económico, devido à crise social e económica que grassava a nível global. É assim que, no âmbito do rural, se observa uma mudança das políticas assistencialistas para as políticas que atribuem um papel activo ao espaço rural visando a sua revalorização e revitalização.
- b) Contrariando as políticas vigentes e anteriores planos de ordenamento rural, iniciam-se, a partir da década de 80 do século XX, intervenções orientadas para o desenvolvimento local e endógeno, servindo-se para o efeito do envolvimento e participação dos actores locais na definição das estratégias para o desenvolvimento rural.

No sentido de seguir as linhas de orientação e objectivos mencionados, torna-se imprescindível

“[...] reconhecer que o aproveitamento das potencialidades do mundo rural e a adopção de soluções inovadoras e competitivas exigem requisitos de natureza humana, institucional e organizativa, só possíveis através de uma viragem, de uma revolução de mentalidades e nos modos de actuação dos agentes regionais e locais. O desenvolvimento rural só é viável se assentar numa estratégia que invoque os princípios da descentralização e da parceria e acautele o envolvimento e a responsabilização das entidades públicas e privadas na

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

formulação das políticas e dos programas de desenvolvimento integrado e na respectiva implementação, acompanhamento e avaliação” (Cordovil, 1997:16).

Portugal, com especial incidência nas regiões rurais, foi atravessando, desde o início dos anos 60, profundas mudanças<sup>5</sup> e com a adesão à União Europeia vieram exigências extra no sentido de se adaptar à “disciplina comunitária”. O nosso país sempre se encontrou numa situação periférica e atrasada no âmbito económico, tornando-se por vezes mais vulnerável às fragilidades já existentes. Logo, e segundo Cordovil (1997), o dualismo rural/urbano manifestava-se em Portugal de um modo mais acentuado, pela via de uma relação com as áreas urbanas pouco saudável e da inexistência de uma rede de cidades médias.

A posição teórica de Francisco Cordovil será tida como um dos pilares para a investigação a realizar, sendo que em Portugal as fragilidades são ainda mais acentuadas do que no resto da Europa e o desenvolvimento rural deveria encontrar-se no topo das prioridades políticas.

### 1.1.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas

Em 1957, a Política Agrícola Comum é delineada como uma política comum com os objectivos de proporcionar aos cidadãos da União Europeia alimentos a preços acessíveis e garantir aos agricultores um nível de vida equitativo através da organização dos mercados e fixação dos preços.

Em 1962 aplica-se então a Política Agrícola Comum (PAC) ao criar-se um mercado único para os produtos agrícolas e uma política de solidariedade financeira através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). A produção dos alimentos aumenta e estes são vendidos a preços acessíveis. Como consequência acumularam-se grandes quantidades de excedentes, o que conduziu durante a década de 70 à necessidade de uma gestão do abastecimento sendo assim introduzidas medidas específicas visando ajustar a produção às necessidades do mercado.

---

<sup>5</sup> “Significativo crescimento económico, acompanhado de industrialização e de forte aumento das transacções económicas com o exterior; intensos êxodos, agrícola e rural, associados à explosão da emigração e ao grande crescimento das áreas metropolitanas; alteração rápida dos níveis e dos modelos de consumo; envelhecimento demográfico; transição de um regime ditatorial para uma democracia representativa; descolonização; retorno e imigração; forte densificação de redes de comunicação e de circulação de pessoas e bens; elevação das aspirações sociais e culturais e maior democratização da escola; extensão e mudança da intervenção administrativa e reguladora do Estado, em particular no plano da sua organização espacial; descentralização de poderes e competências para as autarquias locais” (Cordovil, 1997:18).

Em 1975 são criados os primeiros instrumentos comunitários de política regional – o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Comité de Política Regional. Ainda no contexto da PAC surgiram seguidamente as políticas de melhoria das estruturas comerciais e de transformação dos produtos agrícolas. É no final dos anos 80 que a política de desenvolvimento rural se começa a afirmar e em 1988 dá-se a primeira reforma dos fundos estruturais europeus.

Procurando enfrentar as perspectivas de evolução pouco satisfatórias do mundo rural, a União Europeia fixou, segundo Cordovil (1997: 20), os seguintes princípios orientadores a partir dos quais definiu políticas e instrumentos:

- A política de desenvolvimento rural tem de abranger todos os aspectos do mundo rural; ser uma abordagem integrada, abrangendo as funções produtiva, social e ambiental;
- A responsabilidade da aplicação das políticas deve ser repartida, ao nível da tomada da decisão, implementação e gestão, para que haja eficácia e coerência, envolvendo de preferência os agentes locais.

Todo o território de Portugal foi considerado elegível no âmbito do Objectivo 1 “Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas”, estabelecido pelos Regulamentos Comunitários que regem os fundos estruturais para o período de 1994-1999. Este objectivo foi apoiado pelos fundos estruturais comunitários FEDER, Fundo Social Europeu (FSE) e FEOGA-Orientação, o Fundo de Coesão e o Banco Europeu de Investimento. O LEADER, o INTERREG e o REGIS, Programas de Iniciativa Comunitária<sup>6</sup>, implementados na sequência da reforma dos fundos estruturais de 1988 e previstos para a reforma de 1993, surgiram como intervenções de especial interesse comunitário.

A ruralidade em Portugal, que reflecte as transformações mencionadas nos pontos anteriores, vê nascer nos anos 90 uma nova ruralidade “assente na revalorização social e simbólica do rural, através do regresso à natureza e à necessidade de preservar” (Valadas, 2011:40). Reconhece-se então que: i) a multifuncionalidade dos territórios; ii) a diversificação de actividades e funções (ex: todas as externalidades positivas

---

<sup>6</sup> Programas Específicos de apoio da União Europeia que visam encontrar soluções comuns para problemáticas que se manifestam em todo o território europeu.

promovidas por uma zona ou local: turismo rural, património cultural, lazer, artesanato, promoção de produtos locais, entre outras); e iii) a participação dos actores locais são factores essenciais para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural (Valadas, 2011).

No sentido de completar o que foi dito no parágrafo anterior, pode ler-se no documento de trabalho da Comissão “Europa 2000” divulgado em 1995 que a diversificação económica das zonas rurais passa por duas vias complementares:

- “Diversificação nas actividades agrícolas (reconversão de culturas existentes; promoção de produtos regionais de qualidade);
- Diversificação em actividades não agrícolas (actividades industriais/artesanais tradicionais; turismo rural).

Em qualquer dos casos torna-se necessário apoiar a dinâmica de desenvolvimento de um tecido produtivo local, nomeadamente através do aproveitamento e potenciação das suas vantagens comparativas nos domínios agrícola e não agrícola”. A animação<sup>7</sup> representa um papel cada vez mais preponderante na acção para a promoção do desenvolvimento rural. Esta ajuda a promover uma cultura de cooperação, que facilita a ligação entre actores fomentando o trabalho em conjunto.

O segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA II) terminou em 1999. Visando a programação para QCA III referente a 2000/2006, a Comissão apresentou, em 1997, uma proposta no âmbito da comunicação “Agenda 2000 – Para uma União mais forte e mais ampla”. Segundo Cordovil, a “Agenda 2000” não anunciava mudanças substanciais da política agrícola e do desenvolvimento rural, acentuando antes a transição que se vivia nesse período através do “alargamento das possibilidades de experimentação de novas soluções, mas num quadro carregado de ambiguidade estratégica e portanto de difícil condução política e institucional” (Cordovil, 1997:38).

---

<sup>7</sup> “Conjunto de práticas sociais, culturais e outras que visam estimular e incentivar a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integrados. Este trabalho é necessariamente lento e contínuo e resulta do interesse dos indivíduos envolvidos e das necessidades existentes nas comunidades, podendo abranger uma grande diversidade de áreas da vida quotidiana, na resposta a problemas locais, assumindo, assim, uma função de desenvolvimento.” (Dias, 2004: 09)



## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

De acordo com o documento “Segundo Pilar da PAC: A Política de Desenvolvimento Rural”<sup>8</sup> foi desde a “Agenda 2000” que a PAC passou a ter dois pilares, sendo o segundo o “Desenvolvimento Rural”. No âmbito deste segundo pilar novas medidas têm vindo a ser experimentadas no sentido de suportar

“Serviços ambientais prestados pelas explorações agrícolas e de preservar a herança cultural e o património do mundo rural europeu. A PAC, que ainda hoje absorve uma parte significativa do orçamento da União Europeia é uma política de cariz sectorial. Todavia, a diminuição progressiva no tempo do suporte concedido ao 1.º pilar, o reforço das medidas do 2.º pilar e, em particular, programas como o LEADER e o LEADER+, têm vindo a dar à PAC um novo cariz territorial.”

De acordo com o mesmo documento a “Agenda 2000” veio implementar uma política integrada de desenvolvimento rural sustentável visando uma maior coerência entre o desenvolvimento rural e o primeiro pilar da PAC, a política dos preços e de mercado. Esta abordagem foi formalizada pelo Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho e previa nove acções distintas:

“Investimentos nas explorações agrícolas; auxílio à instalação de jovens agricultores; apoio à formação profissional; apoio à reforma antecipada; compensação para zonas desfavorecidas e para zonas com condicionantes ambientais; apoio a práticas agrícolas destinadas a proteger o ambiente; melhoria da transformação e comercialização de produtos agrícolas; apoio ao desenvolvimento das funções económica, ecológica e social das florestas; promoção da adaptação e desenvolvimento do conjunto das zonas rurais.”

Em 2003 a PAC é objecto de uma reforma que vem confirmar o desenvolvimento rural como um dos elementos essenciais da mesma.

Sobre as novas perspectivas financeiras para 2007-2013 as instituições europeias criaram um fundo único destinado ao segundo pilar da PAC, o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), no qual estão concentradas todas as medidas anteriores (Regulamento (CE) n.º 1698/2005).

---

<sup>8</sup>[http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_4.2.5.html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.2.5.html) – Segundo pilar da PAC: A política de desenvolvimento rural, Albert MASSOT, 04/2013

Complementarmente às perspectivas financeiras para 2007-2013, a Decisão 2006/144/CE do Conselho definiu orientações estratégicas da Comunidade para o desenvolvimento rural do novo período de programação. De acordo com as orientações foram definidos quatro novos eixos:

- *“o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal (eixo 1);*
- *a melhoria do ambiente e do espaço rural (eixo 2);*
- *a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural (eixo 3);*
- *a criação de capacidades locais para o emprego e a diversificação (eixo 4 - LEADER).”*

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia em 2007, sendo este cofinanciado pelo FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

Decorrente do Plano Estratégico Nacional (PEN), que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias visa a concretização dos seguintes objectivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam o reforço da coesão territorial e social e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Finaliza-se o presente ponto com a comunicação da Comissão “A PAC no horizonte 2020”, que apresenta os desafios e objectivos em três âmbitos: segurança alimentar, ambiente e alterações climáticas e equilíbrio territorial. Para cada um destes são definidos objectivos apresentados no quadro que se segue.

Quadro 2.1 - Objectivos “A PAC no horizonte 2020”

<b>Produção alimentar viável</b>	Contribuir para os rendimentos agrícolas e limitar a sua variabilidade
	Melhorar a competitividade do sector agrícola e aumentar a sua quota de valor na cadeia alimentar
	Compensar as dificuldades de produção em zonas com condicionantes naturais específicas
<b>Gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas</b>	Garantir práticas de produção sustentáveis
	Promover o crescimento verde através da inovação
	Prosseguir as acções de mitigação das alterações climáticas
<b>Desenvolvimento territorial equilibrado</b>	Apoiar o emprego rural e preservar o tecido social das zonas rurais
	Melhorar a economia rural e promover a diversificação
	Permitir a diversidade nos sistemas de produção agrícola, melhorar as condições de vida para as pequenas explorações e desenvolver os mercados locais

Fonte: Elaboração própria a partir do documento “A PAC no horizonte 2020”

No presente trabalho, para uma análise mais e melhor focada, há que ter sempre presente os objectivos estratégicos decorrentes do PEN mencionados anteriormente e os que constam no documento “A PAC no horizonte 2020” esquematizados no quadro anterior.

## 1.2 Participação e metodologia participativa

### 1.2.1 Participação - evolução e limites

Da extensa bibliografia consultada sobre *participação* ficou evidente que não só existem variantes atendendo ao âmbito, contexto económico e conjuntura social como também o conceito foi sofrendo mutações ao longo dos últimos 40 anos. Das variantes importa destacar a interpretação do conceito na relação com o contexto em que se aplica.

Etimologicamente, ‘participação’ provém do latim “*partem capera*” que significa “tomar parte”. Participação consiste na possibilidade de um indivíduo (grupo de pessoas ou comunidade) estar envolvido de uma forma activa e consciente em alguma acção,

sendo agente activo no processo de mudança (pessoal, social, política, comunitária) através do conhecimento dos seus deveres e direitos como cidadão.

De acordo com *Human Development Report* (1993)<sup>9</sup> o conceito de participação tem vindo a evoluir. Desde os anos 60 que a “participação” está presente sempre que se fala de desenvolvimento. Porém, numa fase inicial, a participação estava relacionada com a implementação de projectos e programas. Posteriormente, e no relatório em questão, constata-se a evolução para uma noção mais abrangente deste conceito. Trata-se de uma participação, em todos os âmbitos da vida de cada indivíduo, que conduzirá a uma cidadania efectiva e a um aumento dos níveis de desenvolvimento social.

O conceito de participação foi-se afirmando e evoluindo, conduzindo a novas vertentes a reclamar o seu lugar: participação cultural, participação ambiental, participação política, participação cívica ou para uma cidadania activa, participação doméstica.

Ainda que a participação tenha vindo a evoluir e a estar na ordem do dia, continuam a existir estratos da população que se encontram excluídos de participar nas sociedades e do respectivo desenvolvimento e benefícios associados. Estes estratos são, segundo o *Human Development Report*, regra geral, as minorias, os segmentos mais pobres como, para o caso, as pessoas que habitam zonas rurais.

Fala-se sempre da exclusão exógena mas esquecemo-nos dos processos de auto-exclusão que também existem, sendo estes uma opção consciente de não participação.

Um marco na evolução da questão da “participação” foram os três volumes publicados pelo Banco Mundial *Voices Of The Poor* (1999). A publicação reúne experiências de cerca de 60.000 pessoas que viviam em pobreza. Segundo Milani esta publicação influenciou a cooperação internacional e a disseminação de práticas participativas em projectos de desenvolvimento.

Segundo o *The Development Dictionary* (2010) o conceito “participação” consiste num chavão sem qualquer conteúdo, mas útil para a sua função. Quando estes chavões se encontram separados de qualquer contexto são ideais para fins manipuladores. Por outro lado, quando se vivem processos de subordinação, discriminação e subjugação, a autoconfiança e consciência do que nos rodeia acaba por ser minada conduzindo a uma prática de gestão *top down* que pode transformar o processo participativo numa

---

<sup>9</sup> Published for the United Nations Development Programme (UNDP)

estratégia manipulativa que impele as pessoas a lutar por aquilo que os detentores de poder lhe impuseram. Observa-se aqui um factor que afecta o processo participativo.

Da mesma forma, o sistema legal, as restrições burocráticas, as normas sociais, a pobreza e as desigualdades, são exemplos de elementos que podem constituir obstáculos à participação efectiva dos indivíduos. Segundo o *Human Development Report* (1993: 28), “*Participation is a plant that does not grow easily in the human environment. Powerful vested interests, driven by personal greed, erect numerous obstacles to block off the routes to people's political and economic power.*”

Para Demo (1993), participação é numa conquista pessoal, um caminho a percorrer individualmente, exercendo de uma forma cada vez mais activa e consciente a sua cidadania. Por outro lado, e de acordo com Martins (2002), a participação resulta de um processo de construção social, sujeito a factores ou condicionantes históricos e culturais.

Ao acto de participar está associada a existência de controlo e influência e, por isso, intimamente ligado a um processo de capacitação do indivíduo nas diversas áreas da sua vida social, política, económica e pessoal. Havendo uma participação capacitada, consciente e activa direccionada para o bem-estar, poder-se-ia almejar a diminuição das disparidades sociais existentes. Por isso, procura-se maximizar o uso das capacidades do indivíduo para promover o desenvolvimento social e económico (um meio para) e a auto-realização pessoal (um fim).

Participação consiste, assim, no envolvimento das pessoas nos processos económicos, sociais, culturais e políticos que afectam as suas vidas, tendo maior ou menor controlo, directo ou indirecto, desses processos.

Henriques afirma que a participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento consiste

“Numa articulação entre o envolvimento concreto da população de uma unidade territorial de desenvolvimento”, “comunidade ecológica” ou “comunidade local” em “comunidades de interesses” no âmbito do “sector autónomo”, que, em articulação ou não com autarquias territoriais, contribuam para a animação da população para a defesa dos seus interesses, para a resolução dos seus problemas ou para a diminuição da insatisfação evitável das suas necessidades básicas” (Henriques, 1990: 82).

Contrariando o paradigma funcionalista que não reconhece à participação da população local qualquer importância, o paradigma territorialista atribui às comunidades locais o papel central dos processos de desenvolvimento, sendo estas que podem mobilizar o seu potencial endógeno e tornar os processos sustentáveis.

### **1.2.2 Participação, poder, manipulação e tomada de decisão**

A prática participativa está intimamente relacionada com poder e tomada de decisão. Ao influenciarmos directa ou indirectamente as diversas áreas da nossa vida estamos a exercer poder.

Ao participar estamos a relacionar-nos com o mundo e a tomar parte nele. A participação pode ser vista como um exercício livre e espontâneo dos nossos direitos e deveres, sabendo que cada uma das nossas acções tem consequências nesse mundo e em nós mesmos. Mas, por vezes, os ‘participantes’ são conduzidos a realizar ou participar em algo que não era realmente o seu intuito. Será que a participação poderá resultar de uma indução de necessidades condicionando as mentes da população? Em *The Development Dictionary* é colocada a hipótese de que as políticas de desenvolvimento podem ter uma tendência para induzir “*addictive needs*”. A partir daqui a participação destes indivíduos em actividades públicas não é espontânea mas sim um acto controlado e induzido. Ora, uma indução da participação em projectos de desenvolvimento pode conduzir a resultados menos desejáveis no que respeita à sustentabilidade.

Segundo Milani, no âmbito da formulação de projectos de desenvolvimento e de políticas públicas, um dos limites críticos aos processos locais de participação consiste na prática desigual da participação por parte dos actores, ainda que a mesma seja estimulada de igual forma. Coloca-se aqui a questão sobre a forma de como a participação é estimulada. Será a “estimulação” uma prática de manipulação que orienta os resultados para interesses para além dos cidadãos? E como é que a transmissão de estímulos deve ser feita?

A prática participativa, tal como a ideia de manipulação questionada anteriormente, relaciona-se, como já referido, com o poder e a tomada de decisão, o que conduz a um maior ou menor controlo nos processos económicos, sociais, culturais e políticos que afectam as vidas dos indivíduos. No âmbito dos processos de desenvolvimento, o maior ou menor grau de participação dos actores depende da relação de forças que se

estabelece na “*rede de relações na qual estão integrados os actores sociais a quem as acções de desenvolvimento se dirigem*” (Valadas, 2011:38) e, acrescento, da capacitação dos actores sociais implicados, sejam estes agricultores locais, pessoas oriundas dos centros urbanos ou outros parceiros.

Após expor a evolução do conceito de participação ao longo do capítulo constatando a sua evolução para uma noção mais abrangente e abordá-lo sobre diversas perspectivas optou-se por criar uma definição alargada mas concreta de acordo com o contexto em questão e que será a base da reflexão para a presente investigação. Neste sentido conjugaram-se os seguintes autores que se complementam: (Demo, 1993), (Martins, 2002), (Henriques, 1990), (Valadas, 2011). Assim sendo o conceito participação tem como base o paradigma territorialista, abrangendo o envolvimento de indivíduos, grupos, comunidades em diversos âmbitos (pessoal, cultural, ambiental, política, cívica) em comunidades de interesses, o que conduz à existência de uma cidadania activa. A participação mais que um conceito é um processo de construção pessoal e social condicionado por factores internos e externos e dependente do grau de força e qualidade das relações sociais entre os diversos parceiros.

### **1.2.3 A importância da intervenção participativa**

A intervenção através de metodologias participativas vem reforçar os processos de mudança, aumentando a probabilidade da sua sustentabilidade. Promove a mudança comportamental dos indivíduos, tornando-se estes protagonistas e agentes da sua própria mudança e, conseqüentemente, das instituições.

Para que uma intervenção para o desenvolvimento seja sustentável é indispensável que seja acompanhada de uma acção colectiva de cooperação comunitária, num trabalho lado a lado com as instituições locais e agentes externos, construindo redes de cooperação social.

A esta noção de redes de cooperação e aos processos de capacitação e participação está estreitamente ligado o conceito de capital social<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Capital social consiste no “conjunto de recursos actuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (Matos, 2009:35). O mesmo conceito relaciona-se com “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas” (Putman, 1996: 177).

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

“Para que ocorra formação de capital social, o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos devem acompanhar todo o processo, com a intenção gradual de transferir o protagonismo do planeamento e da execução das acções do projecto para os beneficiários finais, numa sinergia que é potencial, entre organizações de base da sociedade civil, entidades privadas e governo” (Nicola, 2007 *apud* Durston, 1999:239).

Tendo em conta a intervenção para o desenvolvimento e a posterior análise dos estudos de caso, esta participação activa deverá ter início na fase de diagnóstico e concepção do projecto, e reforçar-se na fase de implementação criando as condições necessárias para que a entrada em operação seja um êxito e um suporte à sustentabilidade do projecto. A participação deverá passar pela direcção/coordenação e execução, sem nunca esquecer a avaliação contínua presente em todas as fases.

Todo este processo se relaciona com a dinâmica da investigação acção, pois esta é uma metodologia participativa. Segundo Dick (2000), o processo de mudança inerente ao interminável ciclo da investigação acção torna-se possível quando aqueles que são por ele afectados se encontram activamente envolvidos. É interdisciplinar e procura utilizar uma análise e reflexão sistémica. A prática da investigação acção procura transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos às transformações realizadas (Barbier, 1988).

Tal como a avaliação se denomina de contínua também se poderá enfatizar a importância/necessidade de uma participação contínua e activa que conduza, através do processo de capacitação ou *empowerment*<sup>11</sup>, a uma situação de progressiva autonomização. A população, ao tornar-se autónoma, demonstrará iniciativa e decisão próprias, um dos requisitos para a sustentabilidade dos projectos para o desenvolvimento.

O conceito de participação é considerado de difícil definição, mas de acordo com *Participation Review* (1988), existe um aspecto comum em todas as definições: a participação é indissociável de questões de poder, autoridade, legitimidade e controlo.

---

<sup>11</sup>*Empowerment* consiste num “processo de reconhecimento (consciencialização), criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sociocultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (Pinto, 2001:247).



A ambivalência e complexidade da metodologia participativa carrega consigo aspectos funcionais e outros disfuncionais, que dependem do modo como se pratica em cada contexto. Assim, na visão da *Participation Review* (1988) a metodologia participativa é considerada como uma mais-valia mas implica dificuldades e desafios ao nível da sua implementação e sustentabilidade.

Segundo Barnes (2007), os baixos níveis de participação existentes actualmente reflectem um descrédito por parte dos cidadãos em relação aos órgãos de tomada de decisão que, ao invés de responderem e representarem as reais necessidades das populações, acabam por se preocupar apenas com os seus próprios interesses. Desta forma, os tipos de participação existentes em sociedade são estritamente influenciados pela forma como esta é vista e percebida pelo Estado. Nesse sentido, Barnes (2007) refere a existência de diferentes tipos de discursos sobre participação.

O primeiro é apelidado de ‘Discurso do Empowerment’ e foca-se essencialmente em grupos marginalizados, em desvantagem e considerados “problemáticos”. Este defende que as desvantagens de determinada comunidade (seja ela de cariz geográfico, cultural ou identitário) são derivadas de discriminações ou negligência por parte de instituições, sendo necessário encontrar intervenções que promovam a participação e, como tal, o *empowerment*.

O segundo tipo de discurso, apresentado por Barnes (2007), é o do Consumidor, focado nas expectativas dos utilizadores dos serviços públicos. Em termos gerais, este discurso acredita que os serviços não deveriam ter controlo sobre o consumidor mas abrir-se a este, sendo mais transparentes e apresentando resultados. O que se constata na realidade é que apenas alguns cidadãos têm informação suficiente para conseguir competir, usufruir e realmente ter um papel activo para com organizações e serviços. Os restantes são invariavelmente excluídos do processo.

O terceiro discurso afirma que as comunidades são *Stakeholders* e, como tal, detentoras de poder para falar e ter um papel activo sobre todo o tipo de assuntos que lhes digam respeito. Deste modo, defende que teria que existir uma descentralização de poder, através de uma governança interactiva, que promoveria a participação directa dos cidadãos na tomada de decisões. Este tipo de organização seria possível, segundo Barnes (2007), através do associativismo. Este mecanismo envolveria todos, trazendo o poder para o local, chegando cada vez a mais *stakeholders* que teriam a oportunidade de

participar e ter uma voz nas decisões dos e sobre os seus territórios. O terceiro discurso será tido em maior conta para uma futura reflexão pois é aquele que mais se observa na realidade rural actual. Este associativismo tem-se procurado colocar em prática através dos GAL – Grupos de Acção Local.

Por fim, tem-se o “discurso do público responsável” que enfatiza a importância da sociedade civil em procurar redes de relações entre indivíduos e grupos. Nessa perspectiva, as comunidades seriam operativos das relações de poder, facilitando ou não a participação dos seus membros em processos colectivos que afectam as suas vidas. Deste modo, a participação é vista como uma forma de construção de comunidades mais fortes e coesas através da promoção de cidadãos mais activos.

Todos estes discursos representam diferentes abordagens e perspectivas em relação à participação. Mas, apesar de distintos, todos acreditam que uma comunidade envolvida e participativa poderá eventualmente fazer a diferença no modo como os serviços funcionam e as intervenções são desenhadas, podendo inclusivamente chegar a influenciar políticas e a promover a sustentabilidade dos projectos para o desenvolvimento. Mas, na prática, o que por vezes se verifica é que em grande parte dos casos nem sempre a participação é efectiva (Barnes, 2007).

Para Barnes (2007), a forma de contornar estas questões, promovendo uma participação mais efectiva, depende da forma como se posicionam os profissionais que estão no terreno. Eles têm o poder de serem facilitadores, ou não, das deliberações, por via da participação.

Procurando aprofundar as questões relacionadas com a efectivação da participação, foi elaborada a “escada para a cidadania participativa”<sup>12</sup> onde é possível explorar os diferentes tipos de participação e não-participação.

Em primeiro lugar, e no final da “escada”, encontram-se os níveis da não-participação: a manipulação e a terapia. Elas apresentam formas camufladas de participação que na realidade são apenas formas de “controlar” e “educar”.

O segundo nível da “escada” apresenta o Tokenismo que é composto pelo informar, o consultar e o placar. Estes níveis já são formas de participação que possibilitam o acesso

---

<sup>12</sup>Originally published as Arnstein, Sherry R. "A Ladder of Citizen Participation," JAIP, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224

àqueles com menos poder para ouvir e ser ouvidos. Ainda assim, continuam sem ter o poder de fazer valer a sua voz. São consultores, ficando as decisões finais sempre a cargo daqueles que detêm o poder.<sup>13</sup> Os últimos degraus da “escada” apresentada pelo autor referem o nível do poder dos cidadãos. Engloba três momentos: a parceria, o poder delegado, e o controlo pelos cidadãos. Esta fase retrata o ponto em que há uma mudança nas relações tradicionais de poder. No início há maior poder de troca com aqueles detentores do poder, na criação de parcerias para, numa fase mais avançada, existir uma viragem real, onde os cidadãos se tornam detentores do poder de decisão, logo agentes de mudança através de uma participação efectiva.

Procurando sintetizar o que já foi dito no sentido de facilitar a futura reflexão teórico-empírica, sistematizam-se em seguida possíveis obstáculos à concretização de uma participação efectiva. Da parte dos valores dominantes e da sociedade em geral (nível macro e meso) existe: o predomínio de culturas de obediência, de elitismo e de hierarquias; a dificuldade que o poder tem em perder o mesmo; as resistências ideológicas e funcionais dos modelos da democracia representativa; e a primazia da tecnocracia sobre a democracia em certos domínios, nomeadamente na economia.

Pela parte dos potenciais participantes apresenta-se a existência de: uma tendência para a acomodação, passividade e resignação, estando estes habituados a modos de vida de destituição; uma preferência pela situação de assistido, estando dependentes e habituados às diferentes formas de assistencialismo; um excesso de “reivindicacionalismo” ou seja fundamentalismo reivindicativo; uma falta de informação, de análise crítica e criatividade; e falta de confiança no sistema.

Por fim, e da parte dos técnicos/intermediários constata-se como obstáculos/dificuldades: a existência de uma visão tecnocrática predominante ligada ao poder de gerir recursos; uma lógica proteccionista; a tendência para processos estereotipados ou modelos standardizados; a urgência das respostas ou dos processos e por isso saltar etapas indispensáveis conduzindo, por exemplo, a uma recolha ou análise errada de indicadores, enviesando todo o processo de participação; e, por último, a

---

<sup>13</sup> – “(...) allows the have-nots to hear and to have a voice (...) but under these conditions they lack the power to insure that their views will be heeded by the powerful.” (Arnstein, 1969:217)

dificuldade em ceder o poder ou delegar responsabilidades, evitando a autonomização das populações alvo.

Perante a síntese de obstáculos e dificuldades à prática do processo participativo, abordam-se no próximo subcapítulo alguns princípios básicos da metodologia participativa que podem ajudar a ultrapassar as resistências que surgem no percurso.

#### **1.2.4 Pressupostos e princípios básicos da metodologia participativa**

Qualquer técnico ou interventor social que queira adoptar a abordagem participativa deve reconhecer no outro (população/comunidade/cidadão) um novo saber complementar. Esta abordagem é de extrema importância para o diagnóstico da realidade.

Ao participar o indivíduo está a criar, a consciencializar-se, a crescer, a interagir e a sentir-se útil. Pode-se observar uma mudança de comportamentos e atitudes da população que se tornou um agente activo da sua própria mudança. Participar visa fortalecer o caminho para cidadania.

A abordagem participativa apresenta os seguintes pressupostos segundo o documento ‘Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar’: melhorar as condições de decisão e acções colectivas devido à integração dos saberes e das experiências e necessidades do grupo; co-responsabilidade com relação às actividades; processos de aprendizagem social: fortalece os membros na sua emancipação cidadã; articulação e representação de interesses especialmente dos mais desfavorecidos (Krumer, 2007).

Os seguintes princípios básicos da intervenção participativa relacionam-se com o modo como esta se operacionaliza:

- Todos os participantes são responsáveis pelo êxito do grupo;
- O evento é conduzido por um moderador, preferivelmente externo;
- Não se respeita a hierarquia, as ideias é que são respeitadas;
- Procura-se conjuntamente soluções, de forma aberta e transparente;
- As perturbações existentes são administradas;
- Cada participante fala na sua vez, tentando ser breve e objetivo;
- As conclusões, propostas e decisões representam um consenso;

- As discussões são registadas visualmente, escrevendo de forma legível com apenas uma ideia em cada tarjeta;
- O consenso adquirido não significa unanimidade, é um compromisso para a acção (Krumer, 2007).

Este consenso resulta de um caminho e de uma aprendizagem consequente da interacção grupal, respeitando a opinião do outro e trabalhando em conjunto para objectivos comuns.

Para completar o que foi dito anteriormente, e no sentido de promover um melhor conhecimento da metodologia participativa, enunciam-se, de acordo com o manual *Metodologias Participativas de Capacitação e Mobilização Rural*<sup>14</sup>, os seguintes princípios: a existência da necessidade humana; a aprendizagem é feita na prática; a participação deve ser promovida e não manipulada; pode ser facilitada através de fluxos de comunicação; o respeito pelas diferenças individuais no momento de participar. Estes princípios conduzem ao desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição de poder, a uma apropriação do desenvolvimento pelo povo e à criação de sinergia de recursos e autonomia.

De acordo com a mesma fonte, e visando promover o maior grau possível de participação, há que considerar os seguintes aspectos: o tipo de conteúdo; a composição do grupo de participantes e de sua capacidade de comunicação; como é feita a moderação do grupo; a aplicação de elementos básicos e técnicas para motivar os participantes e estimular o envolvimento do grupo; o ambiente físico apropriado, técnicas e instrumentos; a postura e atitude de quem promove a participação; saber dialogar com o grupo, ouvir, falar e entender os pensamentos dos demais (empatia); e o tamanho do grupo.

Sintetizando, a metodologia participativa consiste num processo contínuo e dinâmico. A intervenção com base na abordagem participativa deve ser flexível, adaptar-se a cada momento (num confronto com a rapidez das mudanças da nossa sociedade), população alvo e realidade concreta. É uma base para o trabalho com enfoque participativo que precisa ser adaptada, a cada instante, de acordo com cada grupo alvo e sua realidade.

---

<sup>14</sup>De acordo com Metodologias Participativas de Capacitação e Mobilização Rural - Princípios teórico-metodológicos do enfoque participativo: noção de empoderamento, capital social e desenvolvimento territorial.

O quadro seguinte apresenta uma síntese das vertentes da participação

Quadro 3.1 - Vertentes da participação

<b>Conceito de participação</b>	Envolver-se
	Intervir
	Questionar (atitude crítica)
	Decidir (sujeito da sua história)
	Factor de mudança
<b>Efeitos da participação</b>	Auto-realização
	Consciencialização
	Ganho de poder (partilha de poder)
	Cidadania
	Valorização/criação de recursos
	Mudança (individual e institucional)
	Desenvolvimento
<b>Condições promotoras da participação</b>	Democracia
	Boa governança
	Rede de relações consistente
	Coesão e confiança
	Processos de capacitação eficazes
	Existência e promoção de capital social
<b>Obstáculos à participação</b>	Normas sociais
	Pobreza
	Desigualdades
	Burocracias
	Falta de confiança em relação aos órgãos de tomada de decisão
	Jogos de interesse e de poder
<b>Riscos inerentes à participação</b>	Manipulação
	Indução de necessidades
	Gestão <i>top down</i>
	Prática da participação desigual

Fonte: Elaboração própria a partir das obras consultadas para este capítulo

Ainda que exista um modelo participativo, metodologias e técnicas que se adequam a este, não existe uma abordagem universal. De entre os métodos participativos, destaca-se o Diagnóstico Rural Participado (DRP) que se aborda a seguir.

### **1.2.5 Diagnóstico Rural Participado – DRP**

Os enfoques de desenvolvimento rural foram-se modificando, como já mencionado anteriormente, de acordo com as mudanças da realidade e em resultado de uma aprendizagem através da aplicação dos diversos modelos. Com este processo de aprendizagem, e continuando a verificar-se a falta de sustentabilidade de muitos projectos de intervenção, deu-se início à execução participada de projectos, procurando dar voz às populações em todos os momentos da intervenção. Desde o diagnóstico à própria avaliação contínua. Criou-se assim o Diagnóstico Rural Participado que teve como antecedente o DRR (Diagnóstico Rural Rápido) e se inspirou também no movimento da educação popular baseada no livro “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire.

O DRP promove a facilitação para a concretização do desenvolvimento rural comunitário e local. No entanto, os métodos participativos não podem ser usados mecanicamente, eles devem corresponder a um compromisso com uma ação de carácter democrático que permita a leitura da realidade pelos grupos de agricultores e pelos técnicos envolvidos de modo que as decisões sobre o futuro dos coletivos possam ser tomadas de forma consciente, logo participada. Por isso, o objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação e consciencialização da comunidade através da participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável. O DRP tem como objectivo a participação interactiva, promovendo e assumindo a participação dos indivíduos em todas as fases de um projecto.

De acordo com Verdejo<sup>15</sup> as vantagens do Diagnóstico Rural Participado são as seguintes:

---

<sup>15</sup>[http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CE0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mda.gov.br%2Fo%2F890598&ei=oGjcT4iVAqrV0QXquKXjCg&usg=AFQjCNEYJx2TW\\_AQD8Y36sIHFpjej9IJg&sig2=eOStWyuYmEEMJYyoHHxU7Q](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CE0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mda.gov.br%2Fo%2F890598&ei=oGjcT4iVAqrV0QXquKXjCg&usg=AFQjCNEYJx2TW_AQD8Y36sIHFpjej9IJg&sig2=eOStWyuYmEEMJYyoHHxU7Q) - Diagnóstico Rural Participativo DRP Guia Prático - Miguel Expósito

- Colocar em contacto directo os que planeiam, os agentes no terreno, com a população da comunidade e vice-versa; participando todos durante o processo de intervenção;
- Facilitar e promover a troca de informação e a verificação desta por todos os grupos da comunidade;
- Promover a multi e a interdisciplinaridade ideal para estabelecer ligações entre sectores, tais como, floresta, agricultura, saúde, educação e outros, visando a sinergia de recursos;
- Promover a participação tanto de homens como de mulheres e dos diferentes grupos da comunidade.

Na presente investigação ter-se-á em conta que cada território apresenta características diferentes, o que conduz a uma intervenção distinta. Existem ainda assim características transversais na aplicação do DRP que vão ao encontro de alguns princípios, como é lógico, da metodologia participativa, sendo que estão interligados. O DRP consiste num processo que visa incluir as perspectivas de todos os grupos inseridos numa determinada comunidade, que valoriza o conhecimento de todos os indivíduos, procura impulsionar uma mudança nos papéis dos indivíduos, já que todos (sejam eles sociólogos, assistentes sociais ou agricultores, entre outros actores) intervêm nos diversos passos do DRP.

### **1.3 Desenvolvimento rural sustentado e participação**

#### **1.3.1 Boa governança como factor promotor do desenvolvimento rural**

Sendo a participação um dos conceitos centrais do trabalho e, como já mencionado, que se encontra ligado a questões de poder e distribuição do mesmo, abordamos por isso o conceito de governança, percebendo, através da definição que se segue, o porquê. Este conceito tem sido objecto de diversas interpretações em função do contexto em que é aplicado. Para o Banco Mundial, governança consiste na “maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país visando o desenvolvimento e a capacidade dos governos de planear, formular e programar políticas e cumprir funções”. De acordo com Young (1992)<sup>16</sup> governança consiste nas

---

<sup>16</sup> Cit in <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art19/>



estruturas e processos através dos quais as sociedades partilham e exercitam o poder que molda as acções individuais e colectivas.

Ao nível local a governança pode ser considerada o resultado da interacção dos diversos actores sociais. Uma boa governança proporciona aos decisores e beneficiários uma actuação articulada e em rede, que visa a implementação de objectivos definidos de forma participada, dentro de uma visão de futuro compartilhada.

Becker (2003) entende governança da seguinte forma:

“O exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objectivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planear a implementação das acções e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território” (Becker, 2003: 80).

De acordo com as definições do conceito de governança, deduz-se que esta se aplique aos diversos níveis territoriais, desde o nível macro, mais global (actuação e concertação dos actores ao nível da União Europeia, ao nível nacional e regional) até ao nível local que pode compreender Gabinetes de Acção Local ou outras iniciativas associativas. Cada nível apresenta graus diferentes de complexidade que teremos em conta de acordo com os diversos âmbitos de análise do presente trabalho.

O desenvolvimento rural sustentável resulta da articulação desses diferentes níveis. Ao nível local, uma boa governança depende da qualidade das redes formais e informais, das parcerias, das organizações e da intervenção individual.

Os processos de governança num determinado local ou território vão também determinar o tipo de participação existente no mesmo e vice-versa. Daí que seja importante observar e analisar as estruturas de partilha de poder, de comunicação e negociação existentes, para se perceber como poderá ser trabalhada a participação, questões relevantes a ter em conta na investigação *in loco* a realizar. O território/local deve tornar-se o sujeito do seu processo de desenvolvimento. Para que tal aconteça, os actores locais/regionais devem envolver-se no processo de concertação social,

estabelecendo consensos e acordos que sejam conformes às suas reais necessidades (Becker, 2003).

Segundo Stark, “*Effective governance is an amalgam of specific practices that make difference between stagnating and flourishing communities*” (2005:1). Segundo o autor uma governança efectiva tem que ter em conta quatro componentes: i) colaboração por parte de todos os parceiros; ii) envolvimento sustentado dos cidadãos fomentando uma metodologia *bottom-up*, recebendo novas ideias; iii) mobilização dos recursos locais/regionais, identificando as vantagens competitivas da região, o capital social e iv) reforço das redes (coesão institucional e territorial) e competências locais (capacidade de liderança, técnicas e metodologias para o desenvolvimento).

O quadro seguinte sistematiza os diversos pontos abordados sobre o conceito de governança e que se deverá ter em conta na análise teórico-empírica.

Quadro 4.1 - Governança: componentes e obstáculos

<b>Componentes da governança</b>	Exercício do poder na administração dos recursos
	Planeamento, programação e formulação de políticas e funções
	Estruturas e processos de partilha de poder
	Processo negocial
	Produto da inter-relação de todos os <i>stakeholders</i>
	Actuação co-articulada
	Colaboração
	Visão e objectivos de futuro partilhados
<b>Obstáculos à governança nos territórios rurais</b>	Envelhecimento populacional
	Baixas qualificações das populações
	Base económica débil
	Desertificação
	Fragilidades decorrentes da baixa densidade populacional
	Redes e parcerias instáveis
<b>Para combater os obstáculos</b>	Análise dos factores promotores e repressores do desenvolvimento
	Análise da paisagem institucional e organizacional

	Atitude proactiva
	Antecipação de riscos
	<i>Community and institutional building</i>
	Fortalecer redes e parcerias
	Adoptar uma visão estratégica

Fonte: Elaboração própria a partir das obras consultadas para este capítulo

### **1.3.2 A capacitação das comunidades (*empowerment*) e a participação das populações em meio rural**

#### **1.3.2.1 Capital social**

Na abordagem às questões do desenvolvimento local/rural e à participação das respectivas populações está implícito o conceito de ‘capital social’ sendo que este pode ser um resultado da capacitação e da participação realizada e, por sua vez, o próprio grau de participação reforçado pela existência de capital social.

Existem diversas definições deste conceito. Por um lado, relaciona-se com o poder dos indivíduos, numa colectividade, trabalhando em conjunto por algo. Quanto maior for a densidade de redes entre as pessoas, mais democracia participativa e mais cooperação social, maior será o capital social de suporte ao desenvolvimento local. Segundo Pierre Bourdieu<sup>17</sup>, capital social consiste no “conjunto de recursos actuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (Matos, 2009:35).

De acordo com Putman (1996) o mesmo conceito relaciona-se com “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas” (Putman, 1996:177). O capital social decorre da existência de fortes laços comunitários que promovem e conduzem à acção colectiva, contribuindo para uma participação efectiva, conducente ao desenvolvimento e à sustentabilidade deste capital.

O capital social pode facilitar uma efectiva participação em meio rural, ou seja, quando a população local se organiza consegue usufruir dos recursos existentes, pois o intercâmbio de informação é facilitado e, por outro lado, pode promover a identificação

<sup>17</sup>Cit in <http://www.cafecomsociologia.com/2012/02/capital-social.html>

de novos recursos para a região, sejam estes endógenos ou exógenos. Daqui devem emergir dinâmicas territoriais que impulsionem o desenvolvimento de zonas rurais que sofram, por exemplo, de desertificação.

Sendo o rural a temática de base da presente investigação, optou-se, para uma futura reflexão, pelo documento “Inovação em Meio Rural”<sup>18</sup> que dá ao capital social o nome de competitividade social e consiste na “capacidade dos diferentes agentes e instituições em actuarem juntos e eficazmente a nível do território. É um estado de espírito, uma verdadeira “cultura”, que assenta na confiança mútua e na vontade e capacidade de reconhecer, exprimir e articular interesses individuais e colectivos” (Farrel & Thirion, 2000: 9). Considera-se por isso um factor relevante no âmbito das intervenções para o desenvolvimento territorial, sendo que corresponde à organização e proximidade dos agentes locais e à sua relação com instituições. “Estas podem constituir uma “inteligência colectiva” num projecto de território, ajudando a tornar o território mais competitivo em relação ao mundo exterior, ao mesmo tempo que enriquece os seus laços de solidariedade internos” (Farrel & Thirion, 2000:10).

### **1.3.2.2 *Empowerment* como forma de combate ao assistencialismo**

Segundo Paulo Freire (2003) a educação é como uma prática de liberdade. É através da educação que os indivíduos se tornam conscientes, capazes de uma atitude crítica do seu contexto, conseqüentemente de uma atitude de mudança. Os indivíduos devem sentir-se sujeitos da sua própria história e não meros objectos. É esta consciência que conduz a uma participação social activa, e que resulta da capacitação dos indivíduos e das comunidades rurais.

Pode-se definir *empowerment* em conformidade com a capacitação já mencionada neste trabalho. *Empowerment* consiste num “processo de reconhecimento (consciencialização), criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sociocultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (Pinto, 2001: 247).

O *empowerment* visa capacitar pessoas, grupos e comunidades que sofrem de discriminação e exclusão social, para que estes exerçam uma participação activa e de

---

<sup>18</sup>Cadernos n.º 6 – fascículo 2 Observatório Europeu LEADER Junho de 2000

forma consciente na vida social, económica e política, sendo actores da sua própria mudança. O processo de *empowerment* é aplicado a diversas populações e em diversas áreas, desde minorias étnicas a migrantes, mulheres, sem-abrigo, desempregados, doentes mentais, vítimas de violência, intervenção comunitária, promoção de direitos e cidadania, e desenvolvimento sustentável em âmbitos diversos.

Sendo que a intervenção comunitária pretende restituir às pessoas o exercício da cidadania, a sua dignidade e um caminho de inclusão, o uso do conceito de *empowerment* torna-se pertinente neste contexto. Para tal torna-se imprescindível a disseminação de poder. O poder manifesta-se nas interacções entre dois ou mais sujeitos. A configuração do binómio dominador/dominado pode alterar-se quando se promove uma redistribuição do poder.

Como capacitar as pessoas para tal? Por um lado, dotando as pessoas de poder para que estas passem a ter acesso a recursos e passem a estar dotadas de capacidades para os mobilizar e influenciar a sua distribuição. Por outro lado, as pessoas devem adquirir capacidade de reflexão, de tomada de decisão e de acção (passar à prática). Para além da capacidade de influenciar o pensamento e o comportamento dos outros, as pessoas devem dotar-se de alguma resistência em relação ao poder dos outros (Carmo, 2007).

O conceito de *empowerment*, ainda que abordado no âmbito individual, é apenas o ponto de partida para chegar ao *empowerment* colectivo, de uma comunidade.

### **1.3.2.3 *Empowerment*, parcerias e sinergias**

Importa também referenciar o conceito de ‘sinergia’ que surge também como parte essencial do processo de *empowerment* que se orienta pela mobilização dos recursos e dos resultados através da promoção de relacionamentos sinérgicos.

O conceito de sinergia deriva do grego “*synergia*”, podendo-se dividir em *syn*= *cooperação*, e *érgon* = trabalho. Consiste no esforço coordenado de vários sistemas e subsistemas na realização de uma função. Geralmente, esta acção conjunta tem um efeito superior do que o somatório das acções isoladas de cada um dos sistemas. O conceito de sinergia está associado ao conceito de parceria, em que os parceiros contribuem para um fim comum.

Das leituras sobre o processo de *empowerment* foi possível sintetizar alguns dos princípios orientadores mais relevantes. Em primeiro lugar, a relação de parceria deve assentar numa base de igualdade, onde todos os actores intervenientes desde os clientes, aos técnicos e às instituições formais e informais se devem ouvir uns aos outros; em segundo lugar, partir da ideia de que aprendemos uns com os outros, e de que devemos passar a informação que possuímos; em terceiro lugar, deve ser mantido um equilíbrio de poder entre os diversos *stakeholders*.

Como se constata, para promover o *empowerment* são necessárias capacidades como as de “(...) mobilizar recursos, aproveitamento do impulso espontâneo para solidariedade, capacidade de gestão, capacidade de organização, capacidade de permanência no sistema” (Araújo, 2006: 31). Havendo a necessidade de conjugar estas capacidades, o que por si já não é fácil, e aplicá-las a uma realidade “adversa” (ao nível político, económico, cultural e da tradição), este é um processo complexo que “pressupõe um conhecimento profundo das paisagens organizacionais, uma certa capacidade de interacção e articulação de interesses, de comunicação intercultural e captação de lógicas dos grupos alvo, das quais as questões que se prendem com o seu lado espiritual e com as relações de poder localmente estabelecidas (Milando *apud* Schieffer, 2005:50).

### **1.3.3 Desenvolvimento local sustentável e sustentabilidade no meio rural**

No sentido de abordar o conceito de desenvolvimento local sustentável, optou-se por definir os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável em separado.

O desenvolvimento local consiste no “(...) processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003:57).

Esta definição enfatiza a existência dos recursos locais/endógenos como um grande potencial para o desenvolvimento local. E devendo ser estes a alavanca para o mesmo, conseguindo gerar rendimentos adicionais. Por outro lado os indivíduos que fazem parte da comunidade são a chave para esse processo, não podendo ser meros objectos mas sim indivíduos activos.

Estritamente ligado ao conceito de desenvolvimento local está o de desenvolvimento participativo que pressupõe a “adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003:58).

Segundo Estivill (2003) é a partir dos anos 80 que começam a emergir as iniciativas de desenvolvimento local que procuram encontrar soluções inovadoras para situações de exclusão social, pobreza e desemprego que não têm resposta no período de crise do Estado Social.

Sintetizando, o desenvolvimento local apresenta as seguintes características

- “ *carácter multidimensional;*
- *visão interdisciplinar;*
- *metodologias participativas e uma lógica de empowerment;*
- *enfoque na realização das capacidades das pessoas em detrimento da satisfação das necessidades da pessoa;*
- *relação com o conceito de cidadania;*
- *natureza baseada na interdependência sistémica.*” (Amaro, 2003:20).

O desenvolvimento sustentável encontra-se geralmente associado, no senso comum, ao ambiente e à ecologia. O presente trabalho explora o conceito na sua vertente mais abrangente, definindo-se este como um “modelo económico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações actuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.”<sup>19</sup>

Ou, de acordo com o relatório de Brundtland<sup>20</sup>,

---

<sup>19</sup>[http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30&Itemid=59](http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=59)

<sup>20</sup>O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, de que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

“O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo, de harmonia, mas antes um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais são tornadas consistentes quer com as necessidades do presente quer com as do futuro” (citado em Rodrigues, 2009:143).

Quando o processo de desenvolvimento não segue a direcção da sustentabilidade coloca-se a questão do descontrolo. Ou seja, se a utilização dos recursos não é feita de forma racionada, assegurando que as próximas gerações possam também usufruir desses recursos, se a distribuição desigual da riqueza gera desigualdades sociais profundas, se é constatado abuso no exercício de poder por parte de minorias, em causa fica o rumo que segue o desenvolvimento. Este afasta-se, de acordo com as definições anteriores, da sustentabilidade.

No âmbito de uma ideia abrangente de desenvolvimento sustentável, “intervêm três grandes forças (...) que são a democracia participativa, o conflito globalismo versus localismo e a ecologia humana” (Rodrigues, 2009:147). Para que estas forças sejam colocadas em movimento deve envolver-se, segundo o autor, o “domínio legal e institucional”, o “domínio cultural e sociedade civil” e o “domínio tecnológico e económico”. Dever-se-á ter em conta estes três domínios ao longo da análise teórico-empírica a realizar mais à frente no trabalho.

Um dos momentos importantes no âmbito do desenvolvimento sustentável foi a conferência das Nações Unidas, que teve lugar em 1992, no Rio de Janeiro. Esta tinha por tema o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda 21 foi um dos documentos aprovados apresentando como um dos “principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, através da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades.”

O desenvolvimento poder-se-á então dizer sustentável quando “(...) consiste num processo social complexo, algo que está acontecer de determinada forma, sendo que se o desenvolvimento se fizer em “direcção” ao ideal da sustentabilidade, então pode dizer-se “desse” desenvolvimento que ele é sustentável” (Rodrigues, 2009:143).

---

dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.



## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

Gomez et al (2005) menciona insistentemente a questão do desenvolvimento sustentável. Ao longo dos tempos apostou-se muito no crescimento económico impulsionado pela ciência e tecnologia mas, na realidade, esse crescimento não foi acompanhado por um desenvolvimento social equilibrado, que integrasse todas as pessoas, não só aqui e agora, mas também no futuro e em diferentes continentes. Daí a fixação de um objectivo que se definiu como “desenvolvimento sustentável”, um desenvolvimento que promovesse a qualidade de vida, de maneira justa, agora e no futuro. Sistematiza-se o que foi dito através do seguinte quadro:

Quadro 5.1 - Desenvolvimento sustentável

<b>Caracterização do Desenvolvimento Sustentável</b>	Processo social complexo
	Satisfação das necessidades do presente sem comprometer as futuras
	Processo de mudança
	Desenvolvimento equilibrado
	Processo inclusivo
	Qualidade de vida
<b>Forças promotoras do desenvolvimento sustentável</b>	Democracia participativa
	Ecologia humana
	Globalismo versus localismo
	Cidadania
	Participação dos indivíduos
<b>Domínios sobre os quais intervir para efeitos de sustentabilidade</b>	Domínio legal e institucional
	Domínio cultural e sociedade civil
	Domínio tecnológico e económico

Fonte: Elaboração própria a partir das obras consultadas para este capítulo

Sendo o desenvolvimento rural um dos conceitos essenciais do presente trabalho, convém também ligar a sustentabilidade ao mesmo. Logo, e de acordo com o documento ‘Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural’ a sustentabilidade associada ao desenvolvimento rural assenta

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

“(...) na vertente económica - produtora de bens de mercado; na ambiental - gestora de recursos e territórios; e na social - integradora de actividades e rendimentos, identificando-se assim com uma actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva”(...) fundamentada em cinco objectivos estratégicos (...) “i) Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; ii) Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais; iii) Revitalização económica e social das zonas rurais; iv) Reforço da coesão territorial e social; e v) Promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial” (Grupo Reflexão Estratégia MADRP, 2005: 4).

Constatando que estamos perante uma crise social, económica e ambiental que se reflecte tanto no meio urbano como no meio rural, e contra a qual o nosso actual modelo economicista/capitalista pouco ou nada pode fazer, é necessário construir um novo modelo de sociedade. Este deverá assentar na prática de um desenvolvimento sustentável e numa acção responsável e participada de todos os habitantes. Esta mudança é considerada tanto mais eficaz quanto mais eficiente for a intervenção para um desenvolvimento participado.

Foram explorados conceitos vários. No sentido de facilitar uma síntese teórica foi elaborada uma súpula dos conceitos utilizados (Anexo I) e um diagrama explicativo da lógica relacional existente entre eles (Anexo II).

### **1.4 Da teoria à prática: opções metodológicas**

O método é o caminho a percorrer para alcançar um fim. É implementado através de processos práticos que são as técnicas, necessárias para pesquisar, recolher e tratar a informação.

Como método de base para a presente investigação optou-se pelo estudo de caso. Este adequa-se à necessidade de explorar, analisar e descrever um determinado contexto ou fenómeno complexo, visando a compreensão do mesmo. De acordo com os objectivos do trabalho procurar-se-á através dos estudos de caso encontrar respostas para as questões colocadas, analisando interacções entre factores relevantes do fenómeno em questão, procurando uma compreensão holística do mesmo.

Usando este método a investigação assume-se “como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser especial, ou

pelo menos, em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse” (Ponte, 2006: 2).

O método do estudo de caso possibilita o uso de diversas técnicas. Elegeram-se três que se adequam à presente investigação.

Primeira. Realização de entrevistas semi-estruturadas a actores chave que possam transmitir as suas vivências e possibilitem a recolha de dados do terreno. Optou-se pela técnica da entrevista em detrimento do inquérito para aceder a uma informação mais abrangente ainda que a sua análise seja mais complexa. Estas entrevistas são constituídas por questões abertas – proporcionam uma relação mais descontraída entre o entrevistado e o entrevistador, uma maior riqueza de detalhes e mais espontaneidade – e perguntas mais fechadas – facilitam a orientação da entrevista e a obtenção de dados mais objectivos; facilitam também a análise comparativa das entrevistas ou análise de conteúdos (Anexo III e IV).

Segunda. Observação participante. Ainda que esta careça de um processo mais prolongado de investigação no terreno, foi adaptada ao curto espaço de tempo disponível. Utilizou-se para complementar as entrevistas realizadas adoptando como instrumento grelhas de observação (Anexo V).

Terceira. Análise de conteúdo tendo como suporte o modelo de análise (Anexo VI), para sistematizar os dados recolhidos através das entrevistas e para facilitar o seu cruzamento com o quadro teórico.

Na sequência da pesquisa sobre intervenções realizadas no âmbito do desenvolvimento rural (revitalização de aldeias) e no sentido de levar a cabo a presente investigação, foram seleccionadas como objecto empírico duas aldeias: Safara no concelho de Moura e Branda da Aveleira no concelho de Melgaço.

Esta opção teve por base as diferenças / diversidades existentes entre as duas aldeias – desde a paisagem, clima, cultura e economia, até aos parceiros institucionais e tipologia das intervenções – visando a recolha de informação tão abrangente quanto possível tendo em vista uma resposta cabal à pergunta de investigação.

#### **1.4.1 Modelo de análise**

O modelo de análise (Anexo VIII) “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre o campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy, 2008:109).

Segundo Quivy (2008) para se construir um conceito é necessário determinar primeiramente as dimensões que o constituem, através das quais este dá conta do real. De seguida, são configurados os indicadores que permitam a medição das dimensões do conceito e que habilitam ao confronto com o real.

Na sequência do enquadramento teórico foram identificados o desenvolvimento rural, o desenvolvimento participativo e o desenvolvimento sustentável como os conceitos a ser operacionalizados. A operacionalização destes conceitos tem como objectivo, no campo prático, a obtenção de respostas às questões de investigação bem como à pergunta de partida. Numa primeira fase, confrontar-se-ão os conceitos teóricos com a realidade dos locais alvos de investigação, visando a confirmação da adequação, ou não, dos conceitos teóricos e respectivas teorias à prática. Analisar-se-ão também as percepções dos actores envolvidos visando a descrição e compreensão do ambiente socioeconómico.

#### **1.4.2 Campo empírico e concreto da investigação**

Após enquadramento teórico do objecto de estudo/pesquisa, onde foram apresentados e relacionados diversos conceitos teórico-práticos, passa-se à caracterização do objecto empírico. A empíria é constituída por duas “aldeias” onde foram realizadas intervenções para o desenvolvimento rural. Tendo bem presente que esta não é estatisticamente uma amostra representativa, optou-se por aldeias com contextos geográficos, demográficos, históricos e institucionais diferentes que conduzisse à possibilidade de conclusões melhor sustentadas para o presente trabalho.

Fez-se uma caracterização das duas aldeias e respectivos concelhos no que diz respeito às vertentes histórica, geográfica, demográfica, económica e social sendo esta a base de partida para o terreno. No terreno procurou-se realizar entrevistas ao maior número de pessoas chave no processo das intervenções para o desenvolvimento. Teve-se em conta o pouco tempo existente para a realização da investigação *in loco*, a possível falta de

disponibilidade das pessoas para participar nas entrevistas, a distância geográfica dos locais, e o papel de cada pessoa no processo de desenvolvimento. Estes pressupostos e obstáculos subjacentes têm influência na análise final.

De acordo com Guerra existem diferentes tipos de modalidades de amostragem e diferentes tipos de amostras. No presente trabalho, a recolha de dados pode-se definir como qualitativa, aproximando-se da modalidade de amostragem por casos múltiplos, para o efeito, amostra por contraste-aprofundamento. “Pretende-se estabelecer a comparação entre dois casos contrastados, que funcionam simultaneamente como estudo de caso e como tipologia de casos múltiplos” (Guerra, 2006: 47). Pelas razões apresentadas, os casos a estudar são a “aldeia” turística/histórica Branda da Aveleira e a aldeia de Safara.

## II – INCURSÃO PELAS ALDEIAS: SAFARA E BRANDA DA AVELEIRA

### 2.1 Território, População e História- O caso de Safara

*Alentejo  
A luz que te ilumina,  
Terra da cor dos olhos de quem olha!  
A paz que se adivinha  
Na tua solidão  
Que nenhuma mesquinha  
Condição  
Pode compreender e povoar!  
O mistério da tua imensidão  
Onde o tempo caminha  
Sem chegar!...*

Miguel Torga

#### 2.1.1 Localização

Na planície alentejana, encontra-se Safara, freguesia do concelho de Moura, distrito de Beja.

Figura 1.2 - Mapa – concelho de Safara



Fonte: <http://www.bejadigital.biz/pt/conteudos/territorial/caracterizacao+do+distrito/Concelho+de+Moura/> 2011

### 2.1.2 História e Cultura

Safara remonta aos tempos da Idade do Ferro, aquando do início da sua ocupação, como o comprova a existência de um povoado fortificado datado desse período. O território foi marcado pela ocupação romana e árabe, sendo os últimos os responsáveis pelo nome Safara. O nome tem origem no árabe e significava “campina” por esta se localizar numa grande planície.

Safara situa-se numa zona fronteira, tendo sofrido por isso várias investidas das tropas castelhanas durante as guerras da restauração. *“Nela se recrutaram em 1642, por ordem de D. Henriques, 50 mosqueteiros para perseguirem soldados castelhanos, que tinham vindo devastar e saquear os seus subúrbios.”*<sup>21</sup>

Aldeia tipicamente alentejana, situada no interior do país, apresenta espaçosas ruas com casas caiadas de branco no interior e no exterior. As casas eram originalmente construídas em taipa e os telhados apresentavam barrotes de pinho e caniço com telhas de canudo do tipo regional, substituídas recentemente por telhas mais modernas.

A Igreja Paroquial data de 1500, tendo sido concluída por volta de 1602, quando Portugal estava sob o jugo da Casa d' Áustria. Está situada numa bonita praça no centro da povoação, o que contribui para realçar a sua beleza.

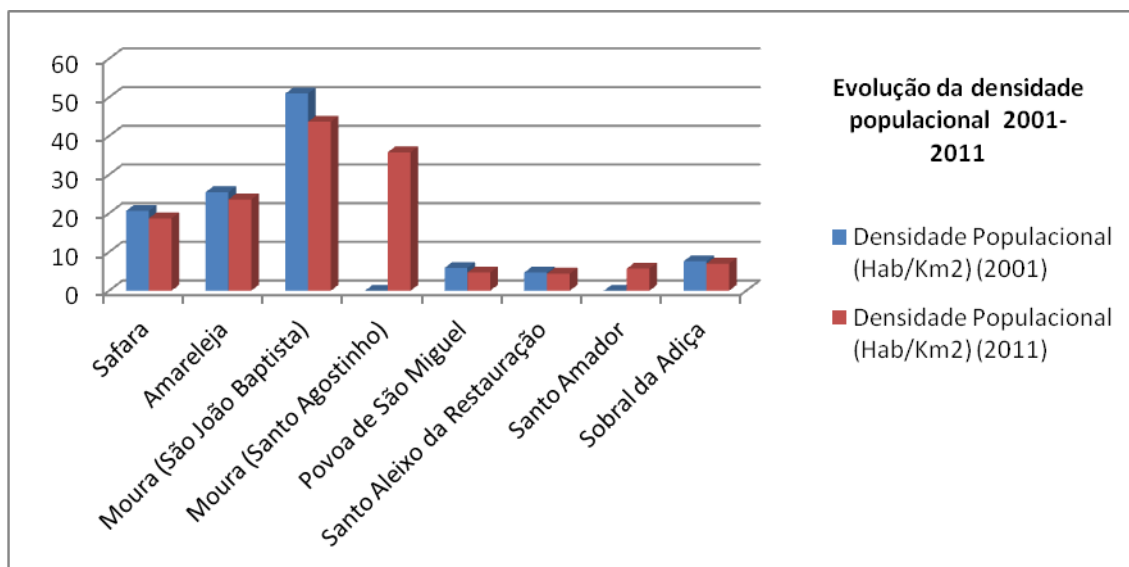
### 2.1.3 Caracterização geográfica e demográfica

Safara situa-se numa zona de planície entre as ribeiras de Toutalga, Ardila e Murtigão. O concelho de Moura tem 957,73 km<sup>2</sup> e subdivide-se em 8 freguesias. A freguesia de Safara com 57,62 km<sup>2</sup> representa 6% da área do concelho e apresenta uma densidade populacional de 18,7 hab/km<sup>2</sup>. No gráfico seguinte pode-se observar a evolução da densidade populacional, entre 2001 e 2011, nas freguesias do concelho.

---

<sup>21</sup>Ver em <https://sites.google.com/site/safaraal/historia-de-safara>

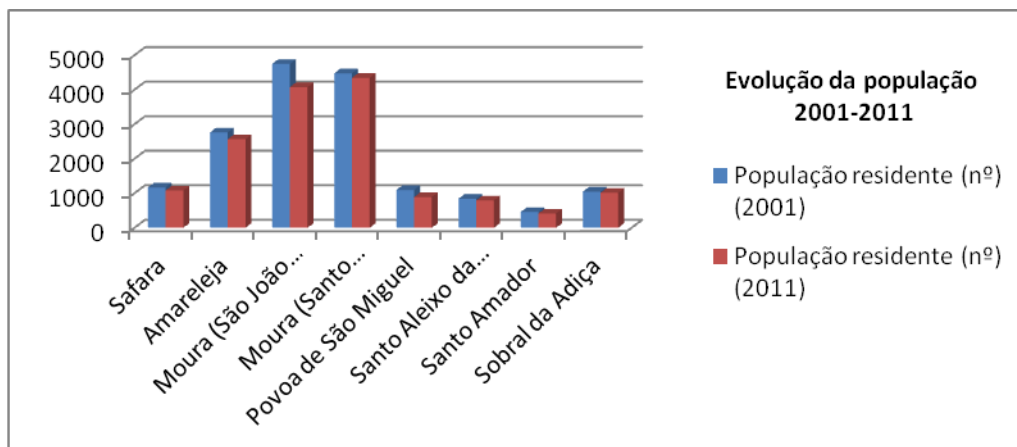
Figura 2.2 - Evolução da densidade populacional 2001-2011



Fonte: INE Censos 2011

Safara encontra-se a 21 km de Moura e a 60 km de Beja. Estas distâncias correspondem a um tempo de viagem médio de 22 minutos até Moura e de 75 minutos até Beja. O pavimento em alcatrão está em bom estado de conservação. As acessibilidades são boas (rectas longas com algumas curvas) permitindo uma fácil mobilidade entre as localidades. Safara apresentava em 2001 (INE) 1167 habitantes, número reduzido para 1078 habitantes em 2011, espelhando um dos problemas mais graves do meio rural – a desertificação humana. De acordo com o INE, os censos de 2001 e 2011 reflectem uma diminuição efectiva da população como se pode verificar no quadro seguinte:

Figura 3.2 - Evolução da população 2001-2011



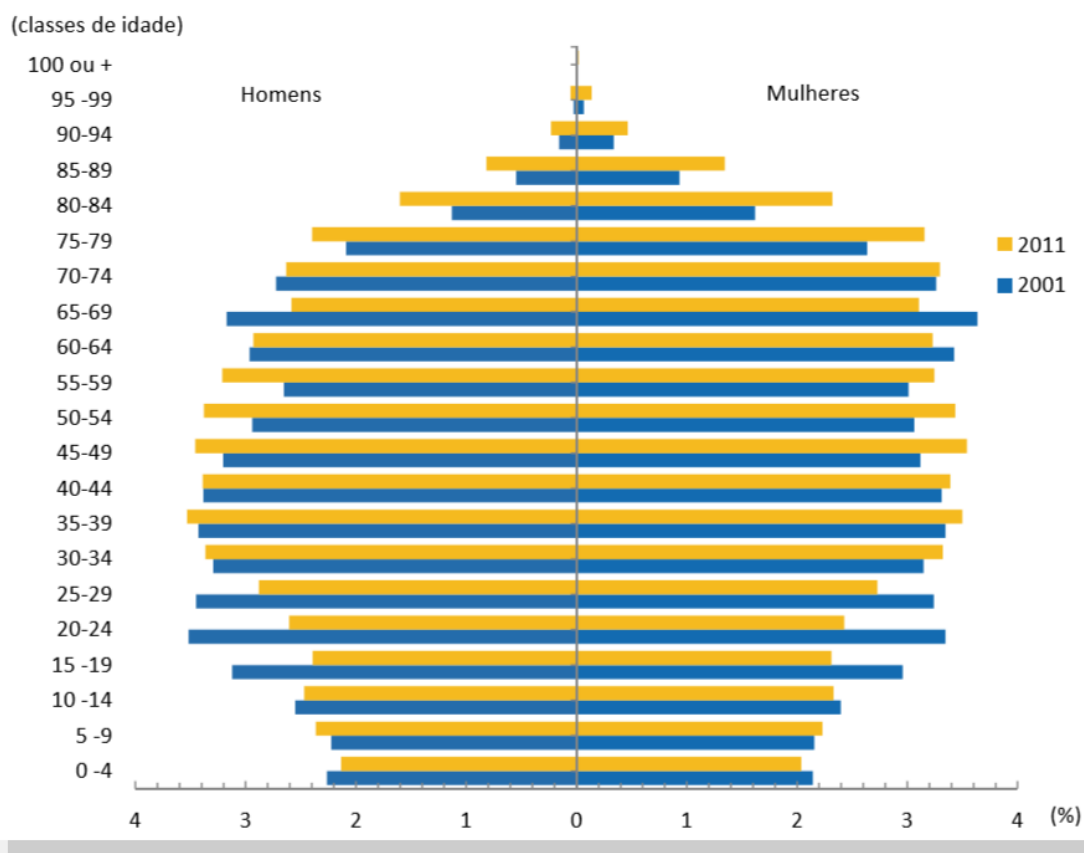
Fonte: INE Censos 2011



Observa-se uma variação negativa resultante dos fenómenos de uma menor natalidade e movimentos migratórios. O que se reflecte na variação negativa da densidade populacional apresentada no gráfico anterior.

Em 2001 a região do Alentejo revelava já um envelhecimento mais acentuado que o restante país. A idade média da população residente era de 43,1 anos, a mais alta das regiões de Portugal. Entre 1991 e 2001 a situação do envelhecimento no Alentejo agravou-se, com uma diminuição da representatividade dos grupos mais jovens e um aumento de representatividade dos grupos mais idosos (INE, Censos 2001). Na última década censitária o desequilíbrio demográfico continuou a acentuar-se, diminuindo a população mais jovem e aumentando a população com idade mais elevada, o que se pode observar na figura seguinte:

Figura 4.2 - Pirâmide etária da população residente na região do Alentejo em 2001 e 2011

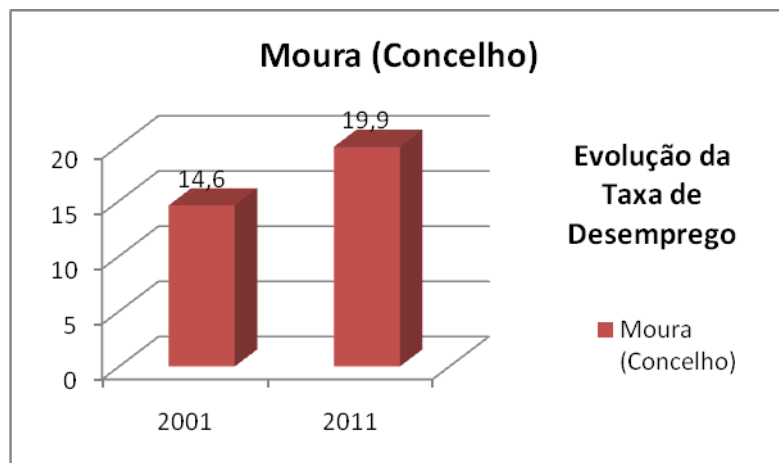


Fonte: INE Censos 2011

### 2.1.4 Caracterização socioeconómica

Tal como a desertificação o desemprego tem sido um problema crescente que se pode confirmar observando o gráfico seguinte.

Figura 5.2 - Evolução da taxa de desemprego no concelho de Moura



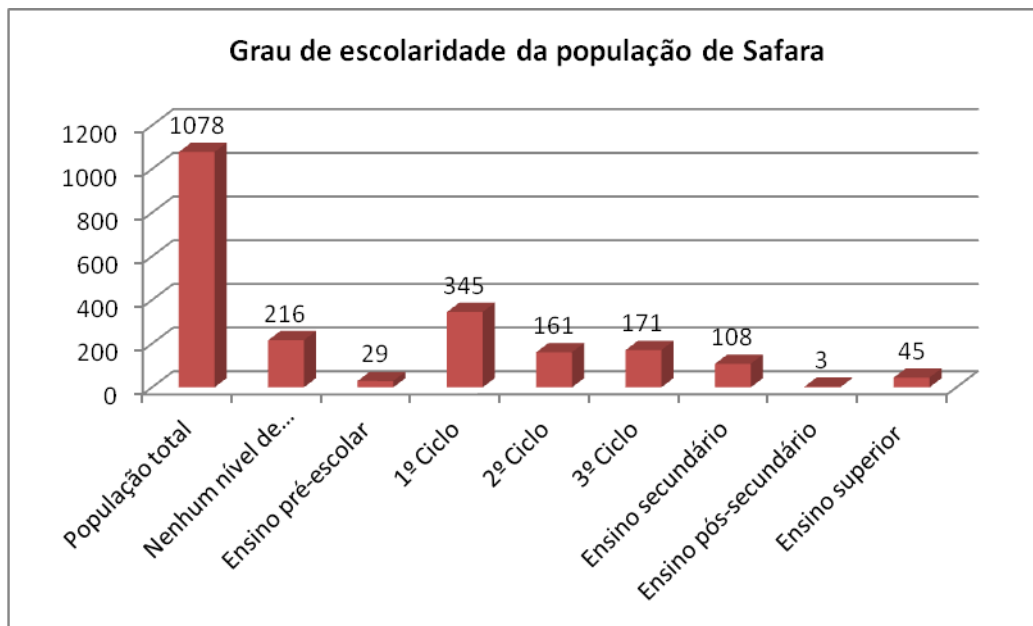
Fonte: INE Censos 2011

No período de 1991 a 2001, a representatividade dos níveis escolares mais baixos no Alentejo diminuiu, ao passo que o peso dos níveis escolares mais graduados aumentou (INE, Censos 2001).

A proporção de residentes sem instrução formal baixou de 42% para 32%; a proporção no ensino secundário aumentou de 5% para 9% e a do ensino superior subiu de 1,5% para mais de 4%. (INE, Censos 2001)

Apesar da região do Alentejo retratar já uma evolução quanto ao grau de escolaridade, constata-se através do gráfico seguinte a continuidade de um maior peso de população nos graus de escolaridade menos elevados. Esta situação está associada às faixas etárias mais elevadas, que predominam.

Figura 6.2 - Grau de escolaridade da população de Safara



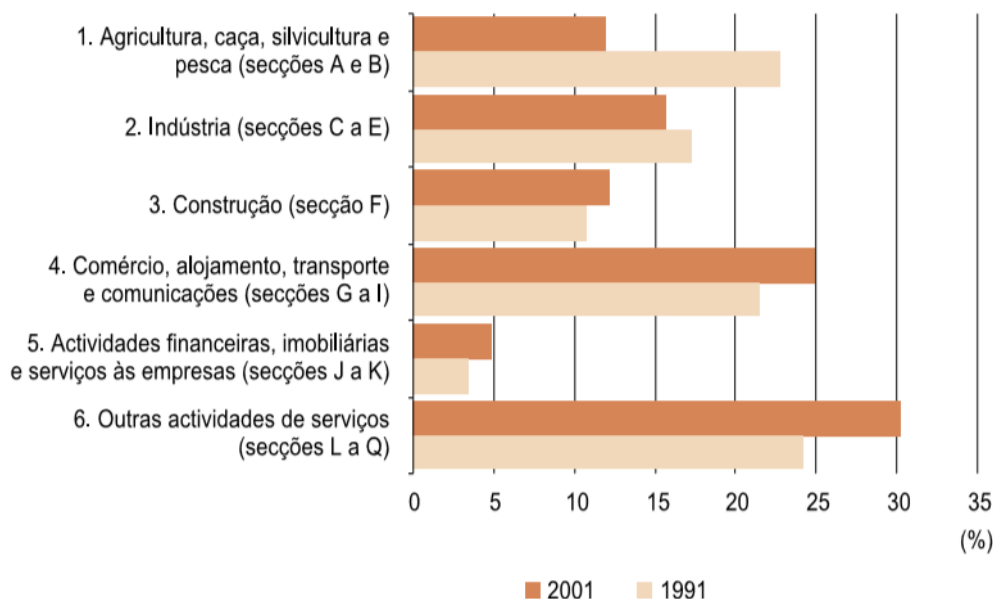
Fonte: INE, Censos 2011

#### Áreas de actividade (economia)

Em 2001 a maior parte da população empregada residente no Alentejo exercia actividade no sector dos serviços e, em particular, nos ramos de “Outras actividades de serviços” e do “Comércio, alojamento, transportes e comunicações”. (INE, Censos 2001)

A variação ocorrida entre 1991 e 2001 no Alentejo caracterizou-se, genericamente, por uma diminuição dos pesos do sector primário e da indústria e por um aumento relativo da construção e dos serviços. Notou-se, no entanto, que a importância do terciário social cresceu mais na região do que no país (INE, Censos 2001).

Figura 7.2 - Taxa de emprego por ramo de actividade 1991-2001



Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, os sectores de actividade que empregavam mais população na região do Alentejo eram as “Outras actividades de serviços” com 32,4%, seguido do “Comércio, alojamento, transportes e comunicações” com 27,9% e da “Indústria” com 14,7%. Face a 2001, e acompanhando a tendência verificada a nível nacional, assistiu-se a uma terciarização da economia regional, a par de uma perda da importância da agricultura (INE, Censos 2011).

Mais especificamente, na freguesia de Safara identificam-se como sectores de actividade económica a agricultura, a olivicultura e a pecuária. Na gastronomia destacam-se o característico pão, o azeite, os enchidos e os bolinhos de Safara. O artesanato, como outro contributo para o desenvolvimento da economia, tem como base a cestaria, cadeiras de buinho, ferro forjado, rendas e bordados.

Pode-se observar no quadro seguinte a distribuição sectorial da população activa empregada, tendo esta um maior peso no sector terciário.

Quadro 1.2 - Taxa de actividade na freguesia de Safara

Zona Geográfica	População economicamente activa						
	Total		Empregada				
			Total		Primário	Secundário	Terciário
	HM	H	HM	H			
Safara	452	245	331	186	91	59	181

Fonte: INE Censos 2011

Através da leitura do quadro constata-se que apesar de estarmos perante uma zona rural, supostamente agrícola e pastoril, o sector terciário tem mais activos que os restantes sectores. Provavelmente deve-se ao facto da agricultura ter perdido peso nas últimas décadas sendo actualmente, na maior parte dos casos, praticada como subsistência e complementar de outras actividades. Por um lado, de acordo com as características geográficas do Alentejo, predominam os latifúndios e culturas temporárias com longos pousios devido ao tipo de terreno, podendo estes factores conduzir também a um menor número de indivíduos a trabalhar no sector. Por outro lado, a competitividade da agricultura é baixa conduzindo a um menor investimento na mesma. Quanto ao género verifica-se que a taxa de actividade feminina é inferior à masculina.

#### Serviços/equipamentos e tecido associativo

Safara tem ao seu dispor vários equipamentos como a Escola B1/JI de Safara, o Centro Social e Comunitário, a Casa da Divina Providência, uma farmácia, a extensão de saúde, os correios, o posto da GNR, a Casa do Povo, a Junta de Freguesia e organismos associativos como o Círculo Artístico Musical Safarenses.

Realizam-se em Safara festas em homenagem a diversos santos. Destacam-se, a 20 de Janeiro a Festa de S. Sebastião, de 2 em 2 anos as Festas da Semana Santa, conhecidas por Festas das Endoenças e de 22 a 25 de Julho as Festas de Santa Ana.

#### Património

Safara é rica em património, especialmente no âmbito religioso. É possível visitar a capela de Santana, a Capela de S. Sebastião, a Cruz de Murteira, o Castelo Velho de Safara, a Ermida da Coroada, o Moinho da Caveirinha, o Moinho de Santa Marina, a Igreja de S. Sebastião, a Ermida de Santa Ana, a Ponte Romana e a Igreja Matriz.

### 2.1.5 Programas e projectos de desenvolvimento

A Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura) criada em 1993 é uma associação sem fins lucrativos, com sede em Moura, tendo como objecto da sua intervenção apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do concelho de Moura. De acordo com o site oficial da ADCMoura esta apresenta como áreas prioritárias de intervenção:

“A Formação e Qualificação, Educação Ambiental, Empreendedorismo e Criação de Empresas, Cidadania Activa e Empowerment, Mobilidade e Qualificação dos Espaços Urbanos e Rurais, Marketing Territorial, Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género. Participou (como promotora, interlocutora ou parceira) em diversos projectos “de natureza integrada e plurianual, de abrangência local, regional, nacional e transnacional, em áreas sobretudo relacionadas com a Educação para o Empreendedorismo, a Participação em Projectos de Território e o Apoio à Criação de Empresas em Rede Multi-institucional”. Na actualidade, encontra-se particularmente empenhada no desenho e desenvolvimento de projectos de inovação social, que vão da valorização e mobilização do potencial endógeno à criação de novas dinâmicas e serviços mobilizadores de competências, em que se inclui o apoio à criação e consolidação de empresas, baseado no trinómio formação / incubação / instalação.”<sup>22</sup>

Safara tem vindo a ser alvo de intervenções para o desenvolvimento há cerca de dezasseis anos, desde 1997. Com base nos diversos trabalhos de levantamento e estudo que têm vindo a ser realizados desde 1994 foram sendo implementados projectos<sup>23</sup>.

#### Quadro 2.2 - Cronologia de projectos ADCMoura

1997	Apoio na candidatura e no desenvolvimento do projecto de criação do Centro Comunitário de Safara, da Casa do Povo de Safara (Programa INTEGRAR) e à empresa de inserção da Casa do Povo de Safara (IEFP)
1997-1998	Apoio na candidatura e no desenvolvimento da Escola-Oficina de Artesanato de Safara da Casa do Povo de Safara (Programa Escolas-Oficinas, IEFP)
1999-2001	Projecto RODA-VIVA - Projecto Local de Intervenção do Concelho de Moura

<sup>22</sup><http://adcmoura.pt/>

<sup>23</sup>Outros projectos. Distinção atribuída ao Projecto Envolvimento Parental na Escola pelo OBSERVA / ICS e pelo Instituto do Ambiente (Mostra de Projectos de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Exponor) (2006). Curso de Formação Profissional de Ajudantes Familiares (Programa INTEGRAR) (1998), Apoio técnico contínuo/pontual a IPSS e instituições afins: Centro Social e Comunitário de Safara, Associação Sobralense de Apoio ao Idoso, Centro Social de São Miguel, Associação de Reformados e Pensionistas do Concelho de Moura, Centro Social de Amareleja, Santa Casa da Misericórdia de Moura e Abrigo de Santo António (1999).

	(PIPPLEA – IEFP)
1998	Proposta Aldeia - Aldeia de Safara / Diagnóstico e Propostas de Intervenção (PROALENTEJO - CCDRA)
2003-2006	Plano de Intervenção de Safara (Medida AGRIS)
2004	Exposição "O regresso à terra - redescobrimo e reinventando Safara" (POEFDS e MEDIDA AGRIS)
2011-2013	Projecto ASAS

Fonte: Elaboração própria a partir de <http://adcmoura.blogspot.pt/2007/01/historial-de-projectos.html>

A mais recente intervenção (2011-2013) consistiu no projecto Aldeias Sustentáveis e Activas (ASAS) que teve como finalidade valorizar a intervenção em aldeias isoladas ou em risco de despovoamento, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida para os seus habitantes, através da revitalização económica e social dos territórios, com base numa estratégia integrada de diversificação da economia e do emprego local e da valorização dos recursos endógenos, assentes em lógicas de participação comunitária e cooperação interterritorial. Do ASAS resultaram 3 grupos de trabalho. Um relaciona-se com a agricultura que visa no futuro promover o cultivo dos olivais tradicionais e a criação de um entreposto em Safara que receba as colheitas de azeitonas. O segundo grupo situa-se no âmbito do turismo em espaço rural, que prevê promover o património cultural, imobiliário e natural de Safara. O último grupo de trabalho pretende dinamizar a Casa da Moagem<sup>24</sup> como espaço de *co-working*, inclusive no âmbito do artesanato e produção de ervas aromáticas.

## 2.2 Território, População e História – O caso da Branda da Avelreira

*“(...)A montanha representa a natureza por excelência: as condições de vida e do meio particularmente rudes e as dificuldades de penetração favoreceram a manutenção de certos equilíbrios ecológicos das suas paisagens, de tradições no habitat e o modo de vida que representam um imenso capital de natureza viva, de ar e água puros, de solidão. A preservação desses valores é uma tarefa inadiável, tanto mais que a montanha representa o antídoto da sociedade moderna, da sociedade urbana”*

Molina (2002)

<sup>24</sup>Tirando partido das antigas instalações de uma unidade de moagem de cereais, o novo Centro de Artesanato e Cultura de Safara é um equipamento polivalente ao serviço da população e de procuras turísticas, com funções culturais, sociais e económicas, através de um aproveitamento múltiplo das potencialidades e oportunidades associadas aos recursos do território.

### 2.2.1 Localização

Aveleira, apesar de ser apelidada de aldeia, é uma branda que pertence à freguesia de Gave inserida no concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo.

Figura 8.2 - Mapa do concelho de Melgaço



Fonte: <http://www.mapadeportugal.net/MapaConcelho/1603.gif> 2011

### 2.2.2 História e Cultura

Segundo a obra “O produto turístico do Alto Minho”, Gave remonta ao período megalítico, de acordo com a existência de monumentos megalíticos na zona. A freguesia de Gave encontra-se no vale do rio Mouro, estendendo-se por terras em socolcos nas encostas montanhosas da serra da Peneda.

Por serem de extrema importância na freguesia e na região como um todo, importa falar-se das brandas ou verandas, que apesar da distância estão ligadas à respectiva aldeia. As brandas são locais geralmente situados a cerca de mil metros de altitude onde os habitantes/pastores passam, com o seu gado, a estação do Verão, geralmente entre os



meses de Maio e Setembro, após os quais regressam à sua aldeia, ou inverneira, situada nos vales. Durante os meses de verão os pastores pernoitam nas “*cardenhas*”, pequenas construções em pedra que têm um andar térreo para guardar os animais.<sup>25</sup>

Este fenómeno da transumância acontece, pelo menos desde o sec. XII. As populações viviam condicionadas pelo clima e era desta forma que o contornavam, e a ele se adaptavam. No caso da Branda da Azeiteira segundo Sampaio (1991) os brandeiros da freguesia de Gave sobem com o seu rebanho para os pastos da Branda, libertando os terrenos situados em altitudes mais baixas para o cultivo do milho e feijão. Os rebanhos são maioritariamente constituídos por gado bovino, ovino e cavalar, existindo também algum caprino. Correu-se o risco de extinção deste fenómeno nos anos 60 e 70 aquando da imigração mas, posteriormente e curiosamente, muitos regressaram à Branda.

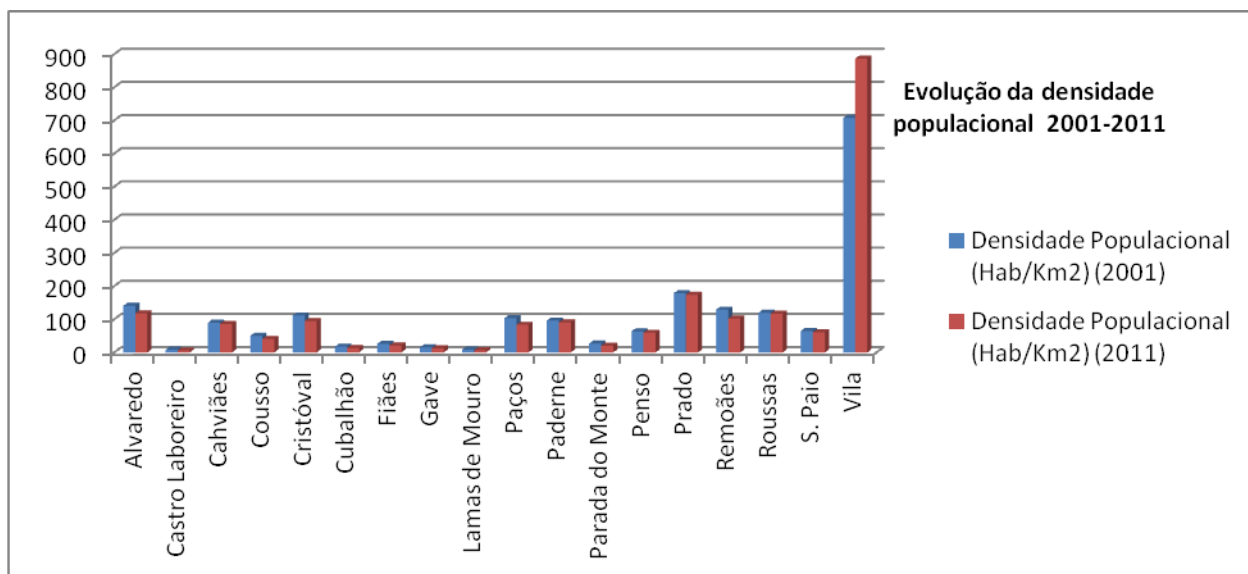
### **2.2.3 Caracterização geográfica e demográfica**

Gave situa-se no vale do Rio de Mouro em plena serra da Peneda. Melgaço tem 239,04 km<sup>2</sup> e subdivide-se em 18 freguesias. A freguesia de Gave com 9,75 km<sup>2</sup> representa 4% da área do concelho, e apresenta uma densidade populacional de 24,3 hab/km<sup>2</sup>. No gráfico que segue pode observar-se a evolução da densidade populacional, entre 2001 e 2011, nas freguesias do concelho.

---

<sup>25</sup> Sampaio define branda ou veranda na sua obra “O produto turístico do Alto Minho” da seguinte forma “*em volta da serra, todas as freguesias acunham para os seus altos, mais umas, e outras menos. Lavradas e semeadas as terras, faltam pastos para os gados e por isso levam-se para a serra para a veranda. Há quem tenha aí terrenos particulares e há quem utilize apenas o baldio. Havia os poulas, palavra desconhecida dos dicionários. Eram descampados onde o gado se reunia. Cada lugar ou freguesia tinha o seu poulo para no Verão concentrar os gados que pastavam pela serra em plena liberdade.*”

Figura 9.2 - Evolução da densidade populacional 2001-2011



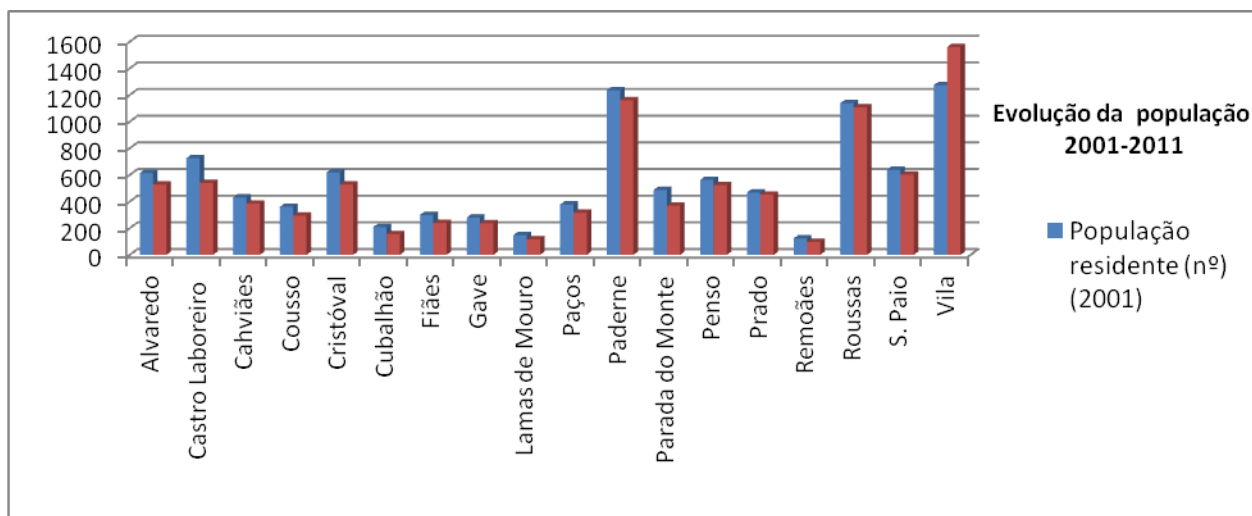
Fonte: INE Censos 2011

Gave encontra-se a 13 km de Melgaço e a 90 km de Viana do Castelo. Estas distâncias correspondem a um tempo de viagem médio de 20 minutos até Melgaço e de 90 minutos até Viana do Castelo. O pavimento em alcatrão encontra-se em bom estado de conservação.

Em Gave, ainda que seja estrada de curva e contra curva e um longo caminho a ser percorrido, 50 brandeiros partem de carro de manhã para a branda regressando a casa ao final da tarde, mantendo assim a tradição.

Gave tem cerca de 237 habitantes (INE 2011) e 414 eleitores. A desertificação humana tem sido um dos problemas mais graves no meio rural, e a freguesia de Gave não escapa à tendência. De acordo com o INE, os censos de 2001 e 2011 reflectem uma diminuição efectiva da população como se pode ver no gráfico seguinte:

Figura 10.2 - Evolução da população 2001-2011



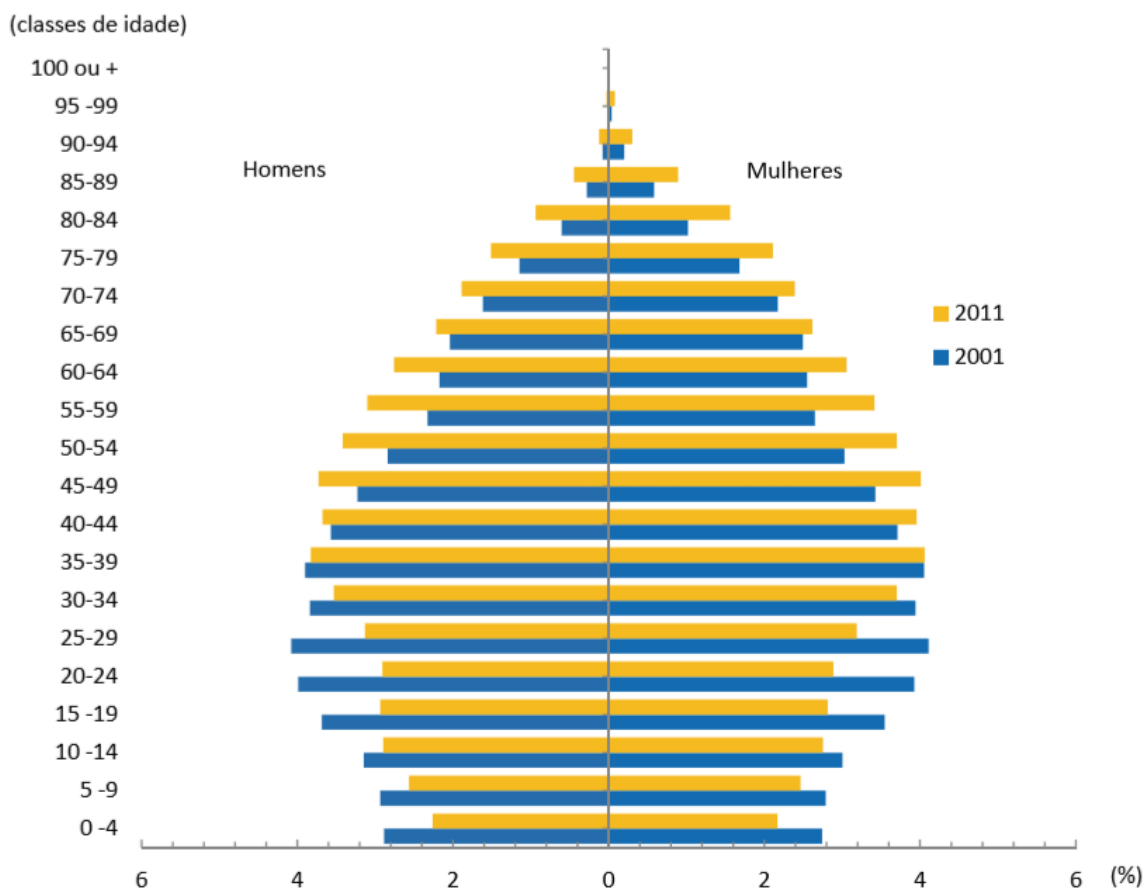
Fonte: INE Censos 2011

De acordo com o diagnóstico realizado pelo Concelho Local de Acção Social (CLAS) desde 1950 que se assiste a uma “*variação negativa, que representa uma diminuição superior a 40%, e pode ser explicada pelas modificações ocorridas, durante o período, ao nível dos seguintes fenómenos demográficos: a natalidade/fecundidade, a mortalidade e os movimentos migratórios*” (1998:19), o que se reflecte na evolução da população e na variação negativa da densidade populacional apresentada no gráfico anterior.

Na década de 90, a região Norte observou uma quebra na proporção de jovens (0-14 anos) em relação à população total. Passou de 22,1%, em 1991, para 17,5%, em 2001. Em contraste e para o mesmo período, a importância relativa dos idosos (65 ou mais anos) aumentou de 11,4% para 14,0% (INE, censos 2011).

Na última década 2001-2011 acentuou-se o desequilíbrio demográfico no país e também na região Norte. A pirâmide etária para a região Norte evidencia a diminuição da população mais jovem, e o forte aumento da população mais idosa. Em 2001, 17,5% da população tinha entre 0-14 anos e em 2011 apenas 15,1%. Inversamente, a população mais idosa passou a ter maior expressão. A população com 65 e mais anos representava em 2001 cerca de 14,0% e em 2011 atinge os 17,1%. Este fenómeno de envelhecimento populacional observa-se através da alteração do traçado da pirâmide, nomeadamente na base como se pode ver na figura abaixo (INE, Censos 2011).

Figura 11.2 - Pirâmide etária da população residente na região do Norte 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

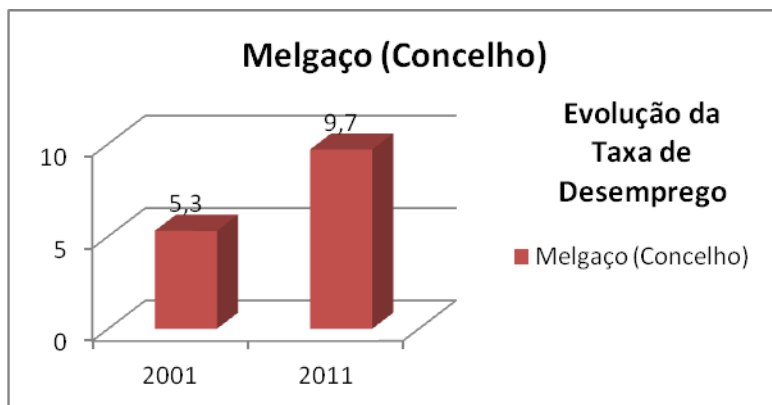
Segundo o documento ‘Diagnóstico e Plano de Acção da Agenda 21 de Melgaço’,

(...) internamente as freguesias apresentam, na sua maioria, crescimentos naturais negativos o que justifica a evolução da população nas últimas décadas. Não tendo dados relativos aos movimentos migratórios por freguesia apenas se pode afirmar, de forma empírica, que ao movimento natural acresce a saída de população das freguesias com um carácter mais rural para a sede de concelho ou mesmo para fora do concelho em direcção à Área Metropolitana do Porto” (2008:10).

#### 2.2.4 Caracterização socioeconómica

Tal como a desertificação, o desemprego tem sido um problema crescente que se pode confirmar no gráfico seguinte.

Figura 12.2 - Evolução da taxa de desemprego no concelho de Melgaço

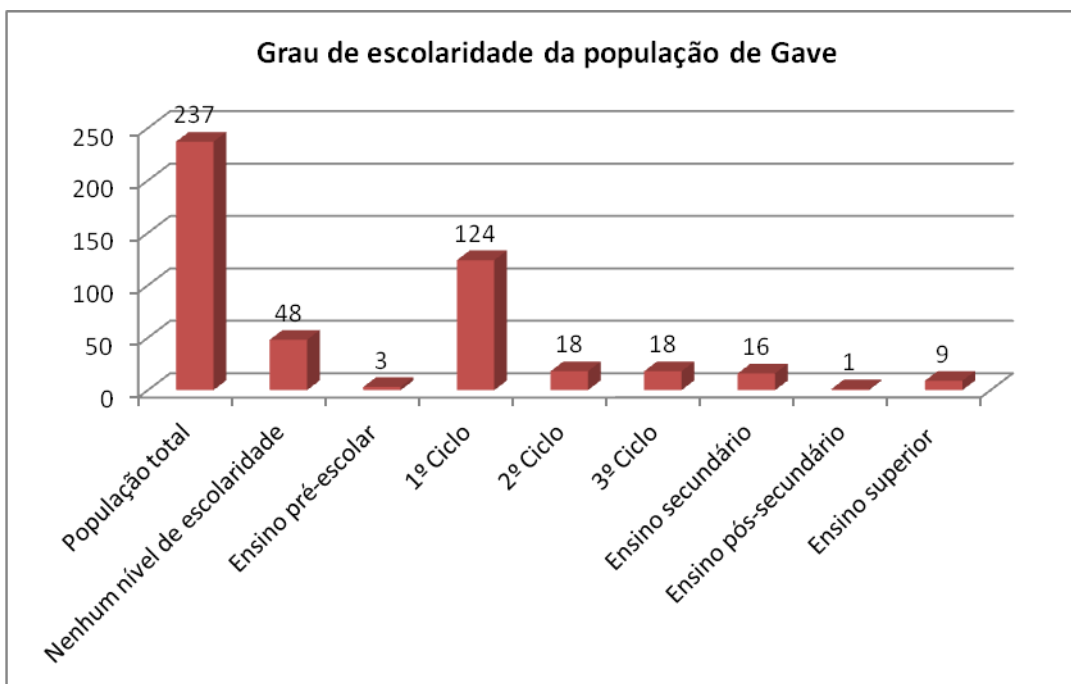


Fonte: INE Censos 2011

Em 2001, na região Norte, o nível de qualificação académica era globalmente mais baixo do que a média nacional, apesar de se ter assistido, nesta região, a um aumento dos níveis médios de qualificação, em resultado da redução da proporção de indivíduos com níveis de qualificação mais baixos e de um acréscimo nos níveis superiores. Constatase ainda que, em 1991, 70,2% da população tinha como nível de qualificação máximo o 1.º ciclo do ensino básico porém, em 2001, essa proporção diminuiu para 56,7%. Face a 1991, o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário foram os níveis de qualificação que registaram maiores acréscimos (INE, Censos 2001).

Apesar da região Norte retratar uma evolução quanto ao grau de escolaridade, constata-se através do gráfico seguinte a continuidade de um maior peso de população nos graus de escolaridade menos elevados. Esta situação tem relação directa com as faixas etárias mais altas.

Figura 13.2 - Grau de escolaridade da população de Gave

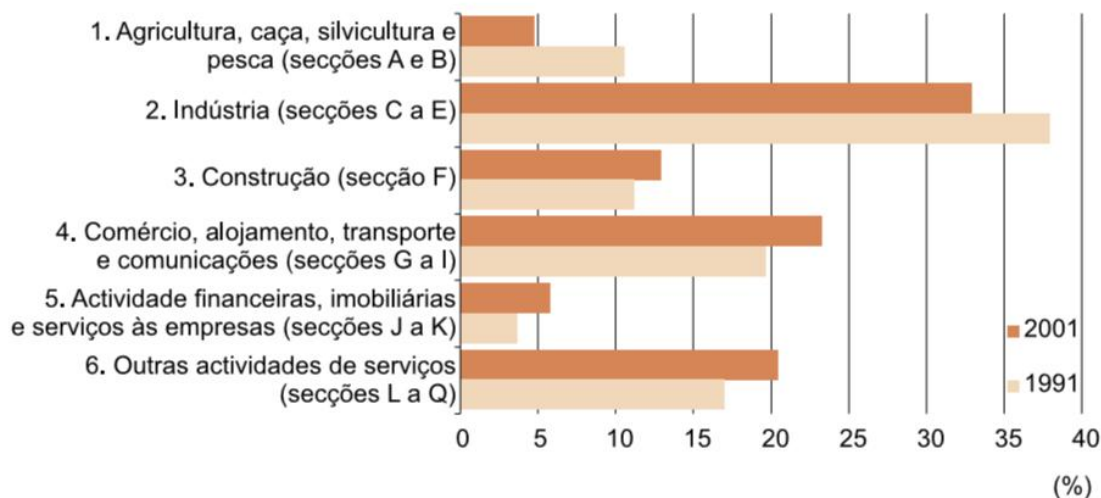


Fonte: INE Censos 2011

#### Áreas de actividade (economia)

Em 2001, cerca de 1/3 da população residente empregada no Norte exercia actividade num dos ramos da “Indústria”, seguindo-se o “Comércio, alojamento, transporte e comunicações” (concentrando perto de 1/4 da população empregada). Esta distribuição é idêntica à que já se tinha observado em 1991, salvo ter-se assistido a um acréscimo na proporção deste último sector e a um decréscimo na “Indústria”, tanto no Norte, como em Portugal (INE, Censos 2001).

Figura 14.2 – Taxa de emprego por ramo de actividade 1991-2001



Fonte: INE Censos 2011

Em 2011, o sector de actividade que empregava mais população na região Norte era o “Comércio, alojamento transportes e comunicações” (27,1%), seguido da “Indústria” (25,6%) e “Outras actividades de serviços” (25,5%). Comparativamente a 2001, e acompanhando a tendência verificada a nível nacional, observou-se na região Norte o recuo da população empregada na “Indústria” na “Construção” e na “Agricultura, silvicultura, Caça e Pesca” (INE, Censos 2011).

De acordo com o Diagnóstico Social do concelho de Melgaço (2008) verificou-se entre 1970 e 2001 uma inversão de preponderância dos sectores de actividade quanto ao seu peso na população activa.

Como sectores de actividade económica identificam-se a agricultura, a pecuária, a vinicultura, a construção civil e o pequeno comércio. Na gastronomia destaca-se a broa de milho, o cabrito à moda de serra e o cozido à portuguesa. No artesanato tem-se a tecelagem em lã e linho. O comércio existente consiste numa oferta que se limita aos bens de primeira necessidade, sendo em Melgaço que se abastecem de outros bens.

Pode-se observar no quadro seguinte a distribuição sectorial da população activa empregada, tendo esta um maior peso no sector terciário.

Quadro 3.2 - Taxa de actividade de actividade da freguesia de Gave

Zona Geográfica	População economicamente activa						
	Total		Empregada				
			Total		Primário	Secundário	Terciário
	HM	H	HM	H			
Gave	39	26	37	26	6	14	17

Fonte: INE Censos 2011

Através da leitura do quadro anterior constata-se que apesar de estarmos perante uma zona de montanha, portanto rural, eminentemente agrícola, pastoril e florestal, o sector terciário tem mais activos que os restantes sectores, tendo o sector primário o menor número de activos. Os indivíduos investem menos na agricultura, e apenas como subsistência e complemento de outras actividades. Por outro lado, a competitividade da agricultura é baixa conduzindo a um menor investimento na mesma, resultante da crise agrícola que se vive no nosso país.

#### Serviços/equipamentos e tecido associativo

Como equipamentos/serviços existem a Escola Primária, a Junta de Freguesia (que abre apenas ao sábado, entre as 14h e as 16h) e a Associação Desportiva e Recreativa de Gave.

Rede de transportes inexistente de acordo com o diagnóstico realizado em 1998 pelo Concelho Local de Acção Social de Melgaço (CLAS).

Realizam-se na Freguesia de Gave festas em homenagem a diversos santos: Nossa Senhora da Guia (último domingo de Junho), Nossa Senhora do Alívio (Agosto), Nossa Senhora da Natividade (8 de Setembro), Nossa Senhora de Fátima (Outubro) e S. Cosme e S. Damião (Dezembro). Em Junho também tem lugar a feira do gado na Branda de Aveleira.

#### Património construído e natural

Como valores patrimoniais e turísticos a visitar em Gave encontram-se a igreja paroquial, as capelas da Senhora do Alívio, de S. Cosme e S. Damião, as margens do rio Mouro com suas azenhas e as brandas da Aveleira e do Covelo.



### 2.2.5. Programas e projectos

De acordo com o documento “*The LEADER programme*”(1994), como resposta à crise que afectou muitas zonas rurais na Europa, e à necessidade de novas políticas que preservassem a vitalidade das comunidades rurais, a União Europeia definiu em 1988 uma estratégia de desenvolvimento rural no documento “*The Future of Rural Society*”. Consecutivamente criou-se em 1991 a iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural conhecida como LEADER (Liaisons entre Actions de Développement de l’Économie Rurale) que procurou trazer novas vias para o desenvolvimento que se apresentaram como um início de resposta às exigências de revitalização destas zonas e de desenvolvimento rural sustentável. A iniciativa comunitária LEADER teve três edições autónomas: LEADER I (1991-1994), LEADER II (1994-1999), LEADER+ (2000-2006), sendo a última<sup>26</sup> inserida no subprograma 3 do PRODER (2007-2013).

Foi, então, face a um contexto de desertificação e envelhecimento populacional que, com o apoio do Leader II do Vale do Minho, em 1994, algumas *cardenhas* começaram a ser recuperadas para fins turísticos, procurando-se assim evitar que a Branda fosse esquecida, resultado do progressivo abandono da actividade dos brandeiros.

O documento “*A competitividade social na abordagem territorial*” explora as questões sobre competitividade territorial e social e dá a conhecer diversos exemplos de intervenções nacionais e internacionais. A Branda da Aveleira não foi excepção como se pode ver pela transcrição seguinte:

“A Branda de Aveleira (Portugal), o grupo LEADER e a Câmara Municipal propuseram aos proprietários de currais de montanha a participação num projecto de renovação destes edifícios e de renascimento das tradições ligadas à transumância. Nasceram assim actividades turísticas e a população local retomou o hábito de passar uma parte do Verão nestas “brandas”, dando uma vida nova às festas tradicionais” (2000: 13).

---

<sup>26</sup> Em particular o Subprograma 3 privilegia o modo de atuação LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito. Este Subprograma reserva ainda medidas para apoio ao funcionamento destes agentes e para o estímulo da cooperação entre eles. O incentivo à abordagem ascendente (“bottom-up”) é patente na estratégia nacional adotada, em particular no terceiro objetivo estratégico nacional que assumidamente se pretende ser atingido pelo desenvolvimento de ações com abordagem LEADER. Igualmente os objetivos transversais no âmbito da estratégia nacional para o desenvolvimento rural, apontam para esta opção de dar preferência ao modo de atuação LEADER.

Procurando evitar a desertificação, preservar e reanimar o mundo rural e gerar alguma riqueza, pela via do aproveitamento das potencialidades que a natureza oferece, a Branda da Azeiteira tem vindo a ser objecto de sucessivas intervenções por parte dos locais (promotores), da Junta de Freguesia de Gave, da Câmara Municipal de Melgaço e da Adriminho, com apoios do programa Leader II e Leader +. Em linhas gerais as intervenções tiveram, de acordo com a ADRIMINHO<sup>27</sup>, os seguintes objectivos: valorização de um património construído; reforço da identidade cultural, preservando um hábito cultural secular da população (transumância); reforço da atractividade turística da região; criação de uma alternativa de rendimento e criação de emprego.

---

<sup>27</sup>A ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho foi criada em 12 de Agosto de 1994, com o objectivo de fazer face à necessidade de criar uma estrutura de Gestão e Coordenação da Iniciativa Comunitária LEADER II. Desde a sua criação que as principais actividades se desenvolvem em torno de projectos e iniciativas que promovem o desenvolvimento local harmonioso e integrado do Vale do Minho. Destacam-se, pela sua importância, o apoio a projectos na área do artesanato, da produção de produtos de qualidade e do turismo. A intervenção em núcleos rurais de interesse arquitectónico como forma de fixação da população e de melhoria das condições de vida nas zonas rurais representam um eixo prioritário de actuação e reforçam o papel da ADRIMINHO na manutenção e preservação dos espaços rurais.

### III – PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

#### 3.1 O caminho percorrido: pontos de (des)encontro

##### LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO

Segundo Cordovil (1997), a vulnerabilidade das economias rurais, a longa distância dos centros de iniciativa e inovação, a falta de infraestruturas de suporte necessárias para promover a fixação de população conduz à desertificação dos espaços rurais, envelhecimento da população, desemprego e exclusão social, degradação dos recursos ambientais e diminuição da utilização das infraestruturas existentes.

As aldeias que correspondem ao objecto dos estudos de caso, por serem freguesias rurais, enquadram-se nesta problemática, o que se pode verificar nas análises SWOT (anexo IV) realizadas para cada uma das freguesias a partir da leitura de diagnósticos sociais, da observação no terreno, das entrevistas realizadas e através do Quadro 1.3. Este último consiste numa síntese comparativa entre as duas aldeias seleccionadas como estudos de caso. Foi elaborado tendo como base a bibliografia consultada, o levantamento de informações através da observação no terreno e as entrevistas realizadas. Para além de reflectir as problemáticas acima mencionadas, permite compreender as especificidades de cada local e a influência das mesmas no tipo de intervenções direccionadas para o desenvolvimento rural/local.

Quadro 1.3 - Quadro comparativo das aldeias

Dimensões	Safara	Factores de análise	Aveira – Gave
Contextos	Concelho de Moura	Localização	Concelho de Melgaço
	57,62 km <sup>2</sup>	Área (km <sup>2</sup> )	9,75 km <sup>2</sup>
	1078 habitantes	População (n.º)	237 habitantes
	18,7 hab / km <sup>2</sup>	Densidade populacional (n.º hab / km <sup>2</sup> )	24,3 hab / km <sup>2</sup>
	21 km	Distância à sede municipal (km)	15 km
	22 minutos	Duração viagem (minutos)	20 minutos
	Estradas em bom estado, sendo a maior parte do percurso em linha recta, característica da paisagem alentejana.	Acessibilidades	Estradas em bom estado, mas com percursos sinuosos, característicos da paisagem de montanha.

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	Inexistente	Rede de transportes	Inexistente
	Escola, farmácia, extensão de saúde, correios, posto da GNR, centro social e comunitário, Casa da Divina Providência, Casa do Povo, Junta de Freguesia, Círculo Artístico Musical Safarense.	Equipamentos, Organismos públicos e privados, Associações	Escola Primária, Junta de Freguesia (que abre apenas ao sábado, entre as 14h e as 16h) e a Associação Desportiva e Recreativa de Gave.
	Maior peso do sector terciário	Actividade económica predominante	Maior peso do sector terciário
	3 festividades anuais	Festividades	5 festividades anuais
	Nenhum nível de escolaridade e 3.º ciclo	Grau de escolaridade predominante	Nenhum nível de escolaridade e 1.º ciclo
	Aumento da população mais idosa	Tendência demográfica	Aumento da população mais idosa
	Aumentou: 14,6% para 19,9% entre 2001 e 2011	Evolução do desemprego	Aumentou: 5,3% para 9,3% entre 2001 e 2011
Intervenções	<p>Projectos de âmbito social: equipamentos, parentalidade e formação. Projectos de âmbito cultural: recuperação de património.</p> <p>Projectos de âmbito económico: revitalizar e diversificar a economia e o emprego local.</p> <p><i>Stakeholders:</i> tendo havido projectos em diferentes áreas, foram diversos os stakeholders, desde a ADCMoura, escolas, Centro de Dia de Safara, Câmara Municipal de Moura, Casa do Povo de Safara, Junta de Freguesia de Safara, população local, empresários.</p>	Tipo de acções projectos e programas	<p>Projectos de âmbito económico: Turismo rural.</p> <p><i>Stakeholders:</i> Adriminho, Junta de Freguesia de Gave, Câmara Municipal de Melgaço, Gabinete de Apoio ao Investidor, empresários, Região de Turismo, Associação de Promotores de Turismo da Branda da Aveleira.</p> <p>Passou por diversos programas Leader.</p>
	Formação e Qualificação, Educação Ambiental, Empreendedorismo e Criação de Empresas, Cidadania Activa e <i>Empowerment</i> , Mobilidade e Qualificação dos Espaços Urbanos e Rurais, Marketing Territorial, Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género.	Áreas prioritárias de intervenção e objectivos	Revitalização das zonas rurais e promoção do desenvolvimento rural sustentável.
	1993 até 2013	Duração (início – conclusão)	1994 até 2013
	<p>Maior oferta de equipamentos sociais.</p> <p>Evolução na recuperação de espaços históricos.</p>	Resultados	A análise estatística confirma que a oferta turística do concelho tem aumentado em termos quantitativos (número de unidades e capacidade de oferta, n.º quartos / n.º camas) e melhorado em termos qualitativos (maior qualificação medida em termos de maior número de

			estabelecimentos com mais estrelas, maior diversidade de serviços e mais alojamento).
--	--	--	---

Observando o quadro constata-se que existem diferenças designadamente no âmbito geográfico, demográfico, dos serviços, equipamentos e actividade económica.

Mesmo assim, a localização geográfica, em ambos os casos, é responsável pela baixa afluência e atracção de pessoas. De acordo com o estudo de caso da freguesia de Gave – Branda da Aveleira, e segundo um dos entrevistados, *“O problema da localização de Melgaço é que só cá vem quem quer mesmo vir. Encontra-se num extremo. Não é propriamente um local de passagem”* (G1). E para promover uma maior afluência de pessoas *“Já se tentou fazer uma auto-estrada entre Braga, Arcos de Valdevez e Gave, com ligação a Ourense. Já foi marcada por duas vezes, mas depois nunca foi em frente. Já há 20 anos atrás”* (G1).

Tanto Safara como Gave são freguesias rurais, e ambas têm ausência de redes de transportes. Porém, como se pode constatar através do Quadro 1.3, Gave tem acessos mais sinuosos, actividade económica mais reduzida, poucos serviços e apresenta menos riqueza em património construído. De facto, a intervenção para o desenvolvimento na freguesia de Gave concentrou-se na Branda da Aveleira (uma das brandas da freguesia) trazendo para Gave, centro da freguesia, poucos benefícios. Esta informação é corroborada pelo entrevistado G2 ao afirmar que *“Não podemos ter grandes pretensões para as freguesias rurais; estão como estão. Já fico muito contente que tenha um impacto positivo na economia de Melgaço e dos proprietários. A Branda da Aveleira tem maior ligação a Castro Laboreiro e Lamas de Mouro porque há uma continuidade turística, tem alojamentos, restaurantes, há uma continuidade de montanha. O que o núcleo principal da freguesia de Gave não tem. É um núcleo fraco a nível patrimonial, ao contrário dos outros locais.”*

Por outro lado *“o trajecto que conduz a Gave é mais sinuoso do que o que passa por Lamas de Mouro”* (G3) justificando-se mais uma vez a ausência de benefícios da intervenção para o desenvolvimento na aldeia de Gave.

A aldeia de Safara é mais rica em património, tem mais serviços tal como actividades económicas e tem sido o centro das intervenções para o desenvolvimento,

percepcionando assim mais benefícios do que a aldeia de Gave. Ainda assim continua a ser uma freguesia rural com as características inerentes a essa condição. *“Safara ainda tem 1000 habitantes, alguns serviços e dinâmicas. Mas já se perderam os CTT, a GNR já só trabalha das 9h às 17h, e todos estes pormenores afastam as pessoas das aldeias. A localização geográfica de Safara é periférica, fim da linha, perdendo assim alguma dinâmica. Mesmo estando perto de Espanha, é uma zona pobre. Estes factores conduzem ao despovoamento e desertificação”* (S1).

Os factores mencionados e as características da população especificadas no Quadro 1.3 reflectem-se negativamente nas intervenções para o desenvolvimento local participativo que visam reverter o processo de desertificação humana e promover a sustentabilidade.

## CONTEXTO SOCIAL

Um dos factores que influencia um maior ou menor protagonismo das comunidades nas intervenções locais é a sua história e cultura, que conduz a uma maior ou menor facilidade em criar relações de confiança, de valorizar ou não os recursos endógenos e capacidades individuais, tornando-se ou não a comunidade na alavanca principal para um desenvolvimento sustentável.

Na freguesia de Gave, mais especificamente na Branda da Aveleira, a criação de relações de confiança foi um processo moroso e continuado. Segundo um dos entrevistados *“Teve que se partir muita pedra. Foi difícil criar a relação de confiança”* (G1). Não existindo relações de confiança, a coesão entre os diversos parceiros é fraca, dificultando as acções participativas. O mesmo se verificou em Safara uma vez que: *“A confiança nem sempre é fácil de criar. E no Alentejo lidamos com comunidades bastante fechadas”* (S3). Por outro lado, em Gave, *“inicialmente os locais não valorizavam os recursos próprios, da terra”* (G2), o que dificultava a valorização dos recursos endógenos.

## PRÁTICA DA INTERVENÇÃO

### A VISÃO DOS TÉCNICOS, RESPONSÁVEIS DE PROJECTOS

Safara foi palco de intervenções para o desenvolvimento rural em áreas diversificadas. Contrariamente, as intervenções na Branda da Aveleira centraram-se na área do turismo e património. Diferença decorrente dos contextos locais de cada estudo de caso.

Segundo Guerra (2002), a metodologia de intervenção apresenta quatro fases: a expressão de uma vontade/emergência de um projecto; o diagnóstico /a problemática do projecto; a reflexão estratégica e formulação do projecto; e a execução, sendo transversal às quatro fases a avaliação.

No início dos anos 90 as questões metodológicas de projecto e planeamento eram ainda embrionárias/experimentais em Portugal, o que se reflectiu na sua aplicação à prática. *“Ora bem, não podemos dizer que houve um trabalho de planeamento ou estudo estratégico e de levantamento de necessidades. O planeamento é importante porque nos ajuda a reflectir. Mas muito importante é haver a capacidade de operacionalizar aquilo que se pensa”* (G2).

O caso de Gave incidia na intervenção numa branda, praticamente desertificada. É uma situação muito específica, não se apresentando premente, na ocasião, a realização de um levantamento de necessidades. A hipótese que se apresentava, para dar vida ao local, consistia na recuperação do património integrando-a no conceito de turismo rural. Pode-se constatar que há sempre necessidade de adaptar as metodologias à realidade de cada freguesia rural não devendo haver a pretensão de definir objectivos pouco exequíveis.

O projecto da Branda da Aveleira teve o impulso inicial em 1994 e surgiu com a “expressão de uma vontade” do presidente da Junta de Freguesia de Gave, Sr. José Maria, que *“Tinha uma grande paixão pelo lugar e resolveu revitalizá-lo de forma turística (...) Por outro lado, a Adriminho queria implementar iniciativas de valorização de núcleos rurais, com base, na altura, no turismo de aldeia que exigia a recuperação de um conjunto de casas dentro de um núcleo para alojamento turístico. Acresce que houve a vontade política da Câmara Municipal de Melgaço e da Junta de Freguesia de Gave”* (G3). Os três parceiros institucionais iniciaram conversações, reuniões com os proprietários das casas (beneficiários directos do projecto e futuros promotores turísticos) visando perceber quem estaria interessado em participar.

*“Inicialmente eram trinta promotores interessados, mas acabaram por ficar apenas seis.”* De acordo com o manual *Metodologias Participativas de Capacitação e Mobilização Rural*<sup>28</sup>, existem metodologias e princípios que promovem a participação

---

<sup>28</sup>De acordo com Metodologias Participativas de Capacitação e Mobilização Rural - Princípios teóricos - metodológicos do enfoque participativo: noção de empoderamento, capital social e desenvolvimento territorial.

dos *stakeholders*. Um dos princípios consiste em adaptar os momentos das acções do projecto ao ritmo de vida dos participantes.

No presente estudo de caso teve-se em conta a localização e horários que se adequavam aos *stakeholders*. *“As reuniões tinham lugar na Branda da Aveleira ou no município de Melgaço. Privilegiava-se um horário pós-laboral para que se juntasse o maior número de pessoas”* (G2).

Verifica-se neste caso a aplicação prática de um dos pressupostos da sustentabilidade de uma intervenção no quadro do desenvolvimento participativo. Consiste em respeitar e acompanhar o ritmo das comunidades. Geralmente os efeitos são a longo prazo, pelo que o processo de criação de relações de confiança e pôr o projecto em andamento *“durou anos. (...) Até conseguirmos uma parceria entre Adriminho, Câmara Municipal de Melgaço, Junta de Freguesia de Gave e população, no sentido de colaborar na apresentação das candidaturas aqui na Adriminho”* (...) *“A fase da reconstrução das primeiras casas realizou-se. O processo posterior de dinamização é que foi complicado para os proprietários, pois estes não se entendiam, no respeitante à gestão.”* (G2)

Por sua vez, Safara foi alvo de diversas intervenções desde o início da década de noventa. Na presente investigação fez-se o levantamento de informações sobre os diversos projectos, tendo-se aprofundado o mais recente, o projecto ASAS. Este foi desenhado tendo *“por base a prática da ADCMoura nos seus 20 anos de intervenção no local e experiências anteriores (...) numa lógica participativa e de intervenção comunitária”* (S1). *“Tivemos durante vários anos (1999-2006) o apoio de animadores locais, jovens residentes em Safara, que junto das pessoas, reuniam informação preciosa”*(S2). O ASAS consiste *“em si mesmo, na elaboração de um diagnóstico, levantamento de necessidades e formação de grupos de trabalho”* (S1). Será que se pode constatar aqui uma evolução na prática da intervenção para o desenvolvimento? Identificam-se então dois pontos:

- Considerar a fase de diagnóstico como um projecto;
- E, conseqüentemente, o tempo destinado à realização de um diagnóstico ser mais adequado à realidade e por isso mais eficaz.

A metodologia aplicada no decorrer do projecto ASAS, e utilizada como estratégia promotora da participação e envolvimento das pessoas, intitulava-se *“serões da aldeia”*.



Estes serões de aldeia “*são muito importantes porque permitem mobilizar as pessoas. Ainda que seja muito difícil. (...) Mas para os serões de aldeia surtirem efeito tivemos de ter em atenção o não agendamento dos mesmos para dias de futebol, ter em conta o horário das pessoas, e preparar um petisco para atrair as pessoas. Paralelamente, quando há possibilidade arranja-se também animação para crianças*” (S1).

Uma outra estratégia utilizada consistiu em “*tentar reunir a maior diversidade possível de pessoas. Houve seis facilitadoras residentes na aldeia, pessoas muito dinâmicas e conhecidas no meio. Estas eram elos de ligação entre a população local e as Associações. Através delas convidaram-se empresários de várias áreas, comerciantes, pessoas a título individual, para virem falar dos seus negócios, factores de sucesso dos mesmos, situação actual e perspectivas futuras.*” Assiduamente “*vieram sete a oito pessoas. Mas a participação ficou muito aquém do desejado e planeado ao longo de todo o projecto*” (S1). Utilizaram-se metodologias, técnicas facilitadoras e promotoras da participação. Ainda assim, os resultados foram fracos pois é um processo evolutivo, com resultados a longo prazo.

Krumer (2007) enunciou princípios básicos da intervenção participativa que se relacionam com o modo como a mesma se operacionaliza (Vd. página 33).

Ora, de acordo com as pessoas entrevistadas, em ambos os estudos de caso foram respeitados os princípios acima mencionados. “*Aqui em Safara as metodologias utilizadas foram participativas. Tivemos sempre o interesse em envolver o maior número possível das instituições e pessoas a colaborar connosco mas nem sempre foi fácil*” (S1).

“*É muito importante a participação activa, e aliás a Branda da Aveleira teve o seu sucesso porque envolvemos os proprietários. É impossível chegar a algum lugar, seja aldeia, vila ou cidade, e impormos uma ideia. As ideias até podem vir de fora, mas ser trabalhadas por dentro. Sem isto não se consegue o comprometimento das pessoas em torno de um projecto. É uma área que não está muito colocada em prática porque é difícil, é preciso tempo e pessoas no terreno para fazer isso.*” (G2)

Ainda que através de um discurso diferente, esta questão é corroborada também pela experiência vivida em Safara: “*Temos de partir das raízes das coisas. Temos uma ideia*

*mas temos de a construir enraizada nas pessoas e no local. E, com as pessoas, fazer a caminhada para a sustentabilidade, porque tudo é frágil” (S3).*

Abordando as questões do descrédito das pessoas, mentalidades e falta de confiança, temos o exemplo da Branda da Avelreira que tem procurado centralizar a gestão das vagas das casas para o turismo rural, mas tal ainda não se tornou possível. “*Os proprietários não se entendem face à gestão de vagas das casas. Falámos com eles e apresentamos resultados demonstrativos das diferenças no índice de ocupação das diversas casas. Informamos que as diferenças poderiam vir a ser colmatadas através de uma gestão centralizada. Mas não aceitaram a proposta. Assim a gestão é desigual, reflectindo-se num índice de ocupação desigual entre as habitações” (S1).*

O historial socioeconómico e político de um local pode também criar obstáculos à intervenção. “*Aqui havia grandes propriedades e os agricultores eram operários (sic) agrícolas. A ideologia socialista/comunista inseriu-se por isso mais facilmente aqui do que no norte. Foram defendidos os interesses dos assalariados agrícolas e há por isso uma dívida de gratidão histórica. Mas agora já há novas gerações às quais pouco diz o discurso anterior porque estes não inovam. Há por isso um ambiente geral que dificulta a mudança. Os dogmas dão segurança mas enquistam” (S3).*

Constata-se nos discursos dos entrevistados que mesmo procurando seguir princípios e metodologias participativas continuam a verificar uma grande dificuldade em implementar a participação.

## PRÁTICA DA INTERVENÇÃO

### A VISÃO DE BENEFICIÁRIOS FINAIS

Para Amaro (2003) o desenvolvimento local baseia a promoção da qualidade de vida das comunidades nas capacidades das pessoas, sendo estas as personagens chave para a mudança (Vd. página 43).

Em conversa informal com a dona do café, esta afirma não observar qualquer reflexo do turismo da Branda da Avelreira em Gave: “*aqui não descem turistas, nem gente de fora da terra.*”

Abordando informalmente os homens que conversavam na praça principal de Safara, estes demonstravam ter pouco conhecimento relativo a intervenções para o

desenvolvimento rural. E quando mencionavam a Casa da Moagem ou o percurso turístico construído minimizavam a sua importância. Afirmavam “*connosco ninguém falou sobre o que é necessário fazer aqui. Deviam era dar-nos trabalho. Sem dinheiro não conseguimos pagar nada e toda a gente se vai embora.*” Até que ponto é possível envolver uma comunidade como a desta aldeia numa relação de confiança? São muitos interesses divergentes o que torna a análise complexa. Também se constata neste discurso o hábito à prática assistencialista.

## PRÁTICA DA INTERVENÇÃO

### SOBRE A PARTICIPAÇÃO

Segundo Barnes (2007), os baixos níveis de participação existentes actualmente reflectem um descrédito por parte dos cidadãos em relação aos órgãos de tomada de decisão que, ao invés de responderem e representarem as reais necessidades das populações, acabam por se preocupar apenas com os seus próprios interesses.

Este descrédito mencionado por Barnes é corroborado por um dos entrevistados em Safara, ao afirmar que “*também não foi fácil criar relações de confiança, as pessoas estão muito desiludidas e não acreditam nestes processos. Consideram que estão a gastar o seu tempo e não vai dar em nada. E conseguir mobilizar as pessoas e levá-las a participar é que é um desafio (...).*”

Outros factores que enfraquecem a acção participativa, também foram mencionados pelos entrevistados, como o baixo grau de escolaridade, os contextos demográfico, geográfico e económico.

Também em Gave se reflecte a ausência de confiança dos *stakeholders* – beneficiários finais. “*Inicialmente eram trinta (30) promotores interessados e passaram a seis (6). Isto porque as pessoas são acanhadas e têm medo de arriscar. Um deles começou a dizer que as casas depois deixariam de ser deles e ficavam para os turistas. E com isto houve promotores que começaram a desistir*” (G1).

As abordagens ao desenvolvimento rural foram-se modificando, promovendo um processo de aprendizagem, conduzindo à implementação participada de projectos, procurando dar voz às populações em todos os momentos da intervenção. Desde o diagnóstico até à própria avaliação contínua. Sendo o enfoque do presente trabalho a

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

metodologia participativa nos processos de desenvolvimento analisa-se de seguida a prática aplicada às intervenções/projectos que tiveram lugar na freguesia de Safara e de Gave.

No quadro seguinte registam-se os obstáculos que dificultaram a prática das intervenções.

Quadro 2.3 – Obstáculos identificados

Âmbito	Obstáculos
Contexto social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas pensam no imediato, tendo dificuldade em embarcar num trabalho que só tenha resultados para gerações futuras.</li> <li>• Não se foi educado a participar.</li> <li>• Descrédito das pessoas nas intervenções.</li> <li>• Dificuldade em pensar no bem comum (individualismo).</li> </ul>
Prática da intervenção - programas e políticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lacunas no financiamento atempado para as diversas fases do projecto.</li> <li>• O processo de animação é descurado pelos financiamentos.</li> <li>• O aumento da burocracia com o PRODER reduziu o tempo disponível para estar no terreno junto das pessoas.</li> <li>• Curta duração do projecto. <i>“O ASAS em Safara foi muito positivo, mas muito curtinho”</i> (S3).</li> <li>• <i>“Com o LEADER havia grande margem de manobra para construir o plano de intervenção. Inicialmente os regulamentos eram diversificados de território para território. Agora com a submedida 3 do PRODER é igual em todo o território nacional”</i> (G3).</li> <li>• Maior formatação em oposição à criatividade.</li> <li>• Dificuldade em adaptar as soluções ao território em concreto.</li> </ul>
Prática da intervenção - Participação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lacunas na mobilização das pessoas.</li> <li>• Dificuldade em levar as pessoas a participar.</li> <li>• <i>“A nós ninguém nos perguntou nada”</i> (das conversas informais).</li> </ul>

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	Dificuldade em definir o público alvo.
Redes e parcerias	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fraca articulação entre parceiros essencialmente os beneficiários.</li><li>• Grupo pequeno de facilitadores e muito homogéneo.</li><li>• Dificuldades com o trabalho em rede.</li></ul>

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das entrevistas

Em relação aos programas e políticas públicas que vigoraram ao longo do período das intervenções em análise (1994-2013) foram ainda recolhidas as seguintes afirmações:

- *“O funcionamento dos programas tem piorado, tornando a nossa acção muito limitada”* (S3).
- *“Na elaboração das políticas públicas para o desenvolvimento, não é dada a importância necessária ao desenvolvimento de projectos locais de aldeia e por isso é que também surgiu o ASAS”* (S2).
- *“Tivemos um trabalho muito bom no LEADER II e LEADER+. Mas agora com o PRODER tem sido mais difícil. A burocracia é importante para responsabilizar os participantes e ter um maior controlo sobre os fundos, mas tira-nos tempo para estar no terreno”* (G3).
- *“Se ficarmos apenas atrás da secretária a nossa intervenção fica com lacunas. O PRODER é tão mais complexo, que não conseguimos deixar os papéis e ir para o terreno. Mas penso que o próximo Quadro Comunitário de Apoio nos vai permitir ir para o terreno outra vez.”* (G2).

### REDES E PARCERIAS

Segundo Schiefer (2006) cada *stakeholder* de um projecto tem interesses diversos perante as intervenções para o desenvolvimento, uns convergentes e outros divergentes. Um dos desafios da metodologia participativa consiste em encontrar uma forma de integrar os diferentes actores e perspectivas alcançando uma visão mais realista. “Isto revela a importância de analisar a paisagem organizacional (...). Esta paisagem é

composta por diferentes organizações, instituições e grupos sociais, cada um dos quais possuindo a sua própria perspectiva” (Schiefer, 2006: 26).

Tanto em Safara como na Branda da Aveleira foram identificados os diversos *stakeholders* que constituíram a paisagem organizacional e em ambos os casos tiveram a participação da Câmara Municipal, de Associações para o Desenvolvimento, da Junta de Freguesia, de empresários locais, e da população local a título individual. Dadas as características de Safara, houve também a participação de uma maior diversidade de instituições e serviços, como a escola, o Centro de Dia e a Casa do Povo. Em relação a Gave, tendo sido uma intervenção essencialmente orientada para a área do turismo, tiveram como *stakeholders* o Centro de Turismo de Melgaço e o Gabinete de Apoio ao Investidor.

Parcerias e redes funcionais e activas resultam também da existência de capital social. A formação do grupo de *stakeholders* teve em conta a importância de cada um no projecto, no sentido de potenciar os recursos para uma intervenção que correspondesse às necessidades identificadas. *“Procurou-se juntar o maior número de pessoas, associações, grupos e outras entidades que trouxessem mais-valias para o projecto”* (S1). Procuraram assim promover um trabalho coordenado de vários grupos e subgrupos para a realização das acções dos projectos. Esta acção conjugada tem um efeito superior ao do somatório das acções isoladas de cada um dos grupos.

A dificuldade em promover as sinergias mencionadas consiste depois em articular os interesses, chegar a um consenso, inculcar a co-responsabilidade e noção de que se trabalha para o bem comum, cujo resultado é superior àquele que cada um por si e para si poderá alcançar. O ser humano continua muito centrado em si próprio, assente numa visão de curto prazo, e não cultiva a noção de bem comum. *“Há ciclos menores e outros maiores, neste caso temos de ter a noção de que estamos a trabalhar para outros, num futuro mais distante”* (S3). E ainda, *“já nos sentamos numa mesa redonda, partilhamos conhecimentos de uma realidade complexa. Mas até que isto tenha impacto nas políticas públicas vai demorar uma geração ou duas. Temos de construir pessoas. Mobilizar pessoas para participarem em processos dos quais já não vão ver frutos. É muito difícil”* (S3).

Esta questão reflecte-se depois na comunicação existente entre os diversos parceiros, principalmente os beneficiários directos. *“A comunicação entre os diversos parceiros é*

*feita por carta, e a maior parte das vezes por telefone e inicialmente foi feita porta à porta. São realizadas reuniões, mas é difícil juntar um grande número de parceiros, estando constantemente a lembrar os parceiros que vai ter lugar uma reunião. Constata-se a tendência geral de as pessoas pensarem essencialmente nos seus interesses, em ver resultados imediatos, em vez de ter uma visão mais global e a longo prazo” (G4).*

Os resultados de intervenções no âmbito do desenvolvimento são visíveis a médio / longo prazo, havendo dificuldade em constatar no curto prazo um ganho próprio e imediato. Por essa razão as pessoas não demonstram interesse no trabalho em parceria, em prol do bem comum afastando-se assim desse envolvimento.

Uma situação ideal seria “*ter um front office com profissionais que conheçam todos os serviços existentes nas freguesias e concelho. E, por outro lado, que os parceiros se divulgassem uns aos outros para que o território seja trabalhado como um todo. Este trabalho em rede é fundamental, tal como o conhecimento do território” (G3).*

#### **EMPOWERMENT / CAPACITAÇÃO**

Reeducar, mudar mentalidades e modos de estar na vida e olhar o mundo, levando as pessoas a uma maior participação é um dos processos que contribui para a sustentabilidade. Por outro lado, e segundo os entrevistados, é um dos processos onde sentiram mais dificuldade. Neste sentido o processo de *empowerment*/capacitação e construção de capital social é uma componente de peso na presente investigação.

Segundo Paulo Freire (2003), a educação é como uma prática de liberdade. É através da educação que os indivíduos se tornam conscientes, capazes de uma atitude crítica do seu contexto, conseqüentemente de uma atitude de mudança. Os indivíduos devem sentir-se sujeitos da sua própria história, e não meros objectos. É esta consciência que conduz a uma participação social activa, e que resulta da capacitação dos indivíduos e das comunidades rurais.

Com os *stakeholders* de Safara e os da Branda da Aveleira promoveram-se sessões de formação e informação, *workshops* e reuniões de esclarecimento e *feedback*. Na Branda teve que ver acima de tudo com esclarecimentos, inicialmente sobre questões legais relacionadas com a recuperação de património, sobre gestão e publicitação das casas e sobre regras de hospitalidade, higiene e recepção de turistas. Uma outra técnica

consistiu em visitar outros locais com projectos semelhantes para aprender com outros exemplos (*benchmarking*).

É complexo avaliar as transformações individuais resultantes das sessões de capacitação especialmente quando não se teve acesso a documentação específica. De facto, já “*foi feita uma avaliação qualitativa, mas não quantitativa. Estas avaliações têm sido feitas pontualmente com os promotores, mas de uma forma informal*” (G3), não sendo possível demonstrar essa evolução. Mas é de referir que existe a Associação dos Promotores do Turismo da Branda da Aveleira, sendo que o presidente foi um dos entrevistados. Uma pessoa que demonstra iniciativa, proactividade e tem autonomia e responsabilidades para dar continuidade ao projecto.

## CAPITAL SOCIAL

Na abordagem às questões do desenvolvimento local/rural e à participação das respectivas populações está implícito o conceito de ‘capital social’ sendo que este pode ser reforçado pela capacitação e participação realizada. Por outro lado, o próprio grau de participação resulta da existência de capital social. E este relaciona-se com o poder e autonomia dos indivíduos, numa colectividade, trabalhando em conjunto por algo (Putman, 1996).

A criação de capital social é, também, um processo longo e demorado. “*Existem indivíduos que evoluem mais rápido e se comprometem com o projecto adoptando uma posição proactiva, outros afastam-se e desistem do projecto, e há aqueles que ficam no meio termo. Aderiram ao projecto mas não compreendem a importância das regras para receber o turista.*” (G3). As diferentes posturas dos promotores perante a implementação do projecto reflectem-se nos resultados do mesmo.

Adaptando o conceito de capital social ao contexto rural, o documento “Inovação em Meio Rural”<sup>29</sup> dá ao capital social o nome de competitividade social e informa que este consiste na “capacidade dos diferentes agentes e instituições em actuarem juntos e eficazmente a nível do território. É um estado de espírito, uma verdadeira “cultura”, que assenta na confiança mútua e na vontade e capacidade de reconhecer, exprimir e articular interesses individuais e colectivos” (Farrel&Thirion, 2000:9). Um dos maiores problemas identificados nos estudos de caso consiste no reduzido capital social

---

<sup>29</sup>Cadernos n.º 6 – fascículo 2 Observatório Europeu LEADER Junho de 2000



existente e na dificuldade em construí-lo. Isto deve-se às características culturais, históricas, sociais e políticas de cada local. E a construção de capital social é um processo complexo, de profunda mudança e compromissos a longo prazo.

Por isso os entrevistados, quando se fala das perspectivas futuras no âmbito do capital social, mencionam a importância da continuação da capacitação/*empowerment*. Por outro lado se a existência de capital social impulsiona a participação, a “*questão da participação e união entre os parceiros, só pode vir a acontecer, com uma nova leva de empresários, licenciados, que não encontraram trabalho nas cidades e regressam aos campos apresentando propostas alternativas*” (G4). Esta nova leva poderá fomentar a criação de capital social.

## SUSTENTABILIDADE

A criação da Associação de Promotores de Turismo da Branda da Avelreira contribui para promover a continuidade do projecto e a sustentabilidade do mesmo. Por outro lado, tem-se conseguido fomentar a participação “*pela via do exemplo, levando pessoas a valorizar o seu património inserido num contexto e a participar para alcançar um objectivo comum*” (G2). Promoveu-se assim a responsabilidade social e a capacidade de articular interesses individuais e colectivos. Ainda assim “*uns percebem logo os esclarecimentos e acções de formação, mas outros como a D. Maria<sup>30</sup> que é mais complicada, vai ficando para trás. O que se reflecte depois numa procura menor da sua casa*” (G4).

O capital social reflecte-se também no grau de autonomia de um grupo de beneficiários, numa atitude crítica e de iniciativa, no grau de confiança mútua entre os mesmos e outros *stakeholders* e na capacidade avaliativa. Ora, para promover estes factores é importante realizar sessões de avaliação/*feedback* regulares, para incutir esse espírito crítico e de iniciativa, de apresentação de novas soluções aos participantes promovendo a co-responsabilidade e confiança. “*As sessões comunitárias são muito importantes para darmos o feedback às pessoas de tudo aquilo que foi feito, e o que resultou do trabalho delas. É importante verem o seu trabalho reconhecido e os resultados do mesmo. Isto é motivante, sentir o seu trabalho celebrado e valorizado*” (S2).

---

<sup>30</sup> Nome fictício

Os processos de promover a participação, de criar capital social, e dinamizar redes e parcerias são processos que conduzem à sustentabilidade a longo prazo. Por esta razão são, provavelmente, processos contínuos e nunca terminados, em que todos os participantes têm o seu papel. As comunidades poderão atingir um maior grau de autonomia, mas o papel de Associações como ADCMoura e a Adriminho, continuarão a ter um papel de facilitadores e animadores. *“O nosso papel essencial é a animação. Porque é o que cria elos de ligação entre os que têm uma necessidade e os que a podem colmatar. Estabelecemos o acesso à informação, somos catalizadores de acesso a recursos latentes. (...) para além do papel da animação é o da inovação. Temos de ser nós a trazer a inovação para o território”* (S1). *“Mesmo que as comunidades se tornem autónomas, nós não nos poderemos retirar totalmente porque somos facilitadores. Há um desmame, mas nunca um afastamento completo”* (G3).

A outra função é ser-se facilitador, promover o acesso a serviços, esclarecer questões legais, estabelecer a comunicação entre promotores e entidades como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, entre outras. No projecto ASAS não foi possível obter a participação da Junta de Freguesia de Safara, *“nunca obtivemos resposta da Junta. Não sei se foi por desinteresse ou por jogos de interesses políticos. (...) foi explicado aos participantes que o ASAS não vinha dar dinheiro a ninguém, era um projecto com base no voluntariado de cada pessoa em prol do desenvolvimento comunitário de Safara e tentamos afastar disputas políticas”* (S1).

O desenvolvimento sustentável é um processo social complexo<sup>31</sup>. Logo, quando o que se quer “medir” passa pelas questões da sustentabilidade, sendo este um objectivo cuja avaliação só pode com segurança ser determinada a longo prazo, os resultados e efeitos de uma intervenção nem sempre são facilmente mensuráveis. Ainda assim, os entrevistados enumeraram alguns resultados qualitativos já visíveis apesar de não haver levantamentos quantitativos sobre os mesmos.

Reeducar, mudar mentalidades e modos de estar na vida e olhar o mundo, levando as pessoas a uma maior participação é um dos processos que contribui para a sustentabilidade. Por outro lado, e segundo os entrevistados, é um dos processos em que sentiram mais dificuldade. Neste sentido o processo de *empowerment*/capacitação e construção de capital social é uma componente de peso na presente investigação.

---

<sup>31</sup> Ver pag 45

Mas até que ponto se pode afirmar que existe sustentabilidade nas intervenções realizadas nestas aldeias? Tendo como referência as características mencionadas no Quadro 5 (Vd. página 40), o processo de desenvolvimento sustentável é complexo e de difícil avaliação.

Averiguar se todos os factores que contribuem para um desenvolvimento sustentável estão a ser cumpridos na sua totalidade é um processo exigente e denso. Porém, através dos resultados mencionados pelos entrevistados, é possível apreciar a existência de um processo de mudança, inerente ao esforço de articular indivíduos e organismos, promovendo a qualidade de vida e um desenvolvimento equilibrado e contínuo.

Se for tido em conta o período de 20 anos de intervenção na Branda da Avelreira, perante as perspectivas futuras como “ *a construção de um restaurante, produção e promoção de produtos alimentares da zona, reconstrução de mais casas*” pode dizer-se que tem havido uma continuidade ao longo de duas décadas promovendo o desenvolvimento. Ainda que lento, ainda que a riqueza criada não reflecta uma grandeza substancial, ainda que se dependa de projectos, e que se continue a depender das diversas entidades como a Câmara, a Junta, e a Adriminho podem-se constatar sinais de sustentabilidade.

Em relação a Safara, centrando-se no projecto ASAS, um dos entrevistados afirma o seguinte: “*Acho que conseguimos um resultado positivo. Abrir horizontes e novas perspectivas futuras de trabalho que podem trazer desenvolvimento a Safara*” (S2). E acrescenta que “*estes grupos trabalham numa óptica de voluntariado, logo a questão do financiamento não será um dos maiores impedimentos, ainda que faça sempre falta*” (S2). Constata-se que procuram trabalhar as mentalidades, reeducar pessoas, grupos e instituições e encontrar alternativas aos financiamentos. Terá interesse, no futuro, avaliar os resultados deste esforço de continuidade, determinante para a sustentabilidade.

Termina-se este capítulo III com um quadro que representa a síntese dos resultados e efeitos destacados pelos entrevistados.

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

Quadro 3.3 - Resultados das intervenções

Resultados e efeitos	
Freguesia de Gave – Branda da Aveleira	Freguesia de Safara – Projecto ASAS
Recuperação de património	
<p>Foram reabilitadas e dinamizadas 9 casas.</p> <p>Estão a ser reabilitadas mais 2 casas.</p>	<p>Reabilitação e dinamização do património – Casa da Moagem.</p> <p>Valorização de Safara através da construção de um percurso cultural que assinala as características tradicionais da aldeia.</p>
Criação de rendimento	
<p>Mais pessoas desejam participar no projecto e outras querem reconstruir casas para usufruto pessoal promovendo a recuperação de uma zona que se encontrava totalmente abandonada.</p> <p>O número de dormidas aumentou consideravelmente produzindo riqueza para os proprietários.</p> <p>Constatou-se o aumento de visitantes a Melgaço.</p> <p><i>“Uma casa na Branda costumava custar 3mil euros, agora não se compra por menos de 25mil. Houve uma valorização do património e ao mesmo tempo estão a tirar rendimento dele”</i> (G3).</p>	<p>A dinamização da Casa da Moagem como espaço de formação traz pessoas de fora. Cria riqueza a empresários e comerciantes sendo que os visitantes usufruem de restaurantes, cafés e mercearias.</p> <p><i>“Na Casa da Moagem fazemos formações modelares, e isso traz muita gente a Safara. Não sei o impacto que tem, mas muita gente almoça cá e dorme cá”</i> (S2).</p> <p>Não havendo ainda oferta de dormidas em Safara, houve visitantes que optaram por Moura, trazendo riqueza para o concelho.</p>
Valorização de recursos endógenos	
<p>Maior valorização pelos habitantes dos recursos locais/endógenos.</p>	<p>Maior valorização pelos residentes dos recursos locais/endógenos.</p>
Objectivos para o futuro	
<p>Reconstrução e dinamização de um espaço para restauração.</p> <p>Cultivo e produção de produtos locais para utilização no restaurante. Divulgação dos bens e festividades locais e promoção de uma vivência mais completa na Branda.</p> <p>Recuperação de mais património imobiliário.</p>	<p>Do projecto ASAS resultaram 3 grupos de trabalho.</p> <p>1º grupo – Agricultura – produção de azeite em Safara (promoção da cultura do olival tradicional e criação de um entreposto para deixar a azeitona).</p> <p>2º grupo – Turismo em espaço rural (recuperar património cultural, imobiliário e natural e dinamizá-lo).</p> <p>3º grupo – Dinamização do património (adoptar a Casa da Moagem para um espaço de <i>co-working</i>).</p>
<p><i>“A Branda da Aveleira está no mapa, uma Aldeia de Portugal que pertence a uma rede regional. É</i></p>	<p><i>“Para dar continuidade aos grupos de trabalho, estamos convencidos que não é necessário um grande financiamento. O que interessa é o</i></p>

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

<i>um exemplo de sucesso nesta área” (G3).</i>	<i>acompanhamento e mobilização de pessoas” (S2).</i>
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das entrevistas

## CONCLUSÃO

O caminho percorrido até chegar ao presente capítulo, que se propõe concluir sobre os objectivos deste trabalho, passou pela elaboração de um quadro teórico, no seguimento do qual foram feitas as escolhas metodológicas e a preparação de um modelo de análise a aplicar nos estudos de caso.

Quadro 1.4 - Pergunta de partida, objectivo geral e objecto de investigação

Pergunta de partida	Objectivo geral	Objecto de investigação
Em que medida a metodologia participativa pode contribuir para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural?	Aprofundar a relação entre uma metodologia participativa consciente, assumida e consistente, e a sustentabilidade do desenvolvimento rural.	Identificação de factores endógenos (internos à intervenção) e exógenos (externos, de enquadramento social, político e económico) que contribuem para a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento rural (participado).

Dos objectivos e dos resultados da pesquisa apresentam-se as conclusões que seguem.

Objectivo 1 – Identificar os factores que, num quadro de desenvolvimento rural, reforçam a acção participativa e os que a enfraquecem.

Factores que reforçaram a acção participativa:

### ENDÓGENOS

- Dimensão territorial micro (local) facilita a relação e a comunicação entre os diversos parceiros;
- Existência de recursos patrimoniais (pessoais e sociais) para aproveitar e dinamizar pode levar as pessoas a querer intervir/participar e a valorizar os recursos da terra;
- Contexto cultural/tradicional: os momentos das festividades podem dar a conhecer o território atraindo novas pessoas;
- Resultados positivos promovem a participação pela via do exemplo;
- Existência de capital social;
- Solidariedade entre as pessoas (relação de confiança forte).

### EXÓGENOS

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

- Procura crescente de qualidade de vida no campo por pessoas que habitam na cidade; *“Algumas pessoas do Porto compraram casas na Branda para recuperar”* (G1);
- Retorno ao campo de pessoas com formações superiores e diversificadas que podem no futuro reforçar o capital social, trazer ideias inovadoras e conter a desertificação rural;
- Intervenções / projectos com objectivos realistas (para que ao longo do processo não se assista ao descrédito por parte das pessoas, afastando-as da participação);
- Intervenções que não necessitem ou dependam de financiamentos substanciais;
- Projectos com continuidade ao longo do tempo, evitando o afastamento de *stakeholders*;
- O *empowerment* continuado e regular reforça os mecanismos de participação; *“A presença dos técnicos no terreno que promovem um acompanhamento e uma comunicação de proximidade é essencial”* (G2);
- Respeito pelo ritmo das comunidades (pela organização das suas vidas).

Factores que enfraqueceram a acção participativa:

### ENDÓGENOS

- Contexto geográfico – zonas afastadas de centros populacionais e de difícil acesso têm conduzido à desertificação humana e não convidam à participação;
- Contexto histórico e cultural – as vivências do passado (recente e longínquo) moldam as mentalidades do presente:
  - Mentalidade individualista (e desconfiada que) dificulta a criação de parcerias
  - Ausência de uma educação participativa
  - Falta de uma visão de conjunto e de trabalho em prol de uma comunidade (dificuldade em ver a longo prazo)
  - Descrença nos órgãos de poder e receio da mudança
  - Dependências que resultam de uma cultura assistencialista, que afasta as pessoas de serem promotores de mudança
  - Desvalorização dos recursos endógenos.
- Baixos níveis de escolaridade;
- Ausência de capital social;
- População envelhecida / pirâmide etária invertida;
- Inexistência de um interesse genuíno pela prática participativa por parte dos técnicos;

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

- Dificuldades na criação de uma rede de parceiros que queiram efectivar a participação.

### EXÓGENOS

- O contexto económico e o modo de vida das pessoas dificultam a motivação para a mudança; *“As pessoas até parece que participam menos, ficam mais em casa, vêem televisão”* (S2);
- Programas e políticas públicas que não contemplam o processo participativo como componente essencial dos projectos (retiram tempo aos profissionais para estar no terreno de que resultam fracos níveis de participação); *“Processos mais burocráticos e menos tempo para estarmos no terreno”* (G4);
- Os processos estereotipados aplicados por responsáveis pelo planeamento e programação, pela governação e gestão de fundos distanciam-se da real duração das intervenções o que conduz a um desfazamento da realidade, não pensando na sua continuidade operativa, com manutenções e ajustamentos necessários, de acordo com as avaliações, aprendizagens e saberes adquiridos; *“O projecto ASAS foi muito curto”* (S1);
- Lacunas no âmbito das componentes de animação por falta de fundos, tempo e recursos humanos; *“A vertente animação tem sido minimizada pelos programas”* (S2);
- A colocação em prática das metodologias participativas ao longo de todas as fases da intervenção sofreu lacunas, não tendo sido um processo transversal às diversas fases de intervenção;
- Ausência de avaliação formal. *“Fazemos avaliações informais nos momentos em que nos reunimos”* (G2).

Objectivo 2 – Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso.

No estudo de caso da Branda da Aveleira não houve um diagnóstico participado. A ideia inicial partiu de uma pessoa à qual se associaram outras entidades; só depois dialogaram com os beneficiários finais (promotores).

Constata-se à partida que não se seguiram os passos definidos pela teoria para uma intervenção participada (mas também é importante que haja flexibilidade a esse nível, tendo em conta o contexto de cada território). É sabido que não há casos idênticos e que são as realidades e não os modelos científicos ou teóricos que moldam as práticas. O diálogo com os promotores foi posto em prática através de reuniões; procurava-se reunir o maior número de parceiros. Foram muitas reuniões; foi um processo demorado. Os dinamizadores dos encontros tiveram em conta os horários e os locais que mais se



adequavam aos promotores, facilitando assim a participação dos mesmos. Ainda assim a adesão foi-se reduzindo e não foi fácil a efectivação da participação. Os técnicos/facilitadores têm feito um acompanhamento aos *stakeholders*, promovendo acções de formação/sensibilização e *workshops* após identificação de necessidades de capacitar as pessoas. A capacitação é um dos pontos fulcrais para promover a participação. Esta capacitação passou também por acções de *benchmarking* (conhecer exemplos bem sucedidos de turismo rural, em Portugal e na Europa). Quanto aos processos avaliativos foram feitos informalmente e pouco planeados. No entanto, foram utilizados os momentos em que todos se encontravam reunidos, recolhendo assim informação resultante da participação dos parceiros. Tem sido possível através dos programas e projectos, e também de alguns parceiros, dar continuidade a esta intervenção o que tem contribuído para a sustentabilidade do mesmo. “*Também já há pessoas que rescontruiram casa, a título individual, sem financiamentos*” (G4).

Em relação a Safara – Projecto ASAS não foi elaborado um diagnóstico, pois já existiam diagnósticos anteriores, informação recolhida e conhecimentos resultantes da experiência no terreno de vários anos. E, dessa reunião de dados surgiu a necessidade de realizar um projecto que em si consistiu num diagnóstico assumidamente participado. Através de facilitadores que comunicavam com residentes de Safara procurou-se reunir o maior número de pessoas para participar na implementação do projeto. Como metodologias utilizaram os “serões de aldeia”, que consistiram em reuniões, que respeitavam os horários dos possíveis participantes, acompanhadas sempre que possível de animação e pequenos lanches promovendo a motivação e adesão das pessoas. Mesmo assim, a adesão foi muito baixa. Posteriormente, tendo sido reunidos os diversos *stakeholders* interessados em participar, foi feito junto desses um levantamento de necessidades e uma hierarquização das mesmas. A partir da qual se definiram as três temáticas a abordar por três grupos de trabalho criados para o efeito. Para dar continuidade num projecto futuro. Verifica-se uma tentativa de inovar e promover a sustentabilidade por intermédio do projecto ASAS sendo que os três grupos de trabalho são constituídos por pessoas a título voluntário, promovendo assim uma menor dependência de financiamentos.

Objectivo 3 - Expor (identificar e caracterizar), a partir dos estudos de caso, as especificidades / contributos da participação para a sustentabilidade, num quadro de desenvolvimento rural.

Tendo como foco a sustentabilidade (e de acordo com os estudos de caso) a participação foi praticada através de:

- Criação de redes e uma procura de trabalhar em cooperação;
- Criação de grupos formais e informais;
- Maior e melhor conhecimento dos parceiros existentes no terreno e entre parceiros (conhecimento da paisagem organizacional);
- Empenhamento de alguns *stakeholders* e conseqüente surgimento de novas ideias e de projectos visando a continuidade;
- Pequenas mudanças de mentalidade que podem contribuir para a construção do capital social, de mais cidadania e confiança;
- Fortalecimento de laços sociais;
- Compreensão da necessidade de melhorar a aplicação da prática participativa – investigação-acção;

Desta prática participativa obtiveram-se os seguintes resultados que apontam na direcção da sustentabilidade:

- Valorização dos recursos endógenos, em primeiro lugar pelos habitantes, mas também por residentes em centros urbanos, com ligação às aldeias;
- Utilização de processos menos dependentes de fundos comunitários e mais suportados por estratégias de auto-suficiência (grupos de trabalho a título voluntário);
- Aprendizagem daquilo que é a própria participação em si e das dificuldades de ser colocada em prática;
- Recuperação de património imobiliário e cultural;
- Maior visibilidade dada às zonas rurais;
- Promoção turística aumentando o fluxo de pessoas às aldeias, valorizando a economia local;

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

- Renda extra para os locais (Branda da Aveleira);
- Continuidade dos projectos no tempo, sendo periodicamente reforçados.

Através das respostas aos objectivos específicos aprofundou-se a relação entre uma metodologia participativa consciente, assumida e consistente, e a sustentabilidade do desenvolvimento rural possibilitando-nos responder à pergunta de partida.

Em que medida a metodologia participativa pode contribuir para a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento rural?

Após incursão pelas aldeias é possível afirmar que a metodologia participativa é o caminho a seguir, sendo o envolvimento das pessoas que conduz à sustentabilidade das intervenções, dos territórios e das comunidades. Aqui a prática corrobora a teoria. Não obstante identificaram-se dificuldades no terreno para aplicar as metodologias participativas e conseguir mobilizar pessoas, grupos e organismos, ficando assim a participação aquém do planeado e programado nos projectos, fazendo perigar a sustentabilidade.

Visando complementar a teoria e aprimorar as práticas, reduzindo os obstáculos que se colocam a um desenvolvimento sustentável, apresentam-se três orientações de fundo e três medidas para o êxito de uma metodologia participativa orientada para o desenvolvimento sustentado em ambiente rural:

- O processo participativo é estratégico. Será suportado por uma metodologia dinâmica, para o efeito acompanhada pela reflexão e avaliação contínua, adaptando os objectivos à realidade, ultrapassando a tendência para processos e modelos estandardizados. Focagem nos resultados a longo prazo e no bem-estar da comunidade rural.
- O processo de *empowerment* será dirigido não apenas aos beneficiários finais mas a todos os *stakeholders* incluindo autarcas, coordenadores de projectos e outros técnicos.
- Influenciar as políticas públicas através de intervenções reconhecidas como exemplares.
- Realização de diagnósticos ajustados à realidade e de acções que promovam a criação de relações de confiança que potenciem o aproveitamento dos recursos e

das capacidades das pessoas. Despertar nas pessoas o sentimento de pertença, de identidade colectiva que conduza ao protagonismo.

- O processo avaliativo é transversal ao ciclo das intervenções e a sua prática essencial à promoção da aprendizagem e mudança, pelo que se impõe compreender o que dificulta esta prática e melhorar a situação.
- Participação sem poder partilhado não conduz à sustentabilidade.

Para terminar com os olhos postos no futuro seguem-se três propostas.

O presente trabalho permitiu aprofundar a relação entre sustentabilidade e participação, mas não foi possível um estudo exaustivo. É sabido também que a complexidade da problemática e os inúmeros factores que influenciam a efectivação da participação justificam a realização de um estudo aprofundado, com maior presença no terreno e com profissionais de diversas áreas (economia, psicologia, antropologia, história, sociologia, serviço social, demografia, política social) tendo como fim um contributo para a mudança, orientado para a acção, através da lógica da experiência/prática reflexiva, visando colmatar as falhas identificadas.

Paralelamente, seria relevante, daqui a 5 ou 10 anos, regressar às aldeias de Safara e Branda da Aveleira para perceber a evolução face aos temas e problemas aqui abordados: processo de sustentabilidade, criação de capital social e participação.

Finalmente, para contornar a dependência dos fundos comunitários, e a insustentabilidade das intervenções devido aos cortes nos mesmos, propõe-se a realização de um estudo prospectivo que apresente duas vertentes: aprofundar o mecanismo da circulação dos fluxos de financiamento de programas e projectos desde a sua origem até ao beneficiário final e investigar intervenções de sucesso no âmbito do desenvolvimento rural que tenham ultrapassado a dependência, parcial ou integral, de fundos comunitários.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARO, R. Roque (2003), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. ISCTE, Lisboa
- AMARO, R. Roque (2009), “Desenvolvimento Local”, in Hespanha, P. (ed.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Almedina, Coimbra
- AMARO, Rogério Roque (2003), *Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria*, in cadernos de Estudos Africanos, nº 4, Janeiro/Julho, pp. 35-70.
- ARAÚJO, P. (2006), *A Capacitação para o Desenvolvimento das ONGD Portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta
- ARNSTEIN, Sherry R. (1969), *A ladder of citizen participation*. Journal of American Institute of Planners, Vol.35, No.4
- BARNES, Marian, et al (2007), *Power, Participation and Political Renewal – Case Studies in Public Participation*. Policy Press, Bristol
- BECKER, F. Dinizar, DALLABRIDA R. Valdir (2003), *Governança territorial. Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica*. Revista Desenvolvimento em Questão
- CORDOVIL, Francisco, ROSA, Manuel (1997), *Desenvolvimento rural: novas realidades e perspectivas*. Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural
- CATTANI, A.D. et al (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina
- COVAS, António, (2011) *A Grande Transição, Pluralidade e Diversidade no Mundo Rural*. Edições Colibri
- DEMO, Pedro. (1993), *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez.
- DURSTON, J. (2000), *¿Qué es el capital social comunitario? División de Desarrollo Social*. Serie Políticas Sociales. Santiago do Chile
- DURSTON, J. (1999), *Construyendo capital social comunitario*. Revista de la CEPAL n. 69, Dic. p. 103-118
- ESTIVILL, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social : conceitos e estratégias*. Lisboa: Bureau International du Travail

- FREIRE, Paulo, HORTON, Myles (2003), “*O caminho se faz Caminhando – Conversas sobre educação e mudança sócial*”. Editora Vozes
- GOMEZ J. et al, (2005), *Serviço Social e Meio Ambiente*. São Paulo, Cortez Editora
- FERRÃO J. (2003), “*Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001*”, in *Revista de Estudos Demográficos*, nº 34
- GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e Formas de Uso*. Edições Príncipia
- GUERRA, Isabel (2002), *O Planeamento em Ciências Sociais*. Edições Príncipia
- HENRIQUES, J. Manuel, (1990) *Municípios e desenvolvimento : caminhos possíveis*. Lisboa Escher
- KAGEYAMA, Angela (2004), *Desenvolvimento rural – conceito e medida*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409
- KRUMER, Lydia (2007), *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar*, Salvador: GTZ
- MATOS, Heloiza (2009), *Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações*. São Paulo: Summus
- MADRP (2005), *Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Lisboa: MADRP
- MILANDO, J. (2005), *Cooperação Sem Desenvolvimento*. Coleção Estudos e Investigações, nº 39, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- REIS J. (2007), *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra, Almedina
- OCDE, Reiventing Rural Policy, OCDE Observer, (2006), *Participation, development, power & democracy: an introduction to basic civic concepts*. Part 3 – Power; (1997) Africa Community Publishing and Development Trust; Ed. Church/NGO Civic Education Network; Zimbabwe;
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (1988), *Participation Review – A review on foundations studies on participation*. Office for Official Publications of the European Communities. Luxembourg.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REINIKKA, Ritva. (2008), *Seven Deadly Sins: Reflections on Donor Failings*, in Easterly, William. *Reinventing Foreign Aid*. Center for Global Development. MIT Press, Cambridge, Massachusetts and London, England. P. 515-551.

- RODRIGUES, J. Valdemar, (2009), *Desenvolvimento Sustentável: Uma introdução Crítica*. Principia, Parede
- SACHS, W. (2010), *The Development Dictionary, n. A Guide to Knowledge as Power*. Zed Books, 2ª
- SANTOS, Marcos, (2012), *A boa governança como factor promotor do desenvolvimento rural*. Universidade de Évora
- SAMPAIO, Francisco, ( 1991), *O produto turístico do Alto Minho*. Portugal: Região de Turismo do Alto Minho
- SCHIEFER, Ulrich (2008), *Integrated Evaluation of Change. A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*. Periplo, Lisbon
- SCHIEFFER, Ulrich (2006), *Método Aplicado de Planeamento e Avaliação – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Editora Príncipia, Estoril
- SCOTT, John; (2001) *Power*; Polity Press; United Kingdom
- Silveira, C. M. (2007), *Desenvolvimento local: marcos conceituais*. IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
- STARK, Nancy (2005), *Effective Rural Governance. What is it? Does it Matter?* RGI a program of Rupri
- VALADAS, Aínda Maria (2011), *Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000*. Dissertação de Mestrado em Sociologia , Lisboa ISCTE-IUL
- VAN DEPOELE, L. (2000), *The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development*. In: INTERNATIONAL
- CONFERENCE (2004), *Desenvolvimento rural: conceito e medida*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408
- VEIGA, J. E. (2000), *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS
- VEIGA, J. E. (2002), *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP, Autores Associados

**WEBGRAFIA:**

*Voices of the Poor Reports*, Disponível: <http://web.worldbank.org>

MILANI, C. *Mitos construídos acerca da “participação” no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar a partir da experiência brasileira recente*. Disponível: [http://www.labmundo.org/ppmilani/mitos\\_partic\\_amb\\_intern.pdf](http://www.labmundo.org/ppmilani/mitos_partic_amb_intern.pdf)

UNDP. *Human Development Report. New York e Oxford: Oxford University Press, 1993*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993/>

MARTINS, Sérgio. *Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas*. Universidade Católica Dom Bosco. INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, Set. 2002. Disponível em: [http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaIntercoes/n5\\_sergio\\_martins.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaIntercoes/n5_sergio_martins.pdf)

ROSTOW, Walt Whitman. (1960) *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*, Cambridge University Press.

Disponível em :

[http://www.aleph.org.mx/jspui/bitstream/56789/7107/1/DOCT2064816\\_ARTICULO\\_5.PDF](http://www.aleph.org.mx/jspui/bitstream/56789/7107/1/DOCT2064816_ARTICULO_5.PDF)

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - <http://ec.europa.eu/agriculture/50-years-of-cap>

<http://www.cafecomsociologia.com/2012/02/capital-social.html>

[http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30&Itemid=59](http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=59)

[http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm)

<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/651.pdf>

<http://www.earthcharterinaction.org/content/pages/Read-the-Charter.html>



**Anexo I**

**Súmula dos conceitos**

<b>Conceito</b>	<b>Autor</b>	<b>Definição / citação</b>
Desenvolvimento	Rostov (1960)	O desenvolvimento baseia-se no crescimento económico tendo, para o demonstrar, identificado cinco (5) etapas. É uma experiência historicamente observável. É algo que alguns países já experimentaram - melhoria de bem-estar e progresso acompanhada de profundas mudanças sociais.
Desenvolvimento rural	Kageyama (2004:384)	Desenvolvimento Rural assenta na “busca de um novo modelo para o sector agrícola, com novos objectivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de variedade em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.”  “A prática do desenvolvimento rural consiste actualmente numa combinação de forças internas e externas à região, em que os actores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente num complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões”
Desenvolvimento local	Amaro (2003:57)	Desenvolvimento local consiste no “(...) processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.”
Desenvolvimento sustentável	Relatório de Brundtland  Rodrigues, (2009:143)	“O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo, de harmonia, mas antes um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais são tornadas consistentes quer com as necessidades do presente quer com as do futuro.”  “(…) consiste num processo social complexo, algo que está acontecer de determinada forma, sendo que se o desenvolvimento se fizer em “direcção” ao ideal da sustentabilidade, então pode dizer-se “desse” desenvolvimento que ele é sustentável.”
Desenvolvimento participativo	Amaro, (2003:58)  Henriques, (1990:82)	O desenvolvimento participativo pressupõe a “adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres”.  A participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento consiste “numa articulação entre o envolvimento concreto da população de uma unidade territorial de desenvolvimento”, “comunidade ecológica” ou “ comunidade local”

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

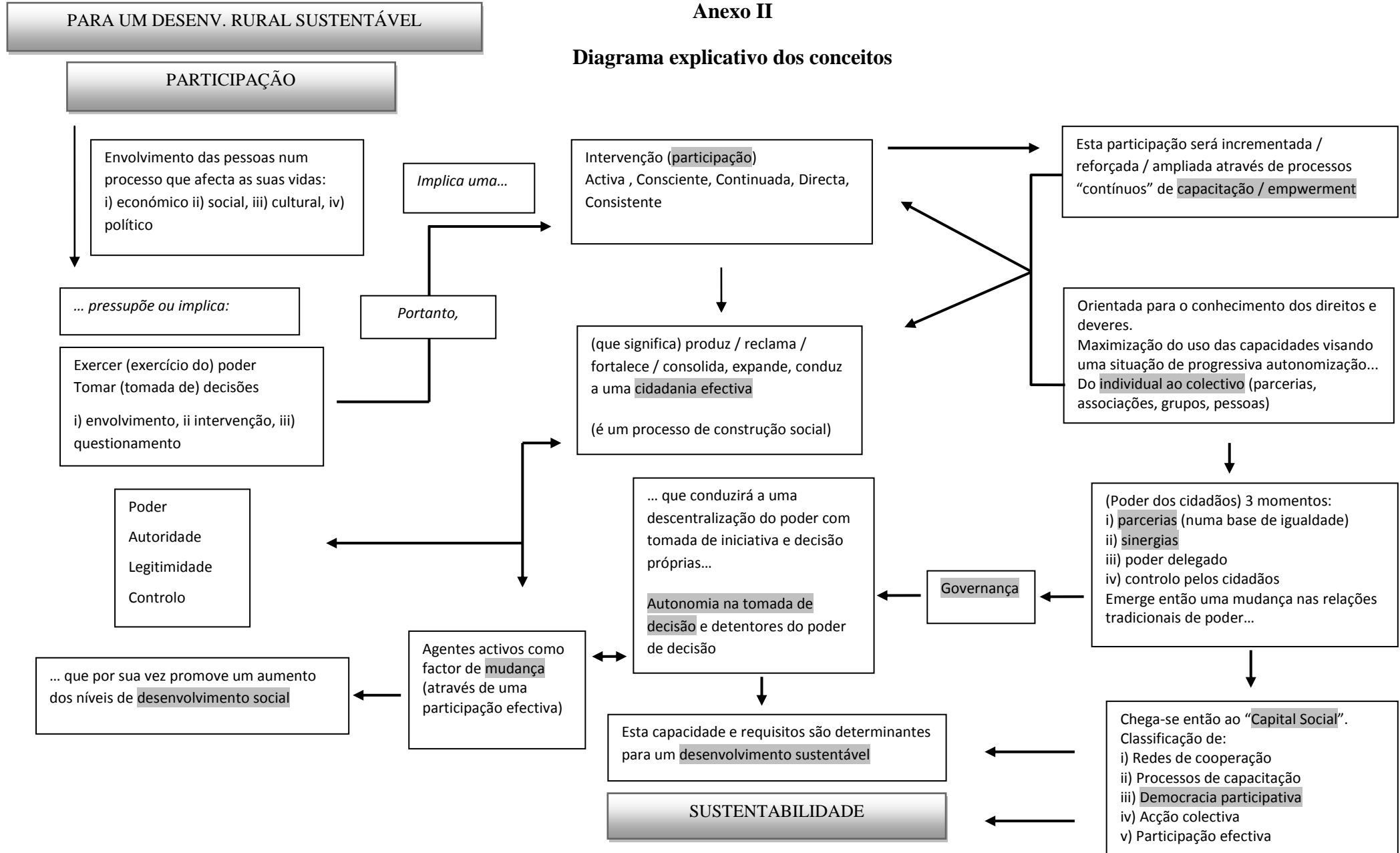
		em “comunidades de interesses” no âmbito do “sector autónomo”, que, em articulação ou não com autarquias territoriais, contribuam para a animação da população para a defesa dos seus interesses, para a resolução dos seus problemas ou para a diminuição da insatisfação evitável das suas necessidades básicas.”
Paisagem organizacional	Schiefer (2006:26)	Segundo Schiefer (2006) cada <i>stakeholder</i> de um projecto tem interesses diversos perante as intervenções para o desenvolvimento, uns convergentes e outros divergentes. Um dos desafios da metodologia participativa consiste em encontrar uma forma de integrar os diferentes actores e perspectivas alcançando uma visão mais realista. “Isto revela a importância de analisar a paisagem organizacional (...). Esta paisagem é composta por diferentes organizações, instituições e grupos sociais, cada um dos quais possuindo a sua própria perspectiva.”
Participação	Demo (1993), Martins (2002), Henriques (1990) Valadas (2011).	O conceito “participação” tem como base o paradigma territorialista, abrangendo o envolvimento de indivíduos, grupos, comunidades em diversos âmbitos (pessoal, cultural, ambiental, política, cívica) em comunidades de interesses, o que conduz à existência de uma cidadania activa. A participação mais que um conceito é um processo de construção pessoal e social condicionado por factores internos e externos e dependente do grau de solidez e qualidade das relações sociais entre os diversos parceiros.
Empowerment	Pinto (2001: 247)	<i>Empowerment</i> consiste num “processo de reconhecimento (consciencialização), criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sociocultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.”
Capital Social	Nicola, 2007 apud Durston, (1999:239)  Putman (1996:177)  Matos (2009:35).	“Para que ocorra formação de capital social, o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos devem acompanhar todo o processo, com a intenção gradual de transferir o protagonismo do planeamento e da execução das acções do projecto para os beneficiários finais, numa sinergia que é potencial, entre organizações de base da sociedade civil, entidades privadas e governo”  Capital social consiste no “conjunto de recursos actuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento”  O mesmo conceito relaciona-se com “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas.”
Governança	Becker (2003:80)	“O exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

		organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planear a implementação das acções e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território.”
Sustentabilidade associada ao desenvolvimento rural	Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural’ (2005:4)	“ (...) na vertente económica - produtora de bens de mercado; ambiental - gestora de recursos e territórios; e social - integradora de actividades e rendimentos, identificando-se assim com uma actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva”(...) fundamentada em cinco objectivos estratégicos (...) “i) Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; ii) Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais; iii) Revitalização económica e social das zonas rurais; iv) Reforço da coesão territorial e social; e v) Promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.”

Anexo II

Diagrama explicativo dos conceitos



### **Anexo III**

#### **Guião do inquérito por entrevista aplicado a autarcas, coordenadores de projecto e técnicos no terreno**

1. Fale-me sobre os projectos para o desenvolvimento realizados aqui na aldeia.
2. Que projectos estão em curso no presente?
3. Foram praticadas as diferentes fases de intervenção – diagnóstico, desenho de projecto, implementação e avaliação?
4. Pode-me descrever como foram colocadas em prática essas mesmas fases?
5. Que métodos, técnicas e instrumentos foram utilizados?
6. Pode-me indicar quais os parceiros do projecto?
7. Como se construiu a rede de parceiros do projecto?
8. Como sentiu a relação/comunicação entre os diversos parceiros?
9. Qual o balanço da intervenção? Acha que os objectivos foram alcançados?
10. Após a intervenção, prevê a sustentabilidade da intervenção realizada?
11. Que perspectivas existem para o futuro?
12. Considera a metodologia participativa uma mais-valia para a sustentabilidade do desenvolvimento rural?
13. Pode descrever-me como foi colocada em prática a metodologia participativa?
14. Que obstáculos foram encontrados para a sua concretização?

#### Mais especificamente sobre a população local:

1. Como foi criada a relação com os habitantes da aldeia?
2. Conseguiram criar uma relação de confiança?
3. Sentiu que estes tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança?
4. A população demonstrava uma atitude crítica ou uma posição resignada?
5. Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes?
6. Houve necessidade de capacitar pessoas (aldeãos, instituições, etc.)? Se sim, como foi promovida a capacitação das mesmas?

**Anexo IV**

**Guião do inquérito por entrevista aplicado aos beneficiários finais**

1. Pode dizer-me que projectos/acções foram realizados para o desenvolvimento da aldeia?
2. Se sim, em quais participou?
3. Como foi feita a abordagem inicial dos técnicos?
4. Que situações identificou que precisavam de mudar?
5. Considera que o projecto (acções) respondeu a essas situações?
6. Percebe-se que o projecto (acções) foi importante para o desenvolvimento da aldeia?
7. O que poderia ter corrido melhor?
8. Há perspectivas para o futuro que assegurem a continuidade do que já foi feito?

**Anexo V**

**Grelha de observação genérica**

Questões a ter em atenção	Freguesia de Gave – Branda da Aveleira	Freguesia de Moura – Aldeia Safara
Animação no espaço físico		
Reacções dos entrevistados e da população local		
Informações pertinentes relativas à localização geográfica		
Qualidade das acessibilidades		
Qualidade da informação sobre as intervencções		
Tipo de turismo e de instalações turísticas		

**Anexo VI**

**Análise SWOT – Gave, Concelho de Melgaço**

Pontos fortes	Pontos fracos
<p><b><u>Património e turismo</u></b> Património histórico e cultural rico com boas possibilidades de aproveitamento e transformação em produtos turísticos. Potencial turístico. A imagem dos produtos locais, nomeadamente do Vinho Alvarinho e do fumeiro, constituem, actualmente, uma atracção turística.</p> <p><b><u>Acessibilidades</u></b> Facilidade de circulação automóvel entre os vários locais turísticos, o que favorece o lançamento de produtos considerados estratégicos para o município.</p> <p><b><u>Geografia e recursos</u></b> Localização relativamente a Espanha - aproveitamento do turismo de proximidade. Património natural – Rio Minho, Parque Nacional da Peneda Gerês – multiplicidade de recursos naturais.</p> <p><b><u>Residentes</u></b> Sensibilidade da população residente e das instituições locais e regionais para o Turismo como factor de desenvolvimento.</p> <p><b><u>Infra-estruturas</u></b> Existência de infra-estruturas de acolhimento. Existência de associações ligadas aos desportos.</p>	<p><b><u>Património e turismo</u></b> Potencial turístico subaproveitado. Pouca aposta na gestão da hospitalidade e na animação cultural. Lacunas ao nível da gestão da hospitalidade (sinalização turística, instrumentos de orientação, centros de acolhimento e interpretação, deficiente rede de postos de informação e carências ao nível do material de informação turística).</p> <p><b><u>Meios de transporte</u></b> Insuficiência / inadequação da rede de transportes dentro do concelho e dificuldade em meios de transporte, dificultando a deslocação de turistas que não viajem em viatura própria ou alugada.</p> <p><b><u>Economia</u></b> Debilidade do ambiente económico para atrair novos investimentos, mas também da dinâmica do tecido empresarial. Frac capacidade do concelho para atrair e fixar populações, principalmente no que se refere às camadas jovens de estratos socioeconómicos médios-altos, de forma a reforçar o tecido empresarial.</p> <p><b><u>Comércio</u></b> Apenas para as necessidades básicas (freguesia de Gave).</p> <p><b><u>Público-alvo</u></b> Resistência à mudança por parte do público-alvo. Reduzida motivação do público-alvo. Frac adesão às acções de sensibilização.</p> <p><b><u>Demografia</u></b> Movimentos contínuos de saída dos jovens para outras zonas do país devido à escassez de emprego. Envelhecimento da população. Desertificação.</p> <p><b><u>Área Social</u></b> Insuficiência de valências de apoio à 3ª idade. Insuficiência das respostas de apoio à 1ª infância e jovens (lacunas no âmbito dos serviços e</p>



	<p>equipamentos).</p> <p><b><u>Área técnica / profissional</u></b> Carência de meios, especialmente de pessoal com formação adequada.</p> <p><b><u>Tecido empresarial / institucional / agentes turísticos</u></b> Organização débil. Amadorismo empresarial, traduzindo-se na ausência de uma atitude mais sensível às especificidades e necessidades da actividade. Baixo nível de qualificação da generalidade dos profissionais do sector, o que origina uma deficiente prestação de serviços (falta de massa crítica). Reduzida estruturação dos produtos turísticos derivada da falta de interligação das várias componentes do produto. Dificuldades de coordenação entre os agentes que operam aos vários níveis do compósito turístico.</p> <p>Muitos agentes turísticos apresentam alguma relutância em trabalhar com os operadores/agentes do mercado do turismo.</p> <p><b><u>Divulgação</u></b> A venda do turismo de Melgaço tem sido divulgada sem uma estratégia de marketing global. Baixa taxa de ocupação da generalidade dos meios de alojamento fora das épocas consideradas altas.</p> <p><b><u>Entidades públicas</u></b> Certa mentalidade paternalista das entidades públicas que tutelam esta actividade.</p> <p><b><u>Avaliação</u></b> Inexistência de condições para avaliar o impacto da adopção das várias marcas de promoção turística “ Melgaço, arte, ambiente e Alvarinho ”, “ Melgaço, sabores do saber ” no mercado interno e alargado.</p>
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<p><b><u>Economia</u></b> Tendência dos mercados para criarem produtos turísticos com base em recursos que o concelho possui .  As tendências actuais da procura beneficiam destinos turísticos tradicionalmente secundários: o termalismo, os parques naturais, o espaço da</p>	<p><b><u>Economia e políticas</u></b> Desemprego jovem. Actual situação de crise económica no país e da UE. Diminuição de apoios e subsídios que sustentaram até hoje a existência de projectos (mas pode ser que estimule o engenho...). Como será o próximo quadro comunitário de</p>

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

<p>ruralidade e os aspectos culturais, monumentais e antropológicos de forte identidade.</p> <p>Os agentes económicos envolvidos neste negócio têm aumentado em número e em importância económica, existindo projectos de investimento por parte de alguns grupos económicos externos à região.</p> <p><b><u>Projectos</u></b></p> <p>A implementação de alguns projectos inovadores, desenvolvidos com base em modelos institucionais que permitem operacionalizar propostas turísticas assentes em temáticas e atractivos concretos.</p> <p>Atracção e fixação no concelho de Empresas de Animação Turística.</p> <p>Turismo sustentável / estabelecimento de parcerias.</p> <p>Turismo como sector de diversificação da economia local.</p> <p>Criação de laços entre actividade turística e o segmento dos negócios constituem uma oportunidade a explorar, contribuindo para a diminuição da sazonalidade.</p> <p>Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o plano tecnológico que permite o acesso às novas tecnologias e os incentivos à investigação e desenvolvimento, assim como as políticas de preservação do património e qualificação ambiental.</p>	<p>apoio?</p> <p>Articulação entre entidades a nível nacional e Europeu pouco eficientes.</p> <p>Políticas desadequadas.</p> <p>Programas com burocracia a mais e pouco peso de trabalho no terreno.</p> <p>Cortes orçamentais nas verbas para os municípios.</p> <p>Sobrevalorização da componente material na atribuição dos subsídios públicos à actividade.</p> <p>Falta de investimento privado.</p> <p><b><u>Turismo</u></b></p> <p>Baixo nível de ocupação.</p> <p>Sazonalidade.</p> <p>Falta de apoio ao visitante.</p>
---	---

**Anexo VII**

**Análise SWOT – Safara, Concelho de Moura**

Pontos fortes	Pontos fracos
<p><b><u>Património natural e cultural</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Variedade de recursos naturais – água, sol, flora e fauna;</li> <li>- Perímetro florestal da Contenda (Santo Aleixo da Restauração);</li> <li>- Aproveitamento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva;</li> <li>- Existência de águas termais de qualidade;</li> <li>- Desenvolvimento e diversificação progressiva dos serviços;</li> <li>- Aumento progressivo da capacidade de investimento (financeiro e empreendedor/pessoal);</li> <li>- Potencial implementação de uma Bolsa de Ideias e Projectos que promova propostas de intervenção;</li> <li>- Existência da proposta de execução do PAMDE - Programa Municipal de Apoio e Dinamização da Actividade Empresarial.</li> </ul> <p><b><u>Emprego</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de programas e medidas ao nível do emprego e formação profissional;</li> <li>- Recursos humanos em idade activa à procura de emprego;</li> <li>- Construção e manutenção da futura Central Foto Voltaica;</li> <li>- Empreendimento de Alqueva;</li> <li>- Técnicos com interesses de fixação no concelho de Moura;</li> <li>- Recursos endógenos com possibilidade de exploração, tais como água termal, fauna e flora, e valores históricos e patrimoniais.</li> </ul> <p><b><u>Habituação</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas / projectos de intervenção na área da Habitação: o SOLARH o RECRIA o Projecto de Luta Contra a Pobreza – “Apoio à Recuperação e Melhoramento de Habitações do Concelho de Moura” o AGRIS o REHABITA (imóveis dentro da área do Centro Histórico).</li> </ul>	<p><b><u>Turismo</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carência de equipamentos de apoio ao turismo;</li> <li>- Falta de formação em áreas necessárias no mercado de trabalho;</li> </ul> <p><b><u>Acessibilidades</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acessibilidades rodoviárias reduzidas, especialmente nas freguesias rurais;</li> </ul> <p><b><u>Economia</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Economia pouco diversificada;</li> <li>- Reduzida capacidade de investimento financeiro;</li> <li>- Tendência de produção para o mercado local;</li> <li>- Existência de empresas de pequena dimensão – empresas familiares;</li> <li>- Predomínio do sector primário / Não aproveitamento dos recursos locais (ex.: água);</li> <li>- Concentração da pouca indústria na zona urbana do concelho;</li> <li>- Falta de terreno para atribuição de lotes na área industrial;</li> <li>- Reduzida capacidade de risco / empreendedorismo;</li> <li>- Inexistência de zonas industriais em algumas freguesias rurais.</li> </ul> <p><b><u>Emprego e educação</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de colocação no mercado de trabalho de profissionais com mais habilitações literárias, principalmente da área do ensino;</li> <li>- Existência de empregos precários e de carácter sazonal;</li> <li>- Alguma desarticulação entre os serviços do IEFP e Centro de Emprego de Moura com outras entidades locais.</li> </ul> <p><b><u>Habituação</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação / esvaziamento de alojamentos, principalmente das freguesias rurais.</li> </ul> <p><b><u>Demografia</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tendência de concentração populacional na sede do concelho, com a consequente desertificação</li> </ul>

<p><b><u>Relacionamento inter-institucional</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bom relacionamento entre a Autarquia e as empresas da área de construção de habitação.</li> </ul> <p><b><u>Educação</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de cobertura ao nível da educação pré-escolar bem estruturada;</li> <li>- Existência de alternativas escolares, nomeadamente o ensino profissional e o recorrente;</li> <li>- Frequência da população em cursos de educação extra-escolar, com vista à ocupação de tempos livres e de formação cultural, cívica e social;</li> <li>- Existência de apoios escolares por parte da CMM (transporte, alimentação, material pedagógico, bolsas escolares para ensino superior);</li> <li>- Existência de entidades locais com recursos humanos e didácticos úteis para uma contribuição planificada e eficaz do ensino formal e informal;</li> <li>- Existência de bolsas de estudo para o ensino secundário fornecidas pelas Juntas de Freguesia urbanas;</li> <li>- Existência do Conselho Local de Educação;</li> <li>- Existência de projectos por parte de associações locais com incidência sobre a diversidade profissional e de empreendedorismo.</li> </ul> <p><b><u>Equipamentos infância e juventude</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de amas (mesmos que ilegais) que tentam dar resposta às necessidades ao nível da infância;</li> <li>- Trabalho de parceria entre diversas instituições locais (escolas, Câmara Municipal de Moura, Centro de Saúde e associações locais);</li> <li>- Acesso a programas do Instituto Português da Juventude (ATL's e OTL's), bem como do PEETI (Programa de Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil), especialmente no período de Verão;</li> <li>- Candidatura do Projecto RAIA – Rede de Apoio à Infância e Juventude pela ADCMoura;</li> <li>- Delineação de um projecto de ATL pela Moura Salúquia - Associação de Mulheres do Concelho de Moura;</li> <li>- Existência de equipamentos desportivos (piscinas, gimnodesportivo, court de ténis, campo de futebol);</li> </ul>	<p>das freguesias rurais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento constante da taxa de envelhecimento do concelho de Moura;</li> <li>- Isolamento da população idosa motivado pela ausência dos seus familiares;</li> <li>- Auto e hetero-desvalorização do papel do idoso na sociedade, relacionada com o ritmo de vida actual.</li> </ul> <p><b><u>Educação</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fracas qualificações profissionais;</li> <li>- Baixas habilitações literárias devido ao elevado insucesso e abandono escolar;</li> <li>- Elevada taxa de analfabetismo;</li> <li>- Índices elevados de insucesso e abandono escolar, especialmente nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;</li> <li>- Fracas acessibilidades para o acesso a diversos níveis de ensino, nomeadamente o superior.</li> </ul> <p><b><u>Equipamentos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carência de valências de creche e ATL face às necessidades da população da cidade de Moura;</li> <li>- Inexistência de creches e espaços de ATL nas freguesias rurais;</li> <li>- Pouca oferta de espaços de ocupação de tempos livres dirigidos à população idosa;</li> <li>- Dificuldade de obtenção de rendimentos para manutenção / aquisição de equipamentos e/ou materiais.</li> </ul> <p><b><u>Projectos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade na manutenção dos postos de trabalho;</li> <li>- Inexistência de infra-estruturas e/ou recursos humanos que potenciem a motivação de participação nas freguesias rurais.</li> </ul> <p><b><u>Associações</u></b></p>
--	---

## Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

<p>- Existência de equipamentos recreativo-culturais (Biblioteca, Ludoteca, Cine-Teatro).</p> <p><b><u>Instituições e associações</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cobertura de quase todas as freguesias rurais pela existência de IPSS's com diferentes valências;</li> <li>- Emprego feminino na área social motivado pela existência de apoio à terceira idade;</li> <li>- Existência de pessoas com formação profissional na área da geriatria e preparadas para ingressar nos equipamentos sociais;</li> <li>- Aumento progressivo da consciência sobre os diversos interesses e necessidades dos idosos;</li> <li>- Projecto “Apoio à recuperação e melhoramento de habitações no concelho de Moura” com actividades relacionadas com a melhoria das condições de habitação e de cariz lúdico;</li> <li>- Conhecimento de saberes que os idosos possuem e que podem transmitir a outras camadas populacionais.</li> </ul>	<p>- Concentração das associações e actividades na sede do concelho em detrimento das freguesias rurais.</p>
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<p><b><u>Património natural e cultural</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Central Foto Voltaica (a construir).</li> </ul> <p><b><u>Relações entre instituições</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade do tipo de associações existentes no concelho;</li> <li>- Elevado espírito de participação e voluntariado dos sócios das associações locais;</li> <li>- Existência de equipas técnicas multidisciplinares, bem como algumas boas práticas de trabalho;</li> <li>- Existência de espaços disponíveis para a realização de um leque diversificado de actividades;</li> <li>- Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo.</li> </ul>	<p><b><u>Economia e políticas</u></b></p> <p>Desemprego e desemprego jovem; Economia actual do país e da UE; Diminuição de apoios e subsídios que sustentaram a existência de projectos até hoje (mas pode ser que estimule o engenho...); Como será o próximo quadro comunitário de apoio? Articulação entre entidades a nível nacional e Europeu pouco eficientes; Políticas desadequadas; Programas com burocracia a mais e pouco peso de trabalho no terreno; Cortes orçamentais nas verbas para os municípios; Sobrevalorização da componente material na atribuição dos subsídios públicos à actividade; Falta de investimento privado.</p> <p><b><u>Projectos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência do financiamento oriundo da aprovação de candidaturas ao Fundo Social Europeu ou outras fontes e que motiva o aparecimento de projectos sem diagnósticos que comprovem a total adaptabilidade às necessidades da população.</li> </ul>

**Anexo VIII**  
**Modelo de análise**

Pergunta de partida	Objectivo geral	Objectivos específicos	Conceitos	Dimensões da análise	Variáveis	Indicadores	Fontes de obtenção de dados	Métodos e técnicas a utilizar	Questões	
Em que medida a metodologia participativa pode contribuir para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural?	Aprofundar a relação entre uma metodologia participativa consciente, assumida e consistente, e a sustentabilidade do desenvolvimento rural.	Identificar os factores que, num quadro de desenvolvimento rural, reforçam a acção participativa e os que a enfraquecem	Desenv. Rural	Localização geográfica e desenvolvimento	*População *Idade *Escaridade	*População residente *Densidade populacional *Faixas etárias *Grau médio de escolaridade *População activa *Actividades exercidas	Documentos institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Consulta nos Censos Pode caracterizar em traços gerais os stakeholders do projecto? Como considera a rede de transportes existentes e as condições das estradas? Verificou-se criação de emprego? Verificou-se melhoria da qualidade da vida rural? Em que aspectos? Foram valorizados os recursos endógenos pelos diversos stakeholders? Os stakeholders demonstraram abertura e confiança face às intervenções? Como descreveria as mentalidades dos diversos stakeholders? Como descreveria a comunicação e relação entre os diversos stakeholders?	
					*Actividades económicas	*Instituições/associações/particulares/empresas (tipologia e n.º)				
					*Paisagem organizacional	*Situação da rede de estradas e transportes (bom ou mau)				
					*Características dos stakeholders	*N.º de postos de trabalho criados (sustentados ou não) *Taxa de desemprego				
					*Acessibilidades	*Variações na qualidade de vida rural				
					*Emprego					
				Contexto social	*Qualidade de vida					
					*Vivência da sua história e cultura	*Preservação de valores patrimoniais, ecológicos, ambientais e paisagísticos				
					*Confiança	*Grau de confiança demonstrado pelos stakeholders				
						*Mentalidades e forma de pensar dos stakeholders				
					*Coesão	*Relação entre os diversos stakeholders				
		Prática da intervenção - visão de técnicos, responsáveis de projectos	Desenv. Participativo	Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso	Prática da intervenção - visão de técnicos, responsáveis de projectos	Fases da intervenção	*Projectos realizados e projectos em execução	Documentos institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Que lhe ocorre dizer sobre os projectos para o desenvolvimento realizados aqui na aldeia? Que projectos estão em curso actualmente? Foram praticadas as diferentes fases de intervenção – diagnóstico, desenho de projecto, implementação e avaliação? Pode descrever como foram colocadas em prática essas mesmas fases? O que foi então identificado como necessidades de intervenção? Quais foram os objectivos definidos e os recursos a utilizar? Qual a duração média dos projectos? Considera a duração dos projectos / intervenções ajustada? Como foi realizado ou posto em prática o processo de avaliação (ex-ante, on-going, ex-post)? Quem participou? Que métodos e instrumentos foram utilizados? Quem participou na realização do diagnóstico? Quais foram os parceiros/stakeholders envolvidos no mesmo? Como se construiu a rede de participantes no projecto? Que métodos, técnicas e instrumentos foram utilizados? A participação esteve presente em todas as fases do projecto (diagnóstico, implementação, avaliação)? Como qualifica a participação dos stakeholders (de 1 a 5) Que estratégias foram utilizadas para fomentar a participação e capacitação? Quais as principais dificuldades na aplicação às intervenções das metodologias participativas? Foram reabilitadas habitações? Se sim, quantas? Houve aumento de afluência de visitantes? Após a intervenção prevê a sua sustentabilidade a longo prazo? Existem responsáveis na aldeia, findos os projectos, para dar continuidade à sua operacionalização? Qual o balanço da intervenção? Considera que os objectivos foram alcançados? O que poderia ter sido diferente? Que perspectivas para o futuro? Como qualifica o grau de satisfação dos stakeholders? (de 1 a 5) Verificou alguma mudança nas atitudes e posicionamento dos diversos stakeholders?
							*Realização do diagnóstico (sim ou não) * Diagnóstico participado (sim ou não)			
							*Frequência de acompanhamento no terreno (ou não) * Duração das intervenções			
							*Projectos e programas adequados às necessidades			
							*Necessidades de intervenção *Definição de objectivos * Recursos a utilizar			
							*Duração média dos projectos			
						Processo de avaliação	*Avaliação realizada (sim ou não)			
							*Stakeholders	*Stakeholders existentes		
							*Metodologias e técnicas	*Métodos e técnicas adoptados		
							*Participação/capacitação	* Assiduidade dos stakeholders nos encontros/sessões * Sessões de capacitação/acções de formação, reuniões, dinâmicas animação local * Intervenções ajustadas ao ritmo das comunidades *N.º de pessoas envolvidas nas acções e sessões (participantes) * Evolução do número de pessoas envolvidas nas acções e sessões		
							*Obstáculos à intervenção	*Obstáculos (sim ou não)		
Resultados/sustentabilidade	Desenv. Participativo	Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso	Prática da intervenção - visão de beneficiários finais	Intervenção	*Resultados: N.º de habitações reabilitadas	Documentos Institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Que projectos conhecem? Estiveram envolvidos em algum projecto? Se sim, em qual? O que sentiram pela primeira vez em que tiveram contacto com os técnicos da intervenção? Como foi feita a abordagem inicial dos técnicos? Como sentiram a abordagem dos mesmos? Que acções foram realizadas na aldeia com a vossa participação? Que questões identificaram como necessárias para mudar? Consideram que o projecto cobriu essas necessidades? Como acham que correu a intervenção? Acha que foi relevante para o desenvolvimento da aldeia? Após as diversas intervenções, o que sentem que mudou na aldeia? O que poderia ter corrido melhor? O que gostariam ainda de conseguir? Consideram que vai haver continuidade daquilo que começou a ser feito? Quantas organizações/colectividades/associações/grupos existem e quantas se envolveram como stakeholders? Quantas/os foram criadas/os de novo? Pode descrever os tipos de organizações/colectividades/associações/grupos? Como é realizada a comunicação ou transmissão de informação? Que técnicas foram utilizadas para passar informação? Foram eficientes? Partilharam-se conhecimentos? Como descreveria a relação existente entre as diversas organizações, colectividades?		
					*Rendimento dos bens produzidos e serviços prestados (riqueza criada)					
					*Objectivos alcançados (sim ou não)					
					* Resultados/efeitos (recursos naturais aproveitados, bens produzidos, serviços prestados, património recuperado, emprego criado)					
					* Necessidades satisfeitas					
					* Grau de satisfação dos beneficiários					
				Sustentabilidade	* Alteração nos comportamentos /atitudes					
Redes e parcerias	Desenv. Participativo	Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso	Prática da intervenção - visão de beneficiários finais	Intervenção	*N.º de projectos	Documentos Institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes? E dos exógenos? Quantas sessões de capacitação foram realizadas e em que áreas? Como evoluiu o número de participantes ao longo das sessões? Sentiu que a população sofreu alguma transformação após a intervenção para o desenvolvimento rural? Terão as pessoas ficado mais activas / interventivas e mais coesas? Existem responsáveis na aldeia para dar continuidade? Consideram que haverá continuidade daquilo que começou a ser feito? Percebeu-se que as pessoas tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança? Havia algum tipo de organização entre a população? As pessoas demonstravam uma atitude crítica ou uma posição resignada? Que tipo de relação as pessoas mantem entre si? Os stakeholders demonstraram iniciativa ao longo da participação nos projectos? Como foi feita a articulação entre os stakeholders? Tiveram em conta o reflexo das acções na qualidade de vida de gerações futuras? Como é feita a comunicação entre stakeholders? Como é feita a atribuição de responsabilidades? Existe capacidade de organização e coordenação de acções e actividades? Os cidadãos participam exercendo os seus deveres e direitos? Constatou-se uma participação democrática ao longo do processo de intervenção?		
					* Sentimento de confiança (sim ou não)					
					* N.º de acções dinamizadas					
					* Necessidades identificadas					
					* Resultados				*Necessidades colmatadas	
					* Sustentabilidade				* Necessidades futuras identificadas	
Empowerment/capacitação	Desenv. Participativo	Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso	Prática da intervenção - visão de beneficiários finais	Intervenção	*Existência de sustentabilidade (sim ou não)	Documentos Institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental		Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes? E dos exógenos? Quantas sessões de capacitação foram realizadas e em que áreas? Como evoluiu o número de participantes ao longo das sessões? Sentiu que a população sofreu alguma transformação após a intervenção para o desenvolvimento rural? Terão as pessoas ficado mais activas / interventivas e mais coesas? Existem responsáveis na aldeia para dar continuidade? Consideram que haverá continuidade daquilo que começou a ser feito? Percebeu-se que as pessoas tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança? Havia algum tipo de organização entre a população? As pessoas demonstravam uma atitude crítica ou uma posição resignada? Que tipo de relação as pessoas mantem entre si? Os stakeholders demonstraram iniciativa ao longo da participação nos projectos? Como foi feita a articulação entre os stakeholders? Tiveram em conta o reflexo das acções na qualidade de vida de gerações futuras? Como é feita a comunicação entre stakeholders? Como é feita a atribuição de responsabilidades? Existe capacidade de organização e coordenação de acções e actividades? Os cidadãos participam exercendo os seus deveres e direitos? Constatou-se uma participação democrática ao longo do processo de intervenção?	
					*Tipos de associação existentes					
					*Comunicação inter organizacional					
					*Qualidade da rede de relações					
					*Coesão entre parceiros					
					*Sinergias criadas					
Empowerment/capacitação	Desenv. Participativo	Caracterizar a vertente participação nos projectos / intervenções, objecto dos estudos de caso	Prática da intervenção - visão de beneficiários finais	Intervenção	*N.º de organizações/colectividades/associações/grupos	Documentos Institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes? E dos exógenos? Quantas sessões de capacitação foram realizadas e em que áreas? Como evoluiu o número de participantes ao longo das sessões? Sentiu que a população sofreu alguma transformação após a intervenção para o desenvolvimento rural? Terão as pessoas ficado mais activas / interventivas e mais coesas? Existem responsáveis na aldeia para dar continuidade? Consideram que haverá continuidade daquilo que começou a ser feito? Percebeu-se que as pessoas tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança? Havia algum tipo de organização entre a população? As pessoas demonstravam uma atitude crítica ou uma posição resignada? Que tipo de relação as pessoas mantem entre si? Os stakeholders demonstraram iniciativa ao longo da participação nos projectos? Como foi feita a articulação entre os stakeholders? Tiveram em conta o reflexo das acções na qualidade de vida de gerações futuras? Como é feita a comunicação entre stakeholders? Como é feita a atribuição de responsabilidades? Existe capacidade de organização e coordenação de acções e actividades? Os cidadãos participam exercendo os seus deveres e direitos? Constatou-se uma participação democrática ao longo do processo de intervenção?		
					* Composição das parcerias existentes					
					* Técnicas utilizadas no exercício de comunicação					
					* Coesão existente (sim ou não)					
					*Valorização dos recursos endógenos					* Recursos naturais aproveitados (ou não e quais)
					*Fomação					* N.º de acções de formação, de informação, de capacitação, de motivação
Capital Social	Desenv. Sustentável	Expor (identificar e caracterizar), a partir dos estudos de caso, as especificidades / contributos da participação para a sustentabilidade, num quadro de desenvolvimento rural.	Capital Social	Intervenção	*Variação do número de participantes ao longo do tempo	Documentos institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental		Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes? E dos exógenos? Quantas sessões de capacitação foram realizadas e em que áreas? Como evoluiu o número de participantes ao longo das sessões? Sentiu que a população sofreu alguma transformação após a intervenção para o desenvolvimento rural? Terão as pessoas ficado mais activas / interventivas e mais coesas? Existem responsáveis na aldeia para dar continuidade? Consideram que haverá continuidade daquilo que começou a ser feito? Percebeu-se que as pessoas tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança? Havia algum tipo de organização entre a população? As pessoas demonstravam uma atitude crítica ou uma posição resignada? Que tipo de relação as pessoas mantem entre si? Os stakeholders demonstraram iniciativa ao longo da participação nos projectos? Como foi feita a articulação entre os stakeholders? Tiveram em conta o reflexo das acções na qualidade de vida de gerações futuras? Como é feita a comunicação entre stakeholders? Como é feita a atribuição de responsabilidades? Existe capacidade de organização e coordenação de acções e actividades? Os cidadãos participam exercendo os seus deveres e direitos? Constatou-se uma participação democrática ao longo do processo de intervenção?	
					*Alteração verificada nos comportamentos / atitudes após sessões empowerment					
					*Grau de autonomia na tomada de decisão / sustentabilidade					
					*Agentes da sua própria mudança (protagonistas e autónomos)					
					*Co-responsabilidade com relação às actividades					
					*Atitude crítica					
Governança	Desenv. Sustentável	Expor (identificar e caracterizar), a partir dos estudos de caso, as especificidades / contributos da participação para a sustentabilidade, num quadro de desenvolvimento rural.	Governança	Intervenção	*Qualidade de relação	Documentos institucionais; Actores privilegiados; Documentos legais	Estudo de Caso; Observação; Entrevista; Análise documental	Os habitantes e instituições tinham conhecimento dos recursos endógenos existentes? E dos exógenos? Quantas sessões de capacitação foram realizadas e em que áreas? Como evoluiu o número de participantes ao longo das sessões? Sentiu que a população sofreu alguma transformação após a intervenção para o desenvolvimento rural? Terão as pessoas ficado mais activas / interventivas e mais coesas? Existem responsáveis na aldeia para dar continuidade? Consideram que haverá continuidade daquilo que começou a ser feito? Percebeu-se que as pessoas tinham desejo de participar e mudar, como sujeitos da mudança? Havia algum tipo de organização entre a população? As pessoas demonstravam uma atitude crítica ou uma posição resignada? Que tipo de relação as pessoas mantem entre si? Os stakeholders demonstraram iniciativa ao longo da participação nos projectos? Como foi feita a articulação entre os stakeholders? Tiveram em conta o reflexo das acções na qualidade de vida de gerações futuras? Como é feita a comunicação entre stakeholders? Como é feita a atribuição de responsabilidades? Existe capacidade de organização e coordenação de acções e actividades? Os cidadãos participam exercendo os seus deveres e direitos? Constatou-se uma participação democrática ao longo do processo de intervenção?		
					*Grau de autonomia, * Iniciativas tomadas					
					*Tipo de comunicação					
					*Sustentabilidade					*Qualidade de vida das gerações futuras
					*Democracia					* Os cidadãos exercem seus direitos e deveres, prática da democracia (sim/não)
					*Cidadania					*Transferência de poder, função, competência
*Delegação										

**Anexo IX**

**Sinopse das entrevistas**

Dimensões	Gave Entrevista 1 (G1)
Localização geográfica e desenvolvimento	<i>“O problema da localização de Melgaço é que só cá vem quem quer mesmo vir. Encontra-se num extremo. Não é propriamente um local de passagem.” “Já se tentou fazer uma auto-estrada entre Braga, Arcos de Valdevez e Gave, com ligação a Ourense. Já foi marcada por duas vezes, mas depois nunca foi em frente. Já há 20 anos atrás.”</i>
Contexto social	<i>“Teve que se partir muita pedra. Foi difícil criar a relação de confiança”</i>
Participação	<i>“Inicialmente eram 30 promotores interessados e passaram a 6. Isto porque as pessoas são acanhadas e têm medo de arriscar. Um deles começou a dizer que as casas depois deixariam de ser deles e ficavam para os turistas. E com isto houve promotores que começaram a desistir.”</i>
Prática da Intervenção	
Relação e envolvimento da população	<i>“É muito importante a participação activa. Aliás a Branda da Aveleira teve o seu sucesso porque envolvemos os proprietários. É impossível chegar a algum lugar, seja aldeia, vila ou cidade, e impormos uma ideia. As ideias até podem vir de fora, mas ser trabalhadas por dentro. Sem isto não se consegue o comprometimento das pessoas em torno de um projecto. É uma área que não está muito colocada em prática porque é difícil, é preciso tempo e pessoas no terreno para fazer isso”</i> <i>“Será necessário um processo de reeducação para a participação?”</i>
Obstáculos	
Resultados	<i>“Algumas pessoas do Porto compraram casas na Branda para recuperar”</i>
Capital social e empowerment	<i>“Será necessário um processo de reeducação?”</i>
Redes e parcerias	<i>“Estávamos nós (Gabinete de Apoio ao Investidor de Melgaço), os promotores, a ADRIMINHO, a Câmara Municipal de Melgaço, a Junta de Freguesia de Gave, a Associação de Promotores de Turismo da Branda da Aveleira. Houve sempre uma excelente relação e comunicação entre todos.”</i>
Programas e políticas	

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

Dimensões	Gave Entrevista 2 (G2)
Localização geográfica e desenvolvimento	<i>“Não podemos ter grandes pretensões para as freguesias rurais; estão como estão. Já fico muito contente que tenha um impacto positivo na economia de Melgaço e dos proprietários. A Branda da Aveleira tem maior ligação a Castro Laboreiro e Lamas de Mouro porque há uma continuidade turística, tem alojamentos, restaurantes, há uma continuidade de montanha. Aquilo que o núcleo principal da freguesia de Gave não tem. É um núcleo fraco a nível patrimonial, ao contrário dos outros locais.”</i>
Contexto social	<i>“Inicialmente os locais não valorizavam os recursos próprios, da terra.”</i>
Participação	<i>“Não se foi educado a participar.”</i>
Prática da Intervenção	<i>“Ora bem, não podemos dizer que houve um trabalho de planeamento ou estudo estratégico e de levantamento de necessidades. O planeamento é importante porque nos ajuda a reflectir. Mas muito importante é haver a capacidade de operacionalizar aquilo que se pensa.”</i> <i>“Fazemos avaliações informais nos momentos em que nos reunimos.”</i>
Relação e envolvimento da população	<i>“As reuniões tinham lugar na Branda da Aveleira ou no município de Melgaço. Privilegiava-se um horário pós-laboral para que se juntasse o maior número de pessoas.”</i> <i>“Durou anos. (...) Até conseguirmos uma parceria entre Adriminho, Câmara Municipal de Melgaço, Junta de Freguesia de Gave e população, no sentido de colaborar na apresentação das candidaturas aqui na Adriminho.” (...) “A fase da reconstrução das primeiras casas realizou-se. O processo posterior de dinamização é que foi complicado para os proprietários, pois estes não se entendiam, no respeitante à gestão.”</i> <i>“A presença dos técnicos no terreno que promovem um acompanhamento e uma comunicação de proximidade é essencial.”</i>
Obstáculos	
Resultados	
Capital social e empowerment	<i>“Houve diversas acções de formação e workshops sobre como receber bem os turistas e ser-se hospitaleiro. E continua a haver programação de mais workshops.”</i>
Redes e parcerias	
Programas e políticas	<i>“Tivemos um trabalho muito bom no LEADER II e LEADER+. Mas agora com o PRODER tem sido mais difícil.”</i>



Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	<i>A burocracia é importante para responsabilizar os participantes e ter um maior controlo sobre os fundos, mas tira-nos tempo para estar no terreno.”</i>
--	--

Dimensões	Gave Entrevista 3 (G3)
Localização geográfica e desenvolvimento	<i>“O trajecto que conduz a Gave é mais sinuoso do que o que passa por Lamas de Mouro.” “... aqui não descem turistas, nem gente de fora da terra.”</i>
Contexto social	
Participação	<i>“É difícil levar as pessoas a participar, e mobilizá-las”</i>
Prática da Intervenção	<i>“De facto, já foi feita uma avaliação qualitativa, mas não quantitativa. Estas avaliações têm sido feitas pontualmente com os promotores, mas de uma forma informal.”</i>
Relação e envolvimento da população	<i>“Tinha uma grande paixão pelo lugar e resolveu revitalizá-lo de forma turística.” “(...) Por outro lado, a Adriminho queria implementar iniciativas de valorização de núcleos rurais, com base, na altura, no turismo de aldeia que exigia a recuperação de um conjunto de casas dentro de um núcleo para alojamento turístico. Acresce que houve a vontade política da Câmara Municipal de Melgaço e da Junta de Freguesia de Gave.” “Mesmo que as comunidades se tornem autónomas, nós nunca nos poderemos retirar totalmente porque somos facilitadores. Há um desmame, mas nunca um afastamento completo.”</i>
Obstáculos	<i>“Os promotores nem sempre se entendem.”</i>
Resultados	<i>“Uma casa na Branda costumava custar 3 mil euros, agora não compra por menos de 25 mil euros. Houve uma valorização do património e ao mesmo tempo estão a tirar rendimento dele.” “A Branda da Aveleira está no mapa, uma Aldeia de Portugal que pertence a uma rede regional. É um exemplo de sucesso nesta área.”</i>
Capital social e empowerment	<i>“Existem indivíduos que evoluem mais rápido e se comprometem com o projecto adoptando uma posição proactiva, outros afastam-se e desistem do projecto, e há aqueles que ficam no meio termo. Aderiram ao projecto mas não compreendem a importância das regras para receber o turista.”</i>
Redes e parcerias	<i>“ter no front office profissionais que conheçam todos os serviços existentes nas freguesias e concelho. E por outro lado que os parceiros se divulguem uns aos outros para que o território seja trabalhado como um todo. Este trabalho em rede é fundamental, tal como o conhecimento do território.”</i>
Programas e políticas	<i>“Com o LEADER havia grande margem de manobra para construir o plano de intervenção. Inicialmente os regulamentos eram diversificados de território para território. Agora com a submedida 3 do PRODER é igual</i>

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	<p><i>em todo o território nacional.”</i></p> <p><i>“Se ficarmos apenas atrás da secretária a nossa intervenção fica com lacunas. O PRODER é tão mais complexo, que não conseguimos deixar os papéis e ir para o terreno. Mas penso que o próximo Quadro Comunitário de Apoio nos vai permitir ir para o terreno outra vez.”</i></p>
--	--

Dimensões	Gave Entrevista 4 (G4)
Localização geográfica e desenvolvimento	
Contexto social	<i>“Os proprietários não se entendem face à gestão de vagas das casas. Falámos com eles e apresentamos resultados demonstrativos das diferenças no índice de ocupação das diversas casas. Informamos que as diferenças poderiam vir a ser colmatadas através de uma gestão centralizada. Mas eles não aceitaram a proposta. Assim a gestão é desigual, reflectindo-se num índice de ocupação desigual entre as habitações.”</i>
Participação	<i>“A comunicação entre os diversos parceiros é feita por carta, e a maior parte das vezes por telefone e inicialmente foi feita porta à porta. São realizadas reuniões, mas é difícil juntar um grande número de parceiros, estando constantemente a relembrar aos parceiros que vai ter lugar uma reunião. Constata-se a tendência geral de as pessoas pensarem essencialmente nos seus interesses, em ver resultados imediatos, em vez de ter uma visão mais global e a longo prazo.”</i>
Prática da Intervenção	
Relação e envolvimento da população	<i>“Posso assegurar que o sucesso de projectos comunitários passa por saber ouvir as pessoas e as suas necessidades.”</i>
Obstáculos	<i>“Às vezes é preciso andar atrás das pessoas para elas estarem presentes nas reuniões.”</i>
Resultados	<i>“Também já há pessoas que reconstruíram casas, a título individual, sem financiamentos.”</i>
Capital social e empowerment	<i>“... pela via do exemplo, levando pessoas a valorizar o seu património inserido num contexto e a participar para alcançar um objectivo comum.” “... uns percebem logo os esclarecimentos e acções de formação, mas outros como a D. Maria<sup>32</sup> que é mais complicada, vai ficando para trás. O que se reflecte depois numa procura menor da sua casa.”</i>

<sup>32</sup> Nome fictício

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

Redes e parcerias	<i>“... a questão da participação e união entre os parceiros só pode vir a acontecer com uma nova leva de empresários, licenciados, que não encontraram trabalho nas cidades e regressam aos campos apresentando propostas alternativas.”</i>
Programas e políticas	<i>“Processos mais burocráticos e menos tempo para estarmos no terreno.”</i>

Dimensões	Safara Entrevista 1 (S1)
Localização geográfica e desenvolvimento	<i>“Safara ainda tem 1000 habitantes, alguns serviços e dinâmicas. Mas já se perderam os CTT, a GNR já só trabalha das 9h às 17h, e todos estes pormenores afastam as pessoas das aldeias. A localização geográfica de Safara é periférica, fim da linha, perdendo assim alguma dinâmica. Mesmo estando perto de Espanha é uma zona pobre. Estes factores conduzem ao despovoamento e desertificação.”</i>
Contexto social	<i>“Aqui havia grandes propriedades e os agricultores eram operários agrícolas. A ideologia socialista/comunista inseriu-se por isso mais facilmente aqui do que no norte. Foram defendidos os interesses dos assalariados agrícolas e há por isso uma dívida de gratidão histórica. Mas agora já há novas gerações às quais pouco diz o discurso anterior porque estes não inovam. Há por isso um ambiente geral que dificulta a mudança. Os dogmas dão segurança mas enquistam.”</i>
Participação	
Prática da Intervenção	<i>“O projecto teve por base a prática da ADCMoura nos seus 20 anos de intervenção no local e experiências anteriores (...) numa lógica participativa e de intervenção comunitária.” “ O ASAS consiste, em si mesmo, na elaboração de um diagnóstico, levantamento de necessidades e formação de grupos de trabalho.”</i>
Relação e envolvimento da população	<i>“... são muito importantes porque permitem mobilizar as pessoas. Ainda que seja muito difícil. (...) Mas para os serões de aldeia surtirem efeito tivemos de ter em atenção o não agendamento dos mesmos para dias de futebol, ter em conta o horário das pessoas, e preparar um petisco para atrair as pessoas. Paralelamente, quando há possibilidade arranja-se também animação para crianças.”</i> <i>“... nunca obtivemos resposta da Junta. Não sei se foi por desinteresse ou por jogos de interesses políticos. (...) foi explicado aos participantes que o ASAS não vinha dar dinheiro a ninguém, era um projecto com base no voluntariado de cada pessoa em prol do desenvolvimento comunitário de Safara e tentamos afastar disputas políticas.”</i> <i>“O nosso papel essencial é a animação. Porque é o que cria elos de ligação entre os que têm uma necessidade e os que a podem colmatar. Estabelecemos o acesso à informação, somos catalizadores de acesso a recursos</i>

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	<i>latentes. (...) para além do papel da animação é o da inovação. Temos de ser nós a trazer a inovação para o território” (S1)</i>
Obstáculos	<i>“Grupo pequeno de facilitadores e muito homogéneo.”</i>
Resultados	
Capital social e empowerment	
Redes e parcerias	<i>“Procurou-se juntar o maior número de pessoas, associações, grupos e outras entidades que trouxessem mais-valias para o projecto.”</i>
Programas e políticas	

Dimensões	Safara Entrevista 2
Localização geográfica e desenvolvimento	
Contexto social	<i>“A vertente animação tem sido minimizada pelos programas” “Tivemos durante vários anos (1999-2006) o apoio de animadores locais, jovens residentes em Safara que, junto das pessoas, reuniam informação preciosa.”</i>
Participação	<i>“... tentar reunir a maior diversidade possível de pessoas. Houve seis facilitadoras residentes na aldeia, pessoas muito dinâmicas e conhecidas no meio. Estas eram elos de ligação entre a população local e as Associações. Através delas convidaram-se empresários de várias áreas, comerciantes, pessoas a título individual, para virem falar dos seus negócios, factores de sucesso dos mesmos, situação actual e perspectivas futuras.” Ainda assim “vieram sete a oito pessoas. Mas a participação ficou muito aquém do desejado e planeado ao longo de todo o projecto.”</i>
Prática da Intervenção	
Relação e envolvimento da população	
Obstáculos	<i>“As mentalidades das pessoas são um grande obstáculo.”</i>
Resultados	<i>“Na Casa da Moagem fazemos formações modelares, e isso traz muita gente a Safara. Não sei o impacto que tem, mas muita gente almoça cá e dorme cá.”</i>

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

	<p><i>“Para dar continuidade aos grupos de trabalho, estamos convencidos que não é necessário um grande financiamento. O que interessa é o acompanhamento e mobilização de pessoas.”</i></p> <p><i>“Acho que conseguimos um resultado positivo. Abrir horizontes e novas perspectivas de trabalho que podem trazer desenvolvimento a Safara.”</i></p> <p>E acrescenta que <i>“... estes grupos trabalham numa óptica de voluntariado, logo a questão do financiamento não será um dos maiores impedimentos, ainda que faça sempre falta.”</i></p>
Capital social e empowerment	<p><i>“As sessões comunitárias são muito importantes para darmos o feedback às pessoas de tudo aquilo que foi feito, e o que resultou do trabalho delas. É importante verem o seu trabalho reconhecido e os resultados do mesmo. Isto é motivante, sentir o seu trabalho celebrado e valorizado.”</i></p>
Redes e parcerias	
Programas e políticas	<p><i>“Na elaboração das políticas públicas para o desenvolvimento não é dada a importância necessária ao desenvolvimento de projectos locais de aldeia e por isso é que também surgiu o ASAS.”</i></p>

Dimensões	Safara Entrevista 3 (S3)
Localização geográfica e desenvolvimento	
Contexto social	<p><i>“A confiança nem sempre é fácil de criar. E no Alentejo lidamos com comunidades bastante fechadas.”</i></p>
Participação	<p><i>“... também não foi fácil criar relações de confiança, as pessoas estão muito desiludidas e não acreditam nestes processos. Acham que estão a gastar o seu tempo e não vai dar em nada. E conseguir mobilizar as pessoas e levá-las a participar é que é um desafio (...).”</i></p>
Prática da Intervenção	
Relação e envolvimento da população	<p><i>Aqui em Safara as metodologias utilizadas foram participativas. Tivemos sempre o interesse em envolver a maior parte possível das instituições e pessoas a colaborar connosco mas nem sempre foi fácil.”</i></p> <p><i>“Temos de partir das raízes das coisas. Temos uma ideia mas temos de a construir enraizada nas pessoas e no local. E com as pessoas fazer a caminhada para a sustentabilidade, porque tudo é frágil.”</i></p>
Obstáculos	<p><i>“O ASAS em Safara foi muito positivo, mas muito curtinho.”</i></p>
Resultados	
Capital social e	

Desenvolvimento Rural Sustentável – Uma Perspectiva Participada

<i>empowerment</i>	
Redes e parcerias	<i>Há ciclos menores e outros maiores, neste caso temos de ter a noção de que estamos a trabalhar para outros num futuro mais distante.” E ainda “... já nos sentamos numa mesa redonda, partilhamos conhecimentos de uma realidade complexa. Mas até que isto tenha impacto nas políticas públicas vai demorar uma geração ou duas. Temos de construir pessoas. Mobilizar pessoas para participarem em processos dos quais já não vão ver frutos. É muito difícil.”</i>
Programas e políticas	<i>“O funcionamento dos programas tem piorado, tornando a nossa acção muito limitada.”</i>

Dimensões	Conversas informais
Localização geográfica e desenvolvimento	<i>“Aqui não vem ninguém, as Brandas são longe.” “Não temos nada para oferecer.”</i>
Contexto social	
Participação	<i>“A nós ninguém nos perguntou nada” “Não sei o que fizeram.” “A Casa da Moagem só serve para festas.” “... connosco ninguém falou sobre o que é necessário fazer aqui. Deviam era dar-nos trabalho. Sem dinheiro não conseguimos pagar nada e toda a gente se vai embora.”</i>
Prática da Intervenção	
Relação e envolvimento da população	
Obstáculos	
Resultados	<i>“A Branda da Aveleira ficou muito bonita.”</i>
Capital social e <i>empowerment</i>	<i>“Formações? Eu não sei de formação nenhuma.”</i>
Redes e parcerias	
Programas e políticas	<i>“Façam mas é políticas para aproveitar as terras que estão para aí abandonadas, e ponham as pessoas a trabalhar.”</i>